

**FERRAMENTAS
PARA DESTRUIR O
DITADOR E EVITAR
NOVA DITADURA**

Filosofia política da libertação para Angola

Edição crítica e comentada

Domingos da Cruz

Nota Obrigatória

Não tenho mérito nenhum sobre as ideias contidas neste livro. Com excepção de alguns capítulos, a maior parte das ideias são do cientista político e filósofo norte-americano Gene Sharp, extraídas da sua obra, “Da ditadura à democracia”.

Em caso de algum mérito, talvez decorrerá do facto de ter adaptado o seu pensamento à realidade/contexto angolano, que por extrapolação, as mesmas ideias sobre combate, desafio e vitória sobre a opressão, se aplicam a outras ditaduras em África.

*Uma das coisas importantes da não-violência é que não busca destruir a pessoa, mas transformá-la. — **Martin Luther King.***

*A vitória está reservada para aqueles que estão dispostos a pagar o preço. — **Sun Tzu.***

*Creio que a verdadeira democracia só pode nascer da não-violência. — **M. Gandhi.***

*A suprema arte da guerra é derrotar o inimigo sem lutar.
— **Sun Tzu.***

*Se você ainda não encontrou uma causa pela qual valha a pena morrer, você ainda não encontrou a razão de viver.
— **Martin Luther King.***

*O que o ditador tem a mais é que vocês são os meios lhe fornecem para se destruírem [...]. Como poderia ter tantas mãos para feri-los, se não fosse as suas? [...] Teria ele algum poder sobre vocês, se não fosse por meio de vocês mesmos? [...] Que mal poderia ele lhes fazer, se vocês não acobertassem o ladrão que os rouba, se não fossem cúmplices do assassino que os mata e se não fossem traidores de si mesmos? — **Étienne de La Boétie.***

*Vocês podem livrar-se [da ditadura]. [...]. Mesmo sem tentar fazê-lo, apenas mostrando este desejo. Decidam-se a não mais serem subservientes e serão livres. Não quero que o ataquem, nem que o façam desequilibrar-se: deixem de apoiá-lo e vão vê-lo como uma gigantesca estátua que, quando retirado seu pedestal, sucumbe com o próprio peso, fazendo-se em pedaços.
— **Étienne de La Boétie.***

Índice

Comentário crítico	5
Introdução	43
1. Chaves prévias para enfrentar e detonar a ditadura com realismo político	47
2. Nunca, nunca, jamais, negociar com o ditador	70
3. Fontes de onde vem o poder para detonar o ditador	84
4. Fraquezas das ditaduras	93
5. A aplicação do poder da resistência democrática: exercitando o poder.....	99
6. A necessidade inevitável de planeamento estratégico.....	111
7. Estratégia de planeamento	122
8. Aplicando o desafio político ou a desobediência civil	139
9. Desintegrando a ditadura. Aleluia, Aleluia!.....	149
10. Alicerces para uma democracia real e durável.....	158
11. Os métodos e técnicas de ação não violenta: raiva, revolta e revolução (rrr) na prática.....	167
12. A urgência e necessidade de um “projecto político filosófico de nação”	183
13. Estudos e fontes adicionais sobre e como realizar a erosão da tirania	191

Comentário Crítico

A importância de ler, escrever, e “falar política” em Angola

*Susan de Oliveira.*¹

O livro do professor universitário e jornalista, Domingos da Cruz, *Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura. Filosofia política da libertação para Angola*, é uma versão adaptada da obra de Gene Sharp, *From dictatorship to Democracy* (1993), e tornou-se símbolo de um contexto político em que um grupo de jovens ativistas foi processado e condenado criminalmente, somente por ler, escrever e “falar política” em Angola.

Quem não se lembra de que o livro do Domingos ficou conhecido exatamente porque se constituiu na principal alegação para a detenção dos 15+duas ativistas, quando eles e elas estavam reunidos a ler e debater as suas teses e foram presos “em flagrante delito”, acusados de planearem um golpe de Estado? A acusação inicial foi retomada no decorrer do julgamento dos 15+duas ativistas, tendo sido o livro lido na íntegra em Tribunal e, no dia da sentença, o Juiz ainda citou as 198 técnicas de protesto não violento (p.149-158) que nele constam como prova do crime de “associação de malfeitores”, mas sem concluir que alguma delas tivesse sido efetivamente

¹ Professora e investigadora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.

usada. Isso significa que a única prova de acusação verdadeiramente apresentada contra Domingos e os demais ativistas condenados não foi sequer a de organizar ou realizar os protestos, mas tão somente o fato de tê-los analisado através deste livro. Esse é o motivo que condenou Domingos da Cruz a cumprir, enquanto líder da dita “associação”, a maior pena dada ao grupo de ativistas: oito anos e seis meses de prisão em regime fechado.

O interesse dos jovens pelo tipo de conteúdo do livro marca também o auge da crise de representação dos partidos políticos em Angola, aliada à emergência do descrédito em relação ao governo. Isso foi demonstrado na última década pelo surgimento de um forte ativismo descentralizado – que não está restrito a capital, mas atravessa o país de Luanda às Lundas e de Cabinda ao Cunene – e suas manifestações dispersas, particularizadas e independentes. O livro, adaptado à realidade angolana, inscreve-se sobre essa mesma realidade e abrange tanto uma crítica que se dirige ao governo e às instituições, como à sociedade civil que não é poupada da própria reponsabilidade. O conteúdo centra-se na tese de que somente com manifestações pacíficas é que se conseguirá alertar a população para as formas da violência estatal que sustentam os regimes autoritários e, em contrapartida, conquistar a credibilidade popular na luta pela democracia num meio onde a forte repressão, o conformismo e a cultura do medo dominam.

Desde a libertação dos ativistas, conseguida após um ano de prisão, têm surgido sinais de que o anseio pela

democratização foi definitivamente apropriado pela sociedade civil e está plasmado num ativismo cada vez mais plural e amplo, constituído não apenas pela dispersão territorial e ideológica dos movimentos mais consolidados pelos direitos humanos e trabalhistas, mas pela inclusão de novas vozes que reclamam participação nas decisões do Estado, como as vozes das mulheres contra a violência de género. Entretanto, o conjunto dos movimentos precisa enfrentar não só a repressão do governo, mas as diferenças entre si e, sobretudo, a resistência de grupos sectários e intolerantes. Os muitos “Nós” existentes na própria sociedade civil, conforme aponta Domingos da Cruz:

Nós, Igreja, onde todos devem estar de acordo, mas podem criticar para o exterior, desde que não sejam os seus parceiros. Ao crítico interno é dada uma sorte repugnante. *Nós, Partidos da Oposição*, onde devem estar todos de acordo, mas podemos criticar o grupo hegemónico. Quem criticar aqui dentro é expurgado. *Nós, Sociedade Civil*, onde devem estar igualmente de acordo, mas finge-se tolerância. Pelo que quem criticar *ad intra* deve ser expurgado ou acusado de ser um agente secreto do regime. *Nós, Grupo Hegemónico*, onde a crítica é veneno e custa a vida de quem se atreve a criticar (p.13)

O livro encaixa-se na necessidade que havia, e há, de se discutir formas de engajamento ativista que levem à emergência de uma luta pela democracia que envolva a

sociedade mais ampla visando, em primeiro lugar, uma mudança na cultura política: “Partir para a violência é uma contradição com a democracia que defendemos” (p.17). Entretanto, se, por um lado, há uma forte crença nos métodos pacifistas de protesto (“[...] mas não pacifista no sentido cristão” (p. s37) e no quanto isso possa significar uma tomada de posição no rumo da democratização, por outro lado, o Estado angolano não renuncia à repressão e à violência nas instâncias policiais, políticas e jurídicas esses mesmos métodos, como se tem observado nos últimos anos.

Diante de algumas simplificações da luta democrática induzidas pelo pragmatismo do livro original, Domingos da Cruz propõe um diálogo com o ativismo contemporâneo e questiona a falta de planeamento local das revoluções primaveris no norte da África, entendidas como forças democráticas reais. Porém, sem um projecto filosófico e político de nação que levasse a uma sucessão no poder, sem os graves conflitos vividos posteriormente, pois, como se sabe, o radicalismo fundamentalista, o militarismo, os cartéis empresariais e os interesses internacionais do capitalismo corresponderam ao sequestro e pulverização das intenções democráticas e produziram autoritarismo, intervenções e guerras, questões que Domingos indica como consequências a evitar, assim como a mera substituição de uma ditadura por outra (p.19). Mesmo em relação aos casos considerados mais bem sucedidos, como o da Tunísia e do Burkina Faso, segundo Domingos, existem erros que devem ser compreendidos para não serem repetidos.

A diferenciação entre ditadura e democracia é um dos aspetos mais importantes do livro, tendo em vista a mistificação do processo eleitoral como principal virtude democrática em Angola, mas que na verdade tem sido a forma mais eficaz de manutenção - sem eleições diretas - do mesmo presidente, no poder desde 1979. Assim, o autor adverte que se evite a confiança excessiva nas forças políticas internas, concorrentes do poder instituído, que têm funcionado como fiel da balança sem real possibilidade de alternância. Adverte, também, que não se ceda a acordos com forças externas (os “salvadores da pátria” (p.20), mas que se invista no processo revolucionário pacífico, fortemente apoiado pela resistência do povo oprimido como única forma de criar tanto “um Projecto Político Filosófico de Nação e de País” (p.10) como de forjar novas lideranças políticas capazes de renovar a confiança na representação política em Angola. Como se trata da adaptação de uma obra genérica para um contexto específico, a linguagem é direta e as explicações procuram ser acessíveis e sintéticas sem renunciar ao teor reflexivo, crítico e problematizador.

Breve comentário ao livro “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura — Filosofia Política da libertação para Angola”

Nelson Domingos António.²

O povo é soberano: o governo é sua obra e sua propriedade, os funcionários públicos são seus empregados. O povo pode, quando lhe aprouver, mudar seu governo e destituir seus mandatários.

— Maximilian de Robespierre

O livro “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: Filosofia Política da libertação para Angola” (2015), de Domingos da Cruz, inspira-se na obra “Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação” (2010), de Gene Sharp. Trata-se de uma obra assente na reflexão sobre a desobediência civil pacífica, adaptada à realidade angolana. A obra apresenta um conjunto de técnicas para pôr termo a um regime considerado não democrático e evitar que se instaure um novo regime autoritário.

A desobediência civil “[...] é uma forma particular de desobediência, na medida em que é executada com o fim imediato de mostrar, publicamente, a injustiça da lei e com o fim imediato de induzir o legislador a mudá-la” (Bobbio, 1998: 335). A injustiça pode manifestar-se através da gestão danosa dos bens públicos e demais decisões arbitrárias tomadas pelo

² Ph.D. em Ciência Política; Mestre em Filosofia Política E Licenciado em Direito e Teologia. Pesquisador e Docente Universitário.

governo, que conferem legitimidade ao cidadão para levar a cabo a desobediência civil. Para Thoureau (2012:8), “[t]odos os homens reconhecem o direito de revolução; isto é, o direito de recusar obediência ao governo, e de resistir a ele, quando sua tirania ou sua ineficiência são grandes e intoleráveis.” A desobediência civil pode ser deflagrada contra regimes não democráticos para forçá-los a abandonar o poder ou a abrirem-se para as regras da democracia. Pode igualmente ser deflagrada contra regimes em transição para a democracia, a fim de pressionar o regime a observar os princípios democráticos e acelerar a transição democrática. Pode, ainda, ser deflagrada, contra regimes democráticos com o fim de levar o governo a restabelecer o estado democrático e de direito por ele violado.

Domingos da Cruz (2015: 13-17) observa que, para levar a cabo uma desobediência civil pacífica, é necessário mobilizar os oprimidos e conquistar a confiança e solidariedade coletiva. Entretanto, o desafio que se impõe reside em, como conquistar essa confiança e solidariedade coletiva num contexto em que o medo e a desconfiança figuram dentre as mais poderosas estratégias de governação e manutenção de poder? Por meio da “violência pedagógica”, os regimes não democráticos recorrem a “pequenas lições de repressão”, transmitidas sistematicamente, atravessando gerações, para desestimular os cidadãos a engajarem-se em contestações, tornando-os “disciplinados” (Antônio, 2015: 111). A desconfiança, por sua vez, segue a lógica de “dividir para governar”. Em regimes não democráticos, é imperativo para o regime que os cidadãos

desconfiem uns dos outros, que vivam em constante estado de vigilância. Conseqüentemente, os pensamentos críticos tendem a ser expressos apenas em espaços restritos. Como é que o cidadão, imerso no medo, na desconfiança e na apatia, poderá ser conquistado a engajar-se na solidariedade coletiva e na desobediência civil pacífica?

Domingos da Cruz (2015: 34) entende que, em regimes não democráticos, as instituições e eleições figuram como simulacros para a manutenção do poder e que a ausência de partidos políticos concorrentes em eleições retiraria a legitimidade do regime. Entretanto, não se pode inobservar que os regimes não democráticos podem criar partidos fantoches, para simular um pluralismo político e partidário, o que prolongaria a permanência do regime no poder. Em suma, a desobediência civil defendida por Domingos da Cruz, inspirada em Gandhi e Mandela, é manifestamente pacífica, contrária à revolução, golpe de Estado ou guerrilha, em razão dos seus efeitos desastrosos aos cidadãos comuns. O livro enquadra-se no âmbito das teorias das transições de regimes, a despeito de não se debruçar sobre alguns dos paradigmas estabelecidos por elas. De qualquer forma, a obra é uma lufada de ar fresco para despertar algumas mentes anestesiadas diante da conjuntura desoladora do medo, desconfiança e apatia a que grande parte dos cidadãos vêm sendo submetidos.³

³ ANTÓNIO, Nelson Domingos. *Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola*. Rio de Janeiro: PoloBooks, 2015.

BOBBIO, Norberto; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CRUZ, Domingos. *Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: Filosofia Política da libertação para Angola*. Luanda: Mundo Bantu, 2015.

O alto voo da águia

Fernanda Cris Franco⁴

Tive a oportunidade de conhecer Domingos da Cruz durante o mestrado na Universidade Federal da Paraíba (Brasil), e a sorte de cursar com ele uma disciplina. A perspicácia das suas observações, ao mesmo tempo divertidas e contundentes, passava-me a imagem de um jovem de elevado espírito crítico que, como uma águia, conseguia enxergar tanto as mais amplas estruturas como os pequenos detalhes com igual nitidez. Ao entrar em contato com sua nova obra “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: Filosofia Política da Libertação para Angola”, consigo identificar este mesmo espírito crítico, agora mais aprimorado, amadurecido, provavelmente resultado das árduas lutas que travou nos últimos anos para resistir àqueles que tentaram aprisionar este seu espírito de águia. Sem sucesso, pois a sua natureza é voar alto, especialmente quando está em causa a liberdade, ou melhor, a ausência dela.

O livro é apresentado num formato irreverente, como um manual de utilizador que, didaticamente, explica o passo a passo do que deve ser feito - pacífica, paciente e estrategicamente – para reverter a ascensão de ditadores pelas

THOUREAU, Henry Davi. *Desobediência civil*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012.

⁴ Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito e Sistemas de Justiça da Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Doutora em Direitos Humanos e Desenvolvimentos pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Mestre em Ciências Jurídicas pelo mesmo programa. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Brasil. Consultora em projectos e programas de desenvolvimento.

paragens nas engrenagens democráticas. Muito além disso, a obra apresenta-se como uma verdadeira ontologia da ditadura, expondo em detalhe a natureza desse *ser*, as forças que a sustentam, legitimam e reproduzem. Nessa caracterização, a figura central do ditador é ricamente caracterizada, como um personagem teatral denso e ideal, conhecido pelo autor e contra o qual o enredo é direcionado. Como toda a boa ontologia, acaba por retratar com igual profundidade o seu *não-ser*, ou seja, a democracia, cuja descrição recoloca reflexões num contexto mundial no qual ela vem sofrendo incisivos ataques.

Olhando às estratégias apresentadas desde a perspectiva do lugar de onde escrevo (Brasil), a obra reforça e reacende a importância de se prezar pela constância na discussão democrática, mesmo em universos democráticos supostamente ‘em funcionamento’. De fato, nos últimos anos, foi possível observar o surgimento de vozes entediadas diante da massiva e repetitiva referência à democracia. Alegavam que a democracia se havia tornado uma panaceia para qualquer problema, uma solução monocromática, um aborrecido samba de uma nota só. Entretanto, a surpresa de todos diante de inesperadas ascensões de discursos e práticas antidemocráticas ao redor do mundo, recoloca a discussão sobre a democracia e reforça a convicção de que nunca é demasiado bater-se nesta tecla, que parece brilhar mais intensamente quando tentam obscurecê-la. Nesse sentido, o interessante da obra de Domingos da Cruz é que ela não se aplica apenas ao contexto angolano, ainda que trace suas análises a partir dele. As

recomendações são aplicáveis a contextos diversos e, por isso, a obra tem um grande potencial de expansão.

Ao referir as antigas estratégias chinesas de guerra, relembra aos leitores que na história ancestral da humanidade, as forças de dominação sempre estiveram presentes e ávidas por subjugar aqueles mais fracos, mais vulneráveis, mais desorganizados. A dominação colonial deixou marcas profundas, tão profundas que é possível visualizar como o colonialismo é uma prática que apenas trocou de roupagem, pois o processo de espoliação, exploração e dominação permanece, ainda que com renovadas vestes. Compreender e estudar o inimigo, bem como traçar um planeamento estratégico para derrotá-lo é uma arte antiga, que requer sabedoria e astúcia. O livro, ao identificar as forças e fraquezas da resistência contra a ditadura em Angola, explora com lucidez e riqueza os detalhes das diversas estratégias necessárias para reverter e transformar a situação ditatorial instalada. Trata-se de um presente não só ao povo angolano, mas a todos aqueles que presam pelos mais altos valores da resistência e da liberdade.

Recensão crítica ao livro “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura — Filosofia Política da libertação para Angola”

Edgar Mundulai Arindo Barroso.⁵

Senti-me especialmente lisonjeado por ter sido convidado para comentar este livro de Domingos da Cruz, alguém que primariamente só conhecia através dos media, aquando do processo judicial desencadeado pelo Governo angolano contra si e outros 16 compatriotas. Depois, conheci-o pessoalmente na minha cidade natal, em Maputo, Moçambique, em 2016. Sinto-me lisonjeado primeiro, porque o livro arrola uma série de assuntos muito apaixonantes para mim, tanto como pesquisador, quanto como ativista social no meu país. Segundo, porque propõe um conjunto de técnicas e de ferramentas de confrontação “radicalmente pacífica e fraterna” contra um regime ditatorial altamente repressivo e violento, como é percebido ser o angolano.

Li, há algum tempo, o livro “The Anarchist Cookbook”, da autoria do norte-americano William Powell, primeiramente editado pela Lyle Stuart Inc, em 1971. A edição de 1989, pela *Barricade Books Inc.*, inclui um prefácio de P. M. Bergman onde se assume que “a principal característica de um movimento anarquista [...] é a de atrair atenção mais para a sua existência do que para as suas ideias”. Creio que o exercício que Domingos da Cruz tenta realizar neste livro, é

⁵ Mestre em Estudos Africanos, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. É também pesquisador *freelancer* e activista social em Moçambique.

precisamente o contrário: propor e vincar ideias de que, mais do que afirmar que existe um movimento cívico profundamente descontente para com o *status quo* angolano, existem alternativas de “combate pacífico” contra um poder físico e ideológico aparentemente insuperável. Com efeito, há, na visão deste autor, um regime ditatorial que precisa de ser deposto, de forma não-violenta, ética e coletiva, assente no desmantelamento total do seu *modus vivendi*, por se revelar desajustado às dinâmicas democráticas globais e por não ser consentâneo com as legítimas aspirações e interesses do povo angolano.

O presente de Angola parece ser o da larga maioria dos regimes africanos no pós-independência, dominado por uma cultura política grandemente autocrática. Penso ser precisamente aqui onde reside uma das maiores forças da proposta de uma nova filosofia política de libertação para o país. Com efeito, autores como Baba G. Jallow, na obra “Leadership in Postcolonial Africa - Trends Transformed by Independence”, de 2014 e editada pela *Palgrave Macmillan*, sustentam ser falso o argumento de que a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito não se adequam às circunstâncias e contextos africanos. É factual que as primeiras gerações de líderes africanos, no período pós-independências, repetiram exaustivamente esse discurso nos seus países e usaram-no como justificação para a imposição de regimes autoritários, bem como para a invenção de duvidosas “filosofias” de “autenticidade” africana para ajudar a lutar contra esses inimigos ocidentais (a democracia, os direitos

humanos e o Estado de Direito). Ainda segundo este autor, muitos líderes africanos pós-coloniais interpretaram mal as reivindicações de independência e fizeram muito pouco para mudar a cultura política colonial autocrática em que os seus países se encontravam. Desse modo, a ideia de uma luta pela liberdade e igualdade era considerada como uma aberração estrangeira e divisionista, que não teria espaço nos Estados independentes. A liderança e as aspirações políticas dos cidadãos foram deslegitimadas; a submissão inquestionável foi rotinizada; foram negados aos cidadãos o direito de questionar as ações dos seus governos ou de apoiar livremente os movimentos políticos que quisessem. A opressão tornou-se a forma preferida de governação. A uniformidade política imposta sufocou toda a oposição construtiva, abafou a criatividade política e gerou uma cultura de cinismo ou anomia silenciosa, que domesticou os povos africanos e tornou-os incapazes de se adaptarem adequadamente aos infinitos desafios que surgiam nos seus ambientes imediatos.

Outra das questões mais intrigantes nos estudos sobre a liderança africana, a que Jallow faz referência, é o porquê da maioria dos africanos continuar a louvar e a glorificar líderes que os exploraram e os mantiveram tão pobres, oprimidos e tratados como súbditos. Se os africanos se insurgiram contra a opressão colonial e a combateram, porque é que eles se sujeitam à opressão pós-colonial? Para este autor, a razão é que o povo geralmente não atribui a culpa pela sua pobreza e sofrimento aos seus líderes ou aos seus governos. Eles atribuem tal culpa a Deus, ou aos seus deuses, exatamente

como o fizeram os seus antepassados no tempo colonial, ou antes da ocupação colonial. Domingos da Cruz desenvolve, na presente obra, uma “teoria de libertação” visando a desconstrução desse equívoco colectivo e orientada para o que ele designa de “erosão da tirania”. Exatamente o que Baba G. Jallow propõe, ao falar da urgência de se mudar a cultura política africana – a imperiosidade de uma revolução cultural, que traria à luz do dia o entendimento popular do que significa a liderança e o governo em função das realidades atuais e as limitações do poder e da autoridade constitucional inerentes ao modelo de Estado-nação atual.

A leitura da proposta iconoclasta de Domingos da Cruz, permitiu que se acendessem duas luzes em mim. A primeira, sobre a pertinência de se refletir sobre até que ponto “soluções musculosas” para eventuais conflitos políticos podem ser ou não descartadas. Sobretudo quando se estiver diante de um cenário de manifesto e sistemático abuso de direitos, de repressão violenta e de manipulação ou desvirtuação de poderes para benefício exclusivo de um determinado regime. O “uso legítimo de força”, no conceito de Max Weber, não outorga às forças estatais a discricionariedade de, indiscriminadamente, matar, perseguir ou silenciar cidadãos constitucionalmente protegidos de direitos à vida ou às liberdades de expressão, de associação ou de manifestação, apenas por serem politicamente hostis ou desavindos com o *status quo*. Aliás, parece-me razoável que, perante casos flagrantes de uso antiético ou criminal de qualquer tipo de força por parte de qualquer entidade ou instituição, todo e

qualquer cidadão (ou grupo de cidadãos) tenha direito à resistência e à legítima defesa. Não é por uns serem “do Estado” ou por estarem no poder que podem, a seu bel-prazer, praticar tiro ao alvo, detenções arbitrárias ou censura institucionalizada, de forma indiscriminada e sistemática, sobre a vida dos que “não são do Estado” ou que não estão no poder. É preciso começarmos a nos posicionarmos de modo crítico sobre os limites normativos e éticos do exercício do poder, por parte das elites dirigentes africanas, de que Angola parece ser apenas mais um exemplo paradigmático.

A segunda luz foi a sugerida por autores como Bettina Koch, na obra “State Terror, State Violence-Global Perspectives”, de 2016 e editada pela *Springer*, segundo a qual, quando há uma evidente crise de legitimidade por parte do Estado no exercício das suas atribuições ou no uso de recursos para a sua materialização, emerge uma dúvida moral de continuar a obedecer ao detentor legal do poder e, por essa via, a legitimidade do uso de qualquer recurso, violento ou não - ou da mera cogitação do seu uso - pode passar a ser “propriedade” das vítimas desse mesmo Estado ou regime. Para esta autora, a legitimidade não é apenas uma questão de direito, mas também um fenómeno normativo e social que depende da percepção e da perspectiva das pessoas. Por conseguinte, emergem sempre sinais de crise de legitimidade do Estado, ou do regime que o controla, quando surgem focos de resistência e quando tal Estado tenta manter ou impor o seu poder recorrendo invariável e sistematicamente à perseguição, à repressão violenta e à institucionalização da censura. Parece-me evidente

que a emergência de teorizações como as propostas em “Ferramentas para Destruir o Ditador e Evitar Nova Ditadura” é uma consequência natural da crise de legitimidade do regime angolano.

No entanto, e ressaltando todas estas perspectivas, não resistiria a deixar patente neste texto algumas inquietações. Por exemplo, quanto tempo durará o período revolucionário proposto por Domingos da Cruz? E qual seria a sua sustentabilidade? Como tal processo revolucionário se poderá desligar da sua natureza intelectualmente elitista e desenvolver raízes e legitimidade junto das massas? Terá Angola, por conseguinte, bases estruturantes para se manter e permanecer erguida num cenário pós-ditadura? Será a democracia, e as suas ilusões, como o princípio do governo da maioria - que, infalivelmente, oprime as restantes minorias -, ou os seus “vícios” como o princípio da liberdade de expressão - que torna intrinsecamente legítima qualquer ponto de vista diferente ou oposto ao que Domingos da Cruz propõe no livro - a melhor alternativa para Angola? Espero que o autor do livro não seja mais um daqueles utópicos que o supracitado Bergman acredita serem “profetas autoritários que querem impor as suas próprias crenças sobre as massas”. Muito mais do que “destruir o ditador”, é preciso ter bem claro o que se construirá a seguir. Provavelmente reside aí o mérito ou o demérito da proposta do autor, cenário que só a ousadia do presente determinará e que só as páginas do futuro confirmarão (ou não).

Resenha crítica

Tirso H. Siteo.⁶

No momento em que redijo esta resenha, várias constatações se impõem acerca da atual conjuntura social, política e económica que se vive em alguns países da lusofonia, fundada sob princípios de liberdade, igualdade e respeito pela diversidade de opinião. Não quero remeter essas constatações à ideia, segunda a qual o *modus operandi* dos processos políticos e de governação nestes países da lusofonia, sejam homogéneos pelo facto de, historicamente, partilharem o mesmo passado colonial ou imperial que é Portugal. Quero sim, dialogar com as investidas feitas nos processos políticos e de governação pela elite política, no contexto pós-colonial angolano, como nos é sugerido por Domingos da Cruz, no seu livro intitulado “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura - Filosofia Política da Libertação para Angola”.

O livro, contempla treze capítulos extraordinários, inspirados em parte no livro intitulado, “Da ditadura à democracia”. A despeito disso, a minha exposição não será demasiado longa pois exigiria uma tentativa pormenorizada de explorar todos os capítulos do livro, e tendo em conta que se trata apenas, de uma contribuição em formato de resenha, vou apenas dialogar com o livro, na tentativa de compreender como as ideias aí contidas nos abrem portas para (re)pensarmos as

⁶ Mestre em Antropologia Política. Pesquisador da Kaleidoscopio – Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Cultura. Director da Bloco4 Foundation. A sua linha de investigação, centra-se na música como veículo de crítica e protesto social com enfoque para sociabilidades e processos de identificação juvenil em Moçambique.

avenidas de análise dos jogos de poder numa democracia adiada e duma ditadura permanente, no contexto angolano. Para isso, Domingos é bastante sugestivo. Entendo que nos sugere lançarmos um olhar sobre o modelo de democracia que é contra certas formas de gozo de direitos e deveres dos cidadãos, conferidos constitucionalmente, e limitados quanto ao seu exercício pleno, o que leva a uma ideia contraditória, no que concerne ao que é aprovado pela elite governante e ao que é exercido, tendo em conta também a construção e afirmação de grupos privilegiados.

É neste contexto que percebo os pontos cardeais, de reforço à existência de violência política, participação política, censura politicamente institucionalizada contra os que desenvolvem a retórica em defesa da justiça social na relação entre Estado/governo e a sociedade. Seguindo esta linha de raciocínio, surgem questões que procuram responder a um certo vazio, como por exemplo, como e porque meios se deve combater as injustiças sociais protagonizada por um grupo hegemónico e ditador? A resposta mostra-nos que não se deve enveredar pelos mesmos meios que o ditador usa ou usou, para oprimir e restringir o sentido de liberdade e participação política do outro. Esse posicionamento abre espaço para reflectirmos sobre que formas de luta podem ser adaptadas, na contemporaneidade, contra o grupo hegemónico e ditador, diferentes das que foram desenvolvidas na busca pela independência contra o colonialismo, o que, conseqüentemente, impõe um olhar sobre o modo como vão

ou devem ser construídas e afirmadas alianças, contra o tal grupo hegemónico e ditador.

Entretanto, partindo dessa premissa, se, por um lado, Domingos nos faz pensar na existência de forças internas (angolanas) e externas (comunidade internacional) domesticadas e que somente se pode contar com forças coletivas, que se podem construir na base da solidariedade, tendo como fator de unidade a luta pela liberdade, democracia e dignidade humana, transparece a falta de confiança para com diversos segmentos da sociedade, internos e externos à própria sociedade angolana resultante de um sentido de “medo”, corporificado pela ideia de “neocolonização”. Consequentemente, surge uma outra questão: de que segmentos da sociedade essa coletividade deve provir e como celebrar acordos que beneficiem o colectivo? Esses questionamentos, na verdade, não se referem à impossibilidade de identificar dinâmicas de mobilização e participação política, face a um grupo hegemónico e ditador.

Antes disso, fazem-nos pensar que modelo de revolução angolana é preciso instaurar e que não seja necessariamente a forma como se deram as revoluções no Egito e Líbia, por exemplo. Um projecto político, filosófico de nação e de país, que não priorize um modelo herdado, resultantes do processo de colonização, mas socialmente construído, fazendo o colectivo acreditar que o ideal nacionalista que deu às elites políticas mais poder e, consequentemente, a sua exclusão social, nos processos políticos e de governação deve buscar uma postura diferente, que garanta maior inclusão nos órgãos

decisórios ou na centralidade do poder de modo que haja equilíbrio entre as partes.

Daqui, retornamos a um ponto dramatizador sobre o qual assenta a ideia segundo a qual, a partir de que lugares, devemos pensar a democracia e a ditadura e que narrativas discursivas sobre democracia e ditadura, são apresentadas e reprodutivas pelos diversos segmentos da sociedade. É somente por este meio, que podemos (re)pensar ou promover mudanças como um colectivo, para um colectivo, contra um grupo hegemónico e ditador.

Breve recensão do livro “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura — Filosofia Política da libertação para Angola”

Raul Tati.⁷

Prólogo

A pedido do autor do livro supracitado, trago nestas páginas uma síntese crítica ao seu trabalho, com o intuito de explorar as linhas-mestras do seu pensamento. O objectivo deste exercício é, tendo em conta o interesse que a obra tem suscitado, contribuir para o seu estudo, por um lado, e interagir com o autor, por outro lado. O grande desafio que assumo nestas páginas é, por conseguinte, interpretar o seu pensamento com fidelidade, honestidade intelectual e a lisura que se impõe.

O título sugere que se trata de uma obra contracorrente, por esbater os argumentos da sabedoria convencional e pela maneira irreverente como arranca o véu aos mais intrincados problemas do cenário político angolano. Em relação à autoria das ideias contidas no livro, o Dr. Domingos da Cruz, exercitando a virtude rara da honestidade intelectual, faz uma advertência prévia ao leitor com estas palavras: «Não tenho nenhum mérito sobre as ideias contidas neste livro. Com exceção de alguns capítulos, a maior parte das ideias são do filósofo norte-americano Gene Sharp, extraídas da sua obra “Da ditadura à democracia”. Se tenho algum mérito, talvez

⁷ Doutor em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana de Roma. Doutorando em Ciência Política. Pesquisador, professor universitário e activista cívico. Enquanto sacerdote, foi vigário-geral da Diocese de Cabinda e reitor do Seminário Maior de Filosofia.

decorrerá do facto de ter adaptado o seu pensamento à realidade angolana». Se, por um lado, o autor reconhece não serem suas as ideias plasmadas no livro, por outro lado, assume o ônus da sua adaptação ao contexto angolano. Uma empreitada arrojada e atrevida, diga-se em abono da verdade. O seu inspirador, Gene Sharp, pese embora a sua trajectória internacional, escreveu a sua obra num país e num contexto completamente diferente e sem riscos graves à sua liberdade ou à sua vida, os Estados Unidos da América. Os EUA são um país de vanguarda da democracia liberal e das liberdades políticas. Aqui realço a diferença contextual entre o autor da obra e o seu inspirador. Efectivamente, o Dr. Domingos da Cruz adaptou as ideias de Gene Sharp à realidade angolana. A realidade angolana em nada se assemelha à *American way of life*. O contexto político é de ditadura. Angola é o paraíso de uns quantos e o inferno da grande massa dos deserdados, dos sem voz e sem vez.

O autor tem consciência disso e provavelmente sabia o que o esperava! Embora nesta matéria o vocabulário seja prolixo e não haja unanimidade na caracterização política do actual regime angolano. Há quem defenda pura e simplesmente que Angola é um Estado democrático, e ponto final. Há quem defenda que Angola é uma democracia formal e que ainda há muito por fazer. Existem ainda vozes que o qualificam como regime autoritário *tout court*. Finalmente, alguns falam de uma ditadura sofisticada. Sobre o assunto há, pois, muito pano para manga, mas aqui o que interessa é o que pensa o Dr. Domingos da Cruz. Fiquemos assim com a ideia de que Angola é uma

ditadura. Este é o mote de toda a sua reflexão, adaptada não só da obra *From Dictatorship to Democracy*, como também de subsídios doutros tantos trabalhos que constituem o rico repertório bibliográfico, criteriosamente selecionado pelo autor. Neles se incluem curiosamente mais de uma dezena e meia de trabalhos de Gene Sharp.

A obra e o contexto

A obra em referência foi escrita em Angola e sobre Angola. Usando um método dialógico, a raiar o método dedutivo, o autor ensaia ao longo do livro um diálogo entre a teoria e a realidade empírica; esta, todavia, delineando propensões. Com mestria, expõe os seus conhecimentos sobre filosofia, ciência política, estratégia, política internacional, etc. Para o autor trata-se duma “filosofia política da libertação para Angola”. Podia ser também um ensaio de ciência política. O problema que está no centro do livro é: como destruir um ditador evitando o surgimento de uma nova ditadura? Através da sua reflexão apaixonada, entusiasta, contundente, mas sobretudo de alto nível intelectual, o autor busca respostas entre axiomas e postulados da ciência política e da estratégia. Nota-se, ao longo do livro, uma espécie de frémito incontido de um jovem académico, que se coloca diante do espelho e desperta para a realidade pura e dura do seu país: o país está refém de um homem que há 36 anos reina ininterruptamente (o ditador); algo deve ser feito para destruí-lo; há partidos de oposição com ou sem assento parlamentar; há associações e organizações da sociedade civil; há igrejas; existe uma comunidade

internacional, etc. Será que as suas ações bastam para acabar com a ditadura? As eleições podem, por si só, apagar o ditador do poder? Estas e outras questões sensíveis abriram caminho para uma reflexão de indiscutível gravidade moral. Por isso, o autor vai no encalço dos grandes mestres que fez perfilar ao longo da sua obra partindo do clássico chinês Sun Tzu (pai da estratégia), passando pelos profetas da não-violência, como Mahatma Ghandi, Martin Luther King, Nelson Mandela, Desmond Tuto, etc. O autor tem consciência de que o ditador é poderosíssimo e que a sua empreitada é uma afronta hercúlea contra toda a sua máquina de poder (exército, polícia, tribunais, partido, as finanças, etc.). É um David diante do Golias. Todavia, não obstante o cenário prefigurado, acha que pode (e deve) contribuir para a destruição do ditador e sonha com uma obra de choque, provocante, cujas ideias sirvam como “ferramenta” incontornável (a funda de David) neste desafio para derrubar o Golias. Como dizia Fernando Pessoa, “o homem nasce, Deus quer, a obra nasce”. E a obra nasceu...

As ferramentas para destruir o ditador

O autor descarta preliminarmente qualquer recurso à violência, por causa dos seus efeitos multiplicadores (*abissus abissum invocat*) e nefastos, para não dizer contraproducentes. Em nenhuma página do seu livro o autor defende o recurso às armas. Deixo aqui o próprio autor que o diga com suas próprias palavras: «A filosofia política da libertação para Angola é radicalmente pacífica, fraterna, mas realista.» E, mais adiante, justifica a não opção pelas armas: «Pegar em armas levaria o

ditador a agradecer na medida em que teria legitimidade tanto interna quanto externa para exterminar.» E ainda: «Usar armas demonstra que somos igualmente selvagens como o ditador e perderíamos autoridade moral e legitimidade democrática.» Mas, então, propalou-se que este livro era supostamente o manual da preparação de um golpe de estado em Angola. O que eu encontrei na obra vai exactamente na direcção oposta. Um golpe de estado não pode ser a solução, defende o autor, com estas palavras inequívocas e clarinhas como a água cristalina: «um golpe de estado representa retrocesso civilizacional e viabilizaria o nascimento de nova ditadura militar.» Exemplos disso abundam *ad nauseam* na nossa realidade política africana. Neste sentido, o autor critica a chamada *primavera árabe* na Líbia, no Egipto, cujos resultados foram trágicos por não terem sabido gerir a transição.

Ora bem, tendo em conta a finalidade última da luta, que é derrubar o ditador, os seus apoiantes e as estruturas que o suportam com vista a instaurar a democracia, defende que deve haver um projecto político e filosófico de nação e de país. As eleições não servem, nem as negociações, pois estas legitimam o ditador. As ditaduras devem ser derrubadas e não reformadas. Contra todas as formas de ativismo que mais não fazem que cooperar na manutenção da ditadura e legitimá-lo, propõe um modelo de luta baseado no “desafio político”, de Robert Helvey, isto é, uma luta não violenta através da não-cooperação ou desobediência civil, protestos, manifestações e intervenções. Detém-se, em várias páginas, a explicar o seu

pensamento sobre a luta pacífica. Esta, segundo o autor, não se confunde com o pacifismo cristão: oferecer a outra face. A luta pacífica exige atitude e não resignação. E esta luta é uma verdadeira revolução porque a sua meta é a mudança política radical que nos vai levar da ditadura à democracia. O funcionamento da luta não violenta conta com cerca de duas centenas de métodos agrupados em três categorias assim discriminadas pelo autor: PROTESTO E PERSUASÃO, NÃO-COOPERAÇÃO e INTERVENÇÃO.

É convicção do autor de que os ditadores têm as suas fraquezas, por isso são derrubáveis, por mais poderosos que sejam os seus exércitos: «apesar da aparência de força, todas as ditaduras têm fraquezas, ineficiências internas, rivalidades pessoais, deficiências institucionais, e conflitos entre organizações e departamentos. Essas fraquezas, ao longo do tempo, tendem a tornar o regime menos eficaz e mais vulnerável às mudanças de condições e resistência deliberada». Joga-se aqui o factor psicológico. A natureza humana é complexa e os interesses dos indivíduos são dinâmicos e voláteis. Nem sempre é possível manter as lealdades por todo o tempo e em todas as circunstâncias. Afinal, como escreveu o poeta, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades! Só os diamantes são eternos! Os temíveis guardiães do templo de hoje, podem ser os libertadores de amanhã. A Guarda Presidencial de Blaise Campaore foi cúmplice ativa no derrube do ditador. O Exército nacional e a Polícia não foram disparar contra os manifestantes. Aplicaram o princípio da não-cooperação, seguida de intervenção.

Portanto, os polícias e os militares são homens e não robots previamente programados. Este facto, do ponto de vista securitário, explica bem porquê a segurança é sempre relativa e a ameaça pode vir do seu mais fiel soldado. O Presidente Laurent Kabila foi morto por quem? Um opositor? Um arruaceiro? Pela sua própria guarda. Assim sendo, «com o conhecimento de tais fraquezas inerentes à tirania, a revolução democrática pode procurar agravar estes “Calcanhares de Aquiles” deliberadamente, a fim de alterar drasticamente o sistema ou desintegrá-lo.»

Entretanto, para que a luta possa lograr, ela não pode ser feita de maneira espontânea, desgarrada e desorganizada. É imperioso estabelecer um planeamento estratégico. O autor defende que, sem um plano estratégico de luta, não será possível a erosão da ditadura. Para tal, é preciso definir o objectivo central, as ações a curto, médio e longo prazo, a logística, financiamento, etc. Conta com um eixo diplomático para captar apoios externos. Esta luta ou resistência, cuja fórmula é RRR=Raiva, Revolta, Revolução, será levada a cabo pelas forças democráticas da sociedade angolana, culminando com a instauração da democracia e a aprovação de uma nova Constituição a reflectir um novo projecto de nação.

Breve apreciação crítica

A primeira impressão que me veio ao ler esta obra é de provocação. É quase inescapável. Na verdade, o ineditismo deste tipo de pensamento na nossa praça intelectual doméstica, aliado ao atrevimento e argúcia intelectual que lhe serve de

esteio, não pode evitar que se exprima um apreço incondicional ao seu autor. Domingos da Cruz, jovem académico angolano, é um inconformista confesso e assumido que nos traz à memória aquela geração de africanos que, nos anos cinquenta e sessenta, manifestaram politicamente o seu inconformismo contra os regimes coloniais e decidiram lutar pela liberdade. Grande parte deles pagou um preço muito elevado por aquilo que acreditava. O trabalho do DC não perfila nos cânones do romantismo político, quiçá próprio da sua idade, nem é uma daquelas obras literárias que só brotam à luz para alimentar o narcisismo intelectual dos seus autores. Este livro foi escrito com responsabilidade. Senti-o ao lê-lo. O facto de estar hoje a passar por vicissitudes e agruras pessoais consubstanciadas pela privação de liberdade pela autoria do livro, granjeia-lhe respeito e admiração pela sua coerência e coragem em assumir as suas convicções, sem titubear. Neste sentido, como disse o próprio no início do livro, o mérito está conseguido por adaptar ideias de um autor estrangeiro à realidade angolana. As autoridades angolanas já prestaram uma singela e augusta homenagem ao livro, embora de forma quixotesca, ao conclamá-lo solenemente no altar da justiça, à semelhança dos livros santos nos templos sagrados. É a ironia do destino!

Epílogo

As ideias são poder. O pensar é poder. Trata-se de um poder de longo alcance, no tempo e no espaço. Por isso pode-se matar o homem, mas nunca as suas ideias. Aliás, as ideias imortalizam os homens. Hoje, na história das ideias políticas

continuamos a estudar Platão, Aristóteles, S. Tomás de Aquino, S. Agostinho, Jean-Jacques Rousseau, Hobbes, Montesquieu, Voltaire, Marx, Adam Smith, Max Weber, Maquiavel e tantos outros. Todos eles foram da lei da morte se libertando, parafraseando Camões, mas as suas ideias continuam a apaixonar estudiosos de todos as latitudes e a animar debates contemporâneos. No centro das ideias de todos os tempos está a vocação do espírito humano de interpretar os enigmas da existência (de Deus, do mundo, e do Homem). Dar sentido à existência do Homem no mundo é um imperativo. Este passa pela compreensão dos fenómenos naturais e sociais, mas uma questão filosófica se impõe: para que servem as ideias? É uma questão de milhões de dólares. As respostas podem divergir, mas muito dificilmente se poderá fugir destas duas balizas: a *felicidade* e a *utilidade*. As ideias perseguem uma finalidade última: a felicidade humana, quer dos indivíduos, quer dos grupos. Por esta razão elas têm uma função utilitarista, por carregar em si o poder de construir e de transformar aqueles elementos constitutivos, materiais e imateriais, tendentes a dar sentido à existência humana na sua plenitude. A felicidade, no sentido socrático de *eudamonia*, não é apenas o gozo dos prazeres, como defendiam os epicuristas, mas o alcance da plenitude do ser: só alcançamos a felicidade quando somos humanos em plenitude. Para lá chegar é preciso passar pela prática da virtude (*aretê*, em grego), no sentido moral como é entendido por Sócrates. Por conseguinte, servem as ideias para elevar o homem à sua verdadeira estatura como Alfa e Omega do Cosmos. Portanto,

todos aqueles pensadores que deixaram ideias em função da felicidade humana, erguendo pontes entre culturas e gerações são aqueles que hoje – imortalizados no tempo – desfilam nas galerias do humanismo. As ideias do livro que acabo de analisar trazem, afinal, um contributo *sui generis* para a construção da nação angolana e para a prosperidade dos seus cidadãos. Será utopia? O tempo dirá...

Associando-me às ferramentas para destruição do ditador

*Gilberto Teixeira*⁸

Antes de tudo, preciso reconhecer que a obra “Ferramentas para destruir o ditador e evitar uma nova ditadura – Filosofia política da libertação para Angola” foi para mim uma revelação. Perdido, procurando por um caminho, indeciso pelo caminho a seguir diante da escuridão tenebrosa, aparece miraculosamente uma luz que ilumina o caminho e percebe claramente o percurso.

Para começar a discorrer sobre o livro, decidi começar pelas frases que denotam o cristianismo como pacifista e não pacífico. Talvez por causa das minhas convicções, e creio que ninguém está totalmente despido da crença que acarreta quando pretende emitir uma opinião. Parece-me que o autor, ao usar a afirmação acima sublinhada, tem em conta as igrejas e as suas tristes análises contemporâneas ligadas à teologia da prosperidade, sem inculcar nelas o espírito libertador e crítico. Deixou de lado as ideias que lhe deram corpo e a sua essência. Enfim, falarei com Huston para devolver-nos a ideia milenar do cristianismo de forma viva. Através da sua obra de referência no universo dos estudos religiosos, Huston Smith, é considerado a maior autoridade americana em estudos religiosos. O que aqui descrevo foi retirado da sua obra “A essência das religiões. A sabedoria das grandes tradições religiosas”.

⁸ Economista e pesquisador

É indiscutível que o cristianismo tem origem e fundamentos no judaísmo. Sendo Jesus um judeu, dos seus ensinamentos que causam escândalos ao mundo evoco: Dizem-nos que não resistamos ao mal, antes oferecendo outra face. O mundo assevera-nos: há que resistir ao mal por todos os meios possíveis. Dizem-nos que amemos os nossos inimigos e abençoemos os que nos amaldiçoam. O mundo assume que devemos amar os amigos e odiar os inimigos. Dizem-nos que o sol nasce para os justos e para os injustos da mesma maneira. O mundo considera que isso é pouco criterioso e preferiria ver nuvens acumularem-se sobre as pessoas más. O filósofo russo, Nicolai Berdyaev, afirmou que percorre nestes ensinamentos um vento de liberdade que assusta o mundo, e faz-nos rejeitá-los, protelando-os — ainda não, ainda não! Obviamente, H.G. Wells tinha razão: ou este homem tinha algo de louco, ou os nossos corações são ainda demasiado pequenos para a sua mensagem.

O judaísmo definiu a história como simultaneamente importante e sujeita a crítica. Os que não aprendem com a história estão condenados a repeti-la. Por contraste, no judaísmo, há uma tensão entre as possibilidades divinas e as manifestas frustrações da história. Existe uma tensão aguda entre o deve ser e o ser. Como resultado, criou as condições para o protesto social. Quando as coisas não são o que deviam, torna-se inevitável uma mudança. A ideia deu frutos. Foi nos territórios afectados pela perspectiva histórica dos judeus que nasceram as ideias-chaves para a melhoria social. Os profetas estabeleceram o padrão. “Protegidos por sanções religiosas, os

profetas da Judeia foram uma força política reformista sem rival, que talvez nunca tenha sido igualada na história mundial subsequente.” Inflamados pela convicção de que as coisas não eram o que deviam ser, invocando o nome de Deus que representavam, criaram um clima reformista que “deixa a perder de vista Hyde Park e a época de ouro dos jornais sensacionalista.” Vejamos o que diz Isaías: designei-te para seres a luz das nações, para dares vista aos cegos [...]. A questão que se impõe é: luz com injustiça, com silêncio, com consentimentos do triunfo da maldade? Importa destacar que as frases de Isaías têm duas dimensões: espiritual e social. Embora os judeus e cristãos fossem capazes de atribuir um significado ao seu sofrimento, deram-lhe mais amplo sentido, que atingiu o seu clímax no messianismo.

Podemos analisar este conceito a partir de um facto notável. A ideia de progresso – a crença de que as condições de vida podem evoluir para melhor e que, neste sentido, a história pode ter uma finalidade — surgiu no Ocidente. Os outros povos que chegaram a esta noção adquiriram-na do Ocidente. Sendo um facto notável, parece ter uma explicação. Se nos atermos às duas religiões que mais vingaram, descobriremos que os seus perfis dominantes foram forjados por pessoas que estavam no poder. Por contraste, o perfil do Ocidente foi, quanto a este ponto, decisivamente delineado pelos judeus que, durante a maior parte do seu período formativo, pertenceram a classes sociais desfavorecidas. As classes dominantes podem estar satisfeitas com o *status quo*, mas os desfavorecidos não. A menos que o seu espírito de luta

tenha sido esmagado, o que nunca aconteceu ao ânimo dos judeus, as classes oprimidas aspiravam ao desenvolvimento.

Entre os judeus e cristãos, há uma categoria em comum: a convicção de que cada ser humano, pela simples virtude de sua humanidade, é filho de Deus e, por isso, detentor de direitos que até os reis têm de respeitar. Os profetas entram no palco da história como uma força estranha, elementar e explosiva, em que para eles, os reis parecem pequenos e o poder dos poderosos nada é comparado com a pureza, a justiça e a misericórdia. Isto é tanto mais verdade quanto, sempre que homens e mulheres recorrem à história em busca de encorajamento e inspiração para a velha luta pela justiça, os encontraram, acima de tudo, nas retumbantes proclamações dos profetas.

Para concluir esta parte: os desfavorecidos só podem olhar numa direção e foi o pendor ascendente da imaginação judaica (pivô do cristianismo) que acabou por levar o Ocidente a concluir que as condições de vida em geral podiam melhorar. A pomba é uma ave que sabe lidar com homens quando bem tratada, porém, a cobra ataca em momentos próprios. Não é isso que o livro em causa quer dizer? Se sim, Jesus na sua caminhada disse: sedes simples como as pombas e prudentes como as serpentes.

Pontos que fazem o livro como tal...

Deste livro, é difícil separar várias partes pelo complemento e consistência que apresenta como um todo. Mas, para o nosso ponto de vista, vimo-nos obrigados a fazê-lo. Uma das

proposições diz: “usar armas demonstra que somos igualmente selvagens como o ditador e perderíamos autoridade moral e legitimidade democrática”. Sou obrigado a concordar parcialmente com esse raciocínio, por causa do contexto especial de Angola. Até agora, a posição norte-americana sobre derrubar ditadores (quando lhes convém) funciona. Nem por isso deixou de ser, ou deixa de ser, referência de democracia. A ideia segundo a qual o derrube não deve ser feito por estrangeiros é digno de nota porque quando isso acontece não é liberdade, pois ela nunca fica sob umbrela de outros. Ao longo do livro vi a necessidade de mobilizar os oprimidos. Parece ser um desafio importantíssimo no caso angolano, pois creio que o espírito de luta ainda não foi esmagado, precisa simplesmente ser redirecionado. Para isso devemos ser concretos.

Num plano estratégico deve-se criar grupos “dos indignados” que anatem todos os erros do sistema ditatorial e torná-los públicos, até aos menos esclarecidos; apresentar posições corretas ao povo através dos indignados; organizar sessões de formações aberta aos interessados, devidamente selecionados, com vista a servirem de apoio na expansão da indignação das massas; realizar encontros abertos de “agitação mental” sem selecção nenhuma, pois visaria dar ânimo aos oprimidos; identificar claramente as instituições que apresentam algumas possibilidades de serem transformadas em grupos de pressão. Os professores, por exemplo, constituem um bom elo na construção de grupos indignados pelas seguintes razões: a primeira encontra-se no livro, quando

diz que “os detentores do poder [...] não têm tempo para promover o bem-estar, traduzindo-se numa carência social insuportável. Esta atmosfera de carência, deve ser aproveitada e capitalizada pelas forças revolucionárias.” A segunda, pela influência massiva que podem representar na expansão da indignação.

Outra ideia que merece ser destacada é a que demonstra a necessidade de viver com o mínimo de conforto material (sem confundir com esbanjamento), quando se faz parte do grupo dos “indignados”. Dada a detenção e controlo de todo sistema económico pelo ditador, precisa-se de uma tomada de consciência clara sobre:

1. O revolucionário deve perceber que na luta, deles nem uma gota de água pode esperar verter.
2. A necessidade de competência para independência financeira deve claramente estar assente e associada ao financiamento externo.

O livro passou a ideia clara de que a sociedade em questão não é democrática. Ideia com a qual concordo. Logo, as famílias não são democráticas. Imprimindo assim uma luta dual da parte dos indignados: contra o ditador, a sua corja e as famílias. Assim, muitos terão que dar-se por “perdidos” das famílias. O verdadeiro indignado com o discurso e no percurso na luta pela liberdade, terá que estar preparado para influenciar ou ser abandonado (não que seja contra a unidade familiar), mas terá que se enquadrar nas palavras de Jesus — “por amor a mim muitos serão expulsos dos lares, pais contra filhos...”

ou melhor, por amor à liberdade e dignidade da minha família e povo serei expulso...para o desmantelamento da ditadura, a espada da separação poderá vir do ditador contra as famílias e, inicialmente, pode ser necessário até que os indoutos entendam.

Entendo que a maior estratégia na luta para destruir o ditador deve ser a de criar na população o sentimento determinado de serem livres e pagar o preço da liberdade (a análise interdisciplinar é imperiosa). A ideia nas “mudanças de estratégia” é uma questão que merece ser cuidadosamente analisada. Pois a pergunta óbvia é: como seria a vida dos indignados, caso o ditador fizesse fracassar o plano de luta? Para que os indignados não sejam surpreendidos (o que deve ser inverso) devem ter na sua carteira de luta muitas opções ou estratégias. Ou seja, a mudança na estratégia deve ser previamente construída para serem implementadas a seguir no caso de fracassar a primeira e assim sucessivamente, sem dar tempo ao inimigo ditador.

Introdução

A “Filosofia Política da Libertação para Angola” é radicalmente pacífica, fraterna, mas realista. Na luta contra a opressão, existem três caminhos possíveis: a guerrilha, como a de Cabinda, por exemplo; a guerra convencional, do tipo que a UNITA levou a cabo e o “desafio político”, que é sinónimo de “desobediência civil”.

Em Angola, o grupo hegemónico e o ditador, atingiram um nível de ascensão no controlo da sociedade em que o único caminho parece-me ser a via pacífica, a resistência civilizada, ao estilo de Mahatma Gandhi, Nelson Mandela e todas as resistências contemporâneas que assistimos na Tunísia e no Burkina Faso. É realista desencadear o desafio político ou a desobediência civil frente a um regime feroz, selvagem e delinvente? Sim! Porém, não é fácil e não acontecerá num piscar de olhos. A luta contra a ditadura durará anos. Os democratas pacíficos deverão cultivar uma “ética da libertação”, onde a paciência, a inteligência e o planeamento são fundamentais para ir destruindo a ditadura paulatinamente e, no momento exato, levar a cabo um movimento de massas populares de grandes proporções.

Segundo Desmond Tutu, “muita gente pensa que as armas de fogo são a fonte de medo do ditador. Não. O maior medo do ditador é quando as pessoas decidem ser livres”. Pegar em armas levaria a ditadura a agradecer, na medida em que teria

legitimidade, tanto interna quanto externa, para exterminar. Por outro lado, usar armas seria atingir um dos ângulos mais fortes do ditador. Ele tem mais armas que os democratas, assim como logística e toda a engenharia financeira associada. Usar armas, demonstra que somos igualmente selvagens como o ditador e perderíamos autoridade moral e legitimidade democrática. Um país como Angola, em que os seus filhos foram mortos aos montes pelo regime colonial português, um quadro similar sucede com o novo regime de “colonização interna”, que prolonga as mortes até hoje. Por isso, a opção pela guerra convencional ou guerrilha, estenderia o sofrimento e não nos daria nenhuma garantia de vitória. Pelo contrário, a guerra fortalece a ditadura e a experiência histórica prova-o. É exatamente isso que o grupo hegemónico quer!

Um aspecto importantíssimo, que os democratas contra a ditadura devem ter em conta, é a atual conjuntura geopolítica e geoestratégica internacional. A relação entre Angola e a China, coloca os países ocidentais na corrida para terem acesso a parte dos recursos. Muita gente critica tal atitude, mas é uma crítica ingénua. Todo o povo e governo inteligente, na História Universal, correm em defesa dos seus interesses. Isto é o que eu faria também. Nenhum governo ocidental tem o dever, numa lógica unilateral, de nos ajudar, ao povo, quando isto coloca em causa os seus interesses. Aliás, seria humilhante se nós não conquistássemos a nossa liberdade e um estrangeiro o fizesse. Se assim for, será um simulacro de liberdade. Uma possível ajuda externa para o derrube do poder não é desejável, sob pena de transformarmos a liberdade pela qual lutámos

numa miragem e darmos, mais uma vez, o nosso destino colectivo ao estrangeiro.

Uma vez que as forças internas estão domesticadas — os artistas, a igreja, os empresários, as forças militares, a administração pública, os medias, as autoridades tradicionais, os espaços do conhecimento, a oposição parlamentar, os desportistas, as ONGs e associações —, incluindo a comunidade internacional e agências das Nações Unidas, resta-nos desde logo contar única e exclusivamente com as nossas forças colectivas que se podem construir na base da solidariedade, tendo como factor de unidade a luta pela liberdade, democracia e dignidade humana. Se formos capazes de mobilizar os oprimidos, certamente terão confiança para acreditar na sua capacidade de desintegração e erosão definitiva da ditadura. Quando estivermos na rua em massa, dar-se-á o desequilíbrio na correlação de forças a nosso favor, e dali, a comunidade internacional apoiará as forças pró-democracia. Neste momento de apoio da comunidade internacional, sejamos tão racionais quanto na longa marcha que levou à desintegração da ditadura, porque tal auxílio não será desinteressado. Visa sempre manter interesses. Este é um ponto-chave para que as forças democráticas possam mostrar ao povo que são diferentes do antigo regime. A diferença reside na capacidade de celebrar acordos que beneficiem o colectivo e que traga prosperidade. Os acordos devem ter uma marca claramente social e de esquerda, demarcando-se da chaga neoliberal.

Em síntese vale reter o seguinte: a) a luta pacífica — desafio político ou desobediência civil — é o melhor caminho para a conquista da liberdade e democracia; b) a guerra não garante vitória aos democratas e as possibilidades de perdas humana do lado das forças democráticas é inevitável; c) um golpe de Estado representa retrocesso civilizacional e viabilizaria o nascimento de uma nova ditadura militar; d) o povo angolano é “órfão”, por isso, deve contar exclusivamente com as suas forças internas que virão da solidariedade e da confiança colectiva; e) as possibilidades da comunidade internacional nos ajudar são boas quando já estivermos a segundos de ruir o edifício da ditadura; f) os democratas devem ter cuidado com ajudas de última hora, pois visam interesses instalados. Caso sejam necessários, há que celebrar acordos que beneficiem socialmente os cidadãos e, de preferência, envolver múltiplas fontes de poder democrático nas negociações como forma de demarcar-se da imagem anterior. Os acordos devem ser claramente de esquerda.

CAPÍTULO 1

Chaves Prévias Para Enfrentar E Detonar A Ditadura Com Realismo Político

Derrotar o inimigo em cem batalhas não é a excelência suprema; a excelência suprema consiste em vencer o inimigo sem ser preciso lutar [com armas militares].

— *Sun Tzu.*

Na sua clássica obra “Arte da Guerra”, o filósofo chinês Sun Tzu afirmou:

A garantia de nos tornarmos invencíveis está nas nossas próprias mãos [...]. A invencibilidade está na defesa; a possibilidade de vitória, no ataque. Quem se defende mostra que a sua força é insuficiente; quem ataca mostra que ela é abundante.

Diante da situação de Angola, a nossa invencibilidade residirá em dois factores: na confiança colectiva e na solidariedade decorrente de sermos vítimas e oprimidos. Construída a confiança colectiva, devemos desferir ataques pacíficos e sistemáticos ao ditador e a todos delinquentes à sua

volta. Importa esclarecer que o desafio político, a resistência, não se podem confundir com o pacifismo cristão. Pelo que a desobediência civil pressuporá acções muito ténues de distinguir entre o pacífico e o violento. Por exemplo, queimar pneus nas avenidas com vista a pôr fim à cooperação dos indecisos com a ditadura e, conseqüentemente, travar o curso normal do autoritarismo e as instituições que a sustentam.

O termo usado neste contexto foi introduzido por Robert Helvey. "Desafio político" é a luta não violenta (protesto, não-cooperação e intervenção), aplicada, desafiadora e utilizada ativamente para fins políticos. O termo surgiu em resposta à confusão e distorção criadas por equiparação da luta não violenta ao pacifismo e "não-violência" moral ou religiosa. "Desafio" denota uma oposição deliberada à autoridade, por meio da desobediência, não deixando espaço para a submissão. "Desafio político" descreve o ambiente em que a acção é empregue (político), bem como o objectivos (poder político). O termo é utilizado principalmente para descrever a acção das populações para recuperarem o controlo das instituições governamentais, através do ataque implacável às fontes de poder das ditaduras, e o uso deliberado de planeamento estratégico e operações para fazê-lo. Neste trabalho, desafio político, resistência não violenta e luta não violenta serão usados como sinónimos, embora os dois últimos termos se refiram geralmente a uma gama mais ampla de objectivos, sejam sociais, económicos, psicológicos, etc. Todos visam um fim: derrubar o ditador, os seus apoiantes e estruturas que o suportam com vista a instaurar a democracia. Todo este

processo de resistência paciente pressupõe não perder de vista outros factores geopolíticos internacionais, como sejam, as revoluções anteriores. Levar em conta outras lutas, permite-nos evitar os mesmos erros de resistências anteriores sem deixar de reconhecer o mérito e o heroísmo daqueles protagonistas.

Para mim, a revolução Egípcia e Líbia cometeram somente um erro: as forças democráticas sabiam o que não queriam, mas não sabiam o que queriam, com a clareza que a desobediência civil exige. As forças democráticas sabiam que não queriam Hosni Mubarak, nem Muammar Gaddafi e os seus regimes, mas não tinham um Projecto Político Filosófico de Nação e de País. Tal como é preciso um plano estratégico da luta, com um projecto com actividades, objectivos claros, alvos definidos, custos, atribuição de tarefas e cronograma bem estabelecido, é igualmente necessário e obrigatório um Projecto Político Filosófico de Nação e de País, que as forças democráticas possam apresentar aos cidadãos envolvidos, directamente ou não, na queda do regime. É necessário apresentar a visão do grupo sobre o que desejam fazer para o país após a derrocada da ditadura. Tal projecto permite garantir a segurança e confiança no futuro, viabiliza a credibilidade e nutre simpatias para com as forças democráticas, tanto internamente quanto no plano externo. Um projecto de nação permite que se avalie a capacidade organizativa dos opositoristas ao autoritarismo e os observadores externos perceberão que a resistência é composta por pessoas lúcidas,

que sabem o que desejam como projecto colectivo nacional. Sobre isto haverá uma secção específica neste livro.

A prova de que as forças pró-democracia no Egipto, não sabiam o que queriam, é que, após a queda de Mubarak, não apresentaram um plano para o futuro e não apresentaram o candidato da resistência que derrubou o ditador. Espera-se do grupo que luta contra ditadura um ideal de sociedade. Após a queda do ditador, o normal é apresentar um candidato, mesmo que a “verdade eleitoral”, ora implantada na democracia nascente, o derrote no escrutínio. Sem um candidato da resistência, existe o risco de uma nova camarilha de intolerantes implantarem uma nova ditadura e matarem a esperança que paira na sociedade. A realidade sociopolítica do Egipto e da Líbia, provam o que afirmo. Os antigos parceiros dos ditadores, seus contemporâneos que partilham mentalidade semelhante, assumiram o poder gerando incertezas. “Quando observa à direita, à esquerda, em frente e atrás, e só há políticos lixo, então, você deve procurar assumir o poder”, afirma Lula da Silva. Não o poder pelo poder, mas sim, o poder como meio para fazer diferente, o poder por uma questão de salvação nacional. Dito isto, é igualmente importante catalogar as organizações nacionais formais com as quais se pode contar para a luta. O critério para catalogar estas organizações é o conceito “grupos de pressão”.

De acordo com a ciência política, os grupos de pressão são as instituições da sociedade civil que agem de forma independente e pressionam o poder político com vista a mudar a forma de governar ou derrubar o regime. Na América Latina

e na Europa do Leste, grupos de pressão decidiram claramente pela queda das ditaduras. Muitas vezes, confunde-se grupos de pressão com grupos corporativos ou grupos de interesse. Os grupos de interesse são organizações, formais ou informais, em que os indivíduos que as compõem defendem os seus interesses por mais simples que sejam. Por exemplo, manter um salário, seguro de saúde e segurança no trabalho. Um sindicato é um grupo de interesse. Muitas ONGs, associações e outras formas de organização da sociedade civil que, inicialmente, têm como fim serem grupos de pressão, a dado momento deixam o seu ideal substancial, diluem-se e ganham um carácter burocrático e puramente corporativo. Em Angola existem muitas instituições desta natureza. Uma das causas de perderem o carácter de pressão, reside no facto de muitas pessoas se juntarem às organizações da sociedade civil com vista a ter emprego. Quem quer emprego deve solicitá-lo a outro tipo de instituição e não a organizações que, na sua essência, visam fazer pressão. Seguramente que, em Angola, um inquérito provaria que muita gente nestas instituições nem sequer sabe que deve fazer pressão ao poder! Não quero com isto dizer que os activistas devem viver na miséria. Pelo simples facto de serem cidadãos merecem o necessário para viverem com o conforto material essencial à vida. O papel de luta e sacrifício justifica em acréscimo que vivam com o necessário, sem confundir a ostentação e o luxo escandaloso que toma conta da mentalidade de alguns pseudo-activistas.

Segundo Norberto Bobbio, a democracia sustenta-se na individualidade, por esta razão se conta o voto de cada pessoa

e não de organizações. Nesta lógica, as forças democráticas, devem igualmente contar com personalidades individuais, com autoridade moral e um percurso claramente democrático e que se opõem com clareza à ditadura. Devem contar com personalidades sérias porque muitas vezes têm mais peso e influência do que organizações. Por exemplo, Julian Assange, Bob Geldof, Desmond Tutu, Graça Machel, individualmente têm mais peso e influência do que todos os partidos de oposição falsária e cooptada de Angola. Muitas personalidades que se dizem activistas e democratas, por não terem consciência que a sua missão é pressionar o regime e alterar políticas, passam a vida a cumprir tarefas rotineiras com vista a manterem os seus salários. Para estas pessoas, quando forem necessários acordos para que as suas instituições não sejam atingidas, certamente o farão tranquilamente, pois temem serem encerradas ou ilegalizadas. Uma vez que as organizações não são paredes, há que estar atento ao *discurso e percurso* dos membros. Existem organizações das quais não se pode esperar apoio, mas é preciso identificar as personalidades que a compõem. O discurso é a narrativa construída por qualquer meio: música, escultura, cinema, literatura, pintura, entrevistas, etc. Os percursos são as ações das pessoas. Para contar com alguém no exercício do direito à resistência, é preciso identificar a coerência entre o seu discurso e percurso. Cuidado! Este aspecto é chave porque os incoerentes inviabilizam a continuidade do *direito à revolução* e, muitas vezes, propõem negociações com o ditador e vendem-se. Sobre negociação haverá um item adiante. Pense

no seguinte: um indivíduo que diz ser contra a corrupção, mas envolve-se em corrupção; um indivíduo que se diz contra o autoritarismo e tráfico de influência, mas a gestão da sua organização é autoritária. Isto ajuda-nos a compreender o discurso e percurso.

Entre as chaves prévias a ter em conta na concretização do direito à indignação revolucionária, está uma avaliação geral da mentalidade democrática e o grau de tolerância dos cidadãos que apoiam e os que se colocam na posição oposta. Se os pró-democracia se batem pela queda da ditadura, é sinal evidente de que a sociedade não é democrática. A triste conclusão é que esta falta de democracia atinge todas esferas para o caso de Angola, tornando o desafio político mais exigente. Em Angola, há uma característica que une quase todos, e nos proporciona semelhança: autoritarismo e antidemocratas, que se traduz na categoria *Quatro Nós*:

1. *Nós Igreja*, onde todos devem estar de acordo, mas podem criticar para o exterior, desde que não sejam os seus parceiros. Ao crítico interno é-lhe dado uma sorte repugnante
2. *Nós Partidos da Oposição*, onde devem estar todos de acordo, mas podemos criticar o grupo hegemónico. Quem criticar aqui dentro é expurgado.
3. *Nós Sociedade Civil*, onde devem estar igualmente de acordo, mas finge-se tolerância. Pelo que quem criticar *ad intra* deve ser expurgado ou acusado de ser agente secreto do regime.

4. *Nós Grupo Hegemónico*, onde a crítica é veneno e custa a vida de quem se atreve a criticar.

Suponho que, os grupos acima, se tivessem poder de repressão e capacidade de impor toda a sua vontade, também seriam capazes de matar os que se atrevem a fazer uso da liberdade de comunicar ou outras liberdades incómodas. O que fazer para lidar com todos estes sectores autoritários? Quais são as causas deste autoritarismo universal? Quanto a como lidar com este punhado de autoritários, não sei. Contudo, quando os revolucionários tomarem consciência deste autoritarismo geral, poderão ser justos. Poderão recuperar pessoas que, apesar de serem do grupo delinquente ditatorial, são boas, mas covardes e incapazes de demonstrarem resistência. Deve-se contar com a força espiritual e física destas pessoas para construção da futura sociedade democrática.

Aponto as causas do autoritarismo:

- *Históricas* — a partir do regime colonial e antidemocrático. Tal cultura política do 'Amém' e de não falar sobre política continuou após a descolonização política. Tudo isto reforçou a desconstrução de uma narrativa cidadã e reforço da lógica autoritária.
- *Religiosa* — a colonização trouxe consigo a Bíblia, que reforçou a submissão às autoridades religiosas, onde vale diluir o 'eu' na colectividade, mesmo que

custe a minha dignidade, com a expectativa de entrar no paraíso por meio do buraco de uma agulha.

- *Educacional* — desde sempre tivemos um sistema educacional autoritário, em que a escola era, e é ainda hoje, um instrumento de manutenção do poder e honraria para as autoridades políticas e tantas quantas forem necessárias.

A família cruza-se historicamente com todos estes factores. Tornou-se igualmente autoritária e transferiu estas ideias para os seus membros, que compõem a igreja, os partidos, as organizações da sociedade civil, o governo e outras esferas possíveis que uma sociedade pode ter.

A última chave de compreensão prévia, é que as forças que lutam por uma “sociedade aberta”, como diz K. Popper, devem ter em consideração o conceito de democracia constitucional (formal) e democracia política (real, material e cidadã). Uma vez que o objectivo deste texto não é uma análise exaustiva da teoria da democracia, mas sim, edificar uma ferramenta para destruir a ditadura, passo a citar sucintamente as categorias centrais da democracia real:

- A democracia assenta sobre o império da lei. Ninguém está acima da lei, com realce para a Constituição.
- A democracia funda-se nas liberdades individuais. Não há democracia sem concretização ou usufruto dos direitos de cada cidadão.

- Em democracia, todos são iguais, independentemente de serem um simples cidadão, bispo, madre, deputado, ministro, juiz, presidente, etc.
- Em democracia, deve respeitar-se as minorias étnico-raciais, partidárias e todos os grupos vulneráveis: idosos, crianças, mulheres, albinos, grupos indígenas, etc.
- Em democracia, deve promover-se a liberdade de comunicação em todas as esferas: literatura, ciência, escultura, mídia, música, pintura, religiosidade, artesanato, etc. Em relação à liberdade de imprensa, não se pode confundir a liberdade com a quantidade de meios de comunicação. Há liberdade quando existe multiplicidade de grupos e visões representadas num mesmo órgão de comunicação.
- Em democracia, deve haver transparência e prestação de contas.
- Em democracia, deve haver separação de poderes e cada órgão de soberania — Judicial, Legislativo e Executivo — deve monitorar o outro órgão. Não pode haver subordinação de nenhum órgão em relação ao outro.
- Em democracia, deve haver múltiplos centros de poder independentes: associações, clubes, ONG, cidadãos independentes com poder de pressão, etc.
- Em democracia, a forma de acesso aos rendimentos nacionais é meritória e, em alguns casos, promovida pelo Estado para grupos vulneráveis. Tal

democratização do consumo e acesso aos bens pode ser feito com subsídios vários: emprego, apoio a famílias numerosas, combustíveis, bolsas de estudo, residência, subsídio de eletricidade e água, etc.

- Em democracia, há tolerância e limites de poder por parte dos responsáveis públicos.
- Em democracia, realizam-se eleições livres que garantam a verdade eleitoral e que se traduzem na alternância de poder. Para isso, deve haver Comissão Nacional Eleitoral Independente.
- Em democracia, as forças de defesa e segurança — serviços secretos, polícia, exército — servem somente para proteger os cidadãos e defender o país de ameaças externas. Tais forças, subordinam-se às instituições políticas civis, mas não podem servir interesses de pessoas, como é o caso do Presidente ou do Chefe do Estado Maior do Exército.
- Finalmente, só há democracia quando a dignidade humana é posta acima de tudo e todos os interesses instalados.

Quando as forças que lutam contra a ditadura têm plena consciência sobre o que é, efetivamente, a democracia real - aquela democracia que se concretiza na prática e não no mero discurso retórico constitucional ou mentiras políticas - podem concluir que há uma ditadura. Isto serve igualmente aos “activistas burocratas”. Quando o activista souber o que é de facto democracia, saberá que na ditadura não se promovem conferências, *workshops*, seminários, palestras ou espaços de

negociação e debates infrutíferos para mudar o regime. Estas actividades só são úteis quando visam mobilizar para atingir claramente o alvo: o ditador. Em ditadura, devem criar-se planos estratégicos para destruir a ditadura. Reduzir a pó o partido que o sustenta e recuperar algumas pessoas boas que o compõem, para construir as sociedades abertas a favor das quais se está a lutar. Esgotadas as ideias prévias para a luta, vamos às ferramentas práticas para destruir com sucesso o autoritarismo, sem perder o sentido realista da dureza e possíveis perdas humanas que os bravos democratas podem sofrer, uma vez que enfrentar-se-ão selvagens assassinos.

Escalando o “céu” para liberdade

Segundo Nelson Mandela, “se quem tem o poder nega a tua liberdade, então, o único caminho para a liberdade é o poder”. Neste sentido, gostaria de anunciar que, diante de uma ditadura feroz, escrevo este texto como uma ferramenta de trabalho para destruir a ditadura e evitarmos o nascimento de um novo regime autoritário em Angola. Um regime autoritário é possível, por aquilo que vimos na pseudoposição, no exército e lutas pelo poder entre os membros do grupo hegemónico. Depois dos indignados triturarem o regime e colocá-lo nos livros de história, deverão assumir democraticamente o poder, com vista a construir uma sociedade aberta, onde possam florescer novas utopias. Quando os indignados decidem lutar pacificamente, não podem deixar de ser realistas. Ninguém ama a morte. A luta pela liberdade é um sinal claro de que os indignados amam a vida, mas uma vida autêntica. Uma vida

real e não uma mera ficção apresentada nos ecrãs, jornais e rádios da ditadura. Os membros das forças democráticas não se devem deixar intimidar e destruir por perguntas estúpidas e covardes como: não tem medo de morrer? Não gostas da tua vida? Claro que o revolucionário é a pessoa que mais ama a vida, mas ama a vida com dignidade. Ama a vida em que todos tenham o básico para viver com tranquilidade. Tomar consciência do realismo na luta para remover a ditadura pressupõe que os democratas saibam que: 1. Infelizmente, as ditaduras levam vidas consigo na sua queda; 2. Lutamos, não porque amamos a morte, mas porque amamos a vida, a vida em abundância e plenitude. Lutamos porque somos radicais no amor, a nós, e à comunidade. Aqueles que escalam as cataratas e as montanhas para a liberdade devem olhar para a história e perceber que a escolha pela luta pacífica funcionou em muitas partes do mundo. Temos os seguintes exemplos de quedas de ditaduras de forma pacífica, desde 1980: Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Alemanha Oriental, Checoslováquia, Eslovénia, Madagáscar, Mali, Bolívia, Filipinas, Nepal, Coreia do Sul, Chile, Argentina, Haiti, Brasil, Uruguai, Malásia, Tailândia, Bulgária, Hungria, URSS, etc. A queda destes regimes permitiu o avanço das liberdades, diminuiu de maneira incomensurável o sofrimento das vítimas e promoveu mais justiça social. Isto não significa que construíram sociedades perfeitas depois do derrube do poder, mas antes que progrediram para o melhor.

Um dos sintomas fundamentais da ditadura é que as pessoas são atomizadas. Isoladas e incentivadas a terem

sucesso individual, sem olhar para o sofrimento do outro. Uma das funções das forças democráticas é promoverem espaços de diálogo, unidade e solidariedade que permitam forjar uma massa compacta, com coragem, e que acredite no seu potencial de atingir o cume da montanha da liberdade política. O resultado de pessoas desunidas é claro: a população torna-se fraca, não tem autoconfiança e é incapaz de resistir. As pessoas estão, frequentemente, muito assustadas para conseguirem compartilhar o seu ódio à ditadura e o seu desejo de liberdade, inclusive entre familiares e amigos. As pessoas estão demasiado aterrorizadas para pensar seriamente em resistência pública. Em todo o caso, de que valeria? Em vez disso elas enfrentam um sofrimento brutal e um futuro privado de esperança.

Liberdade através da guerra convencional ou da guerrilha?

Indivíduos que se beneficiam da ditadura, num claro acto de desrespeito, desespero e manipulação, chamam os manifestantes pacíficos de incultos de baixo nível. Estes bandidos, que querem manter os benefícios financeiros e materiais provenientes da ditadura, devem ser completamente ignorados e explico porquê. Mandela tinha baixo nível? Steve Biko era um *E.T.*, por acaso? J. P. Sartre, cuja grandeza intelectual o levou a ganhar um Nobel, vocês, membros da ditadura, chegaram ao seu nível? Noam Chomsky, um dos intelectuais mais importante do século XXI, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts; o Nobel sul africano

de literatura, J. M. Coetzee, Desmond Tutu, Martinho Lutero, Henry D. Thoreau, M. Gandhi, Abdias do Nascimento, Martin L. King, foram todos manifestantes, cuja grandeza moral e intelectual, no grupo hegemónico não encontramos nada similar. Enganem os bois e toda massa militante, cujos cérebros não funcionam em virtude da lavagem cerebral ao longo dos anos. Bandidos de uma figa!

Compreender estas manobras psicológicas que visam inviabilizar o curso da revolução, é fundamental para a prossecução da luta e o triunfo. O caminho da guerra, a avenida da violência não garantem vitória. Em muitos casos enfraquecem ainda mais a revolução e aumentam o sofrimento da população, porque a ditadura passa a desconfiar de todos e atinge até indivíduos indiferentes à luta. As leis são violadas, processos arquivados, a Constituição pisada, a opinião pública ignorada. Mantém-se a tortura, os desaparecimentos, assassinatos e pobreza galopante. Tudo isto leva os democratas a concluírem que a solução é a luta armada, a violência. Partir para a violência é uma contradição com a democracia que defendemos. Independentemente do mérito de optar pela violência, uma coisa é certa: ao depositar a confiança nos meios violentos, escolhe-se exactamente o tipo de luta em que os opressores, quase sempre têm a superioridade. Os ditadores estão equipados para aplicar violências esmagadoras. Não importa quão longa ou brevemente esses democratas possam continuar, eventualmente, as duras realidades militares tornam-se inevitáveis. Os ditadores têm quase sempre superioridade em equipamento militar, munições, transportes,

e tamanho das forças militares. Apesar da bravura, os democratas não são, quase sempre, páreo para eles.

Quando a rebelião militar convencional é reconhecida como irrealista, alguns dissidentes, então, preferem a guerrilha. Porém, a guerrilha raramente, se alguma vez, beneficia a população oprimida ou traz a democracia. A guerrilha não é uma solução, sobretudo tendo em conta a tendência muito forte de produzir um número imenso de vítimas entre o seu próprio povo. A técnica não é garantia contra a falha, apesar de dar suporte à análise teórica e estratégica, e por vezes com apoio internacional. Lutas de guerrilha muitas vezes duram muito tempo. As populações civis são frequentemente deslocadas pelo governo estabelecido, com imenso sofrimento humano e social. Se, finalmente, os guerrilheiros têm sucesso, o regime resultante, com frequência, é mais ditatorial do que o seu antecessor pelo impacto centralizador das forças militares ampliadas e o enfraquecimento ou destruição de grupos e instituições independentes da sociedade durante a luta — órgãos que são vitais para o estabelecimento e manutenção de uma sociedade democrática. Pessoas hostis às ditaduras devem procurar outra opção: o desafio político, a indignação transformadora que ultrapassa o descontentamento, a desobediência civil, a resistência democrática. Em definitivo, devem optar pela seguinte fórmula: RRR, isto é, Raiva, Revolta e Revolução.

Golpes, eleições, potências ocidentais para nos salvar?

É frequente um povo oprimido solicitar a intervenção do exército para pôr fim ao ditador. É um equívoco. Não nos podemos esquecer que os militares são um pilar fundamental que sustentam e mantêm a ditadura. Basta lembrar o que as altas patentes dizem quando sentem que a ditadura está sob ameaça de ruir, em virtude da bravura dos indignados. Levantemos a hipótese de que alguns generais influentes, assim como o Chefe do Estado-Maior do Exército, estejam insatisfeitos com a ditadura e derrubam o ditador. Teoricamente, esse grupo poderia ser mais suave no seu comportamento e mais aberto, de forma limitada, a reformas democráticas. No entanto, é mais provável que aconteça o contrário. A instituição de uma ditadura militar brutal, porque terão controlo do poder, não pelos mecanismos civis que a democracia exigem, mas pela lógica militar que se traduzirá na destituição de todos os cargos civis antes existentes.

No contexto de Angola, um golpe de Estado vindo do exército colocaria as FAA em guerra contra a Guarda Presidencial, em oposição à Polícia de Intervenção Rápida e, ainda, contra o exército paralelo que o ditador criou e instalou na província do Kuando Kubango, a 5Km de Menongue, e que está sob a responsabilidade do General-Governador do Kuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira. Aliás, este exército paralelo (milícia especial privada), estacionada no Cunene, foi criado exatamente para intervir em caso de Golpe de Estado (CK, 23/09/2014). Depois de consolidar a sua posição, a nova

camarilha pode vir a ser mais cruel e mais ambiciosa que a antiga. Por conseguinte, a nova camarilha — em quem foram depositadas as esperanças — será capaz de fazer o que quiser, sem se preocupar com a democracia ou direitos humanos. Essa não é uma resposta aceitável para o problema da ditadura. Existem indicadores de que o generalato não seria uma boa opção para Angola. São tão corruptos e delinquentes quanto o ditador, que é o Comandante máximo das forças Armadas e o responsável absoluto de todo sector de defesa e segurança de acordo com o simulacro de Constituição. Não existem *eleições* como instrumento de mudança política significativa, sob ditaduras. Eleições são simplesmente armas para manter o poder com legitimidade externa e interna frente aos seus parceiros. Ditadores não querem autorizar eleições que possam removê-los dos seus tronos. A realidade de Angola é um fundamento eloquente para sustentar este argumento.

As forças democráticas, íntegras e reais, diante de uma ditadura não podem optar pelas avenidas institucionais e jurídicas para tentar reformas políticas. Nem sequer a negociação é uma opção viável. Quando personalidades que dizem lutar para pôr fim à ditadura criam partidos ou, com os partidos existentes, lutam para entrar no parlamento, o propósito é um: ter ganhos económicos pessoais e para os membros do partido. Existem, também, pessoas nesta atmosfera hostil que concorrem por ingenuidade. Acreditam que nas instituições de simulacro se pode alterar o quadro. Na realidade, participar em eleições numa ditadura, é ser usado como instrumento que legitima a ditadura e prolonga a sua

vida. A ausência total de partidos em eleições, coloca o regime autoritário em pressão interna e externa e cai com facilidade porque reforça a perda de legitimidade.

A visão de que os oprimidos são incapazes de agir eficazmente pode ser precisa por um determinado período. Como foi observado, muitas vezes, as pessoas oprimidas não estão dispostas e estão temporariamente incapazes de lutar, porque não têm confiança nas suas capacidades para enfrentar a ditadura cruel e nenhuma maneira conhecida para se salvarem. Por isso, é compreensível que muitas pessoas coloquem a sua esperança de libertação nos outros. Esta força externa pode ser a "opinião pública", as Nações Unidas, um determinado país, ou as sanções económicas e políticas internacionais. Tal cenário pode soar reconfortante, mas existem problemas graves em confiar num salvador externo. Essa confiança pode estar totalmente equivocada. Geralmente, nenhum salvador externo quer ajudar, e se um Estado estrangeiro intervir, provavelmente não será confiável.

Uma intervenção estrangeira para derrubar a ditadura tem as seguintes implicações e consequências:

- Frequentemente, Estados estrangeiros tolerarão, ou até ajudarão, uma ditadura a fim de defender os seus próprios interesses económicos ou políticos.
- Estados estrangeiros podem estar dispostos a vender um povo oprimido, em vez de manterem as promessas de os ajudar na sua libertação, à custa de outros objectivos.

- Alguns Estados estrangeiros agirão contra a ditadura, só para conquistar o controlo económico, político ou militar sobre o país.
- Os Estados estrangeiros podem envolver-se activamente para fins positivos somente se e quando o movimento de resistência interna já começou a abalar a ditadura, tendo a atenção internacional direccionada para a natureza brutal do regime.

A intervenção de um Estado estrangeiro, enquadra-se sempre, sempre, dentro de uma lógica geopolítica e geoestratégica. No caso dos países e povos arrogantes que intervêm, existem ditaduras benignas e ditaduras malignas. As ditaduras são benignas quando vão de acordo com os interesses de cada país, contribuindo para o alcance de alguns fins nacionais e internacionais. São malignas quando ocorre o sentido inverso. Nesta perspectiva, quando o Egipto era ponta de lança dos interesses norte-americano no Médio Oriente, foi um regime abençoado e com apoio financeiro e militar. O mesmo sucede com a Arábia Saudita e outros regimes brutais. Para a França e a União Europeia, Muammar Gaddafi era um ditador benigno e fundamental para conter a emigração de África para Europa. Era igualmente bom porque financiava campanhas eleitorais de candidatos europeus, como Nicholas Sarkozy, por exemplo, e garantiu a exploração do hidrocarboneto, necessário para o bom funcionamento da economia da zona Euro. Durante a *Primavera Árabe*, quando os ventos da correlação de forças se inverteram, não houve alternativa, se não apoiarem os revolucionários, mas porque

precisavam manter os interesses petrolíferos. Todo cuidado é pouco na relação com estes monstros! Tão inconvenientes quanto o inimigo interno: o ditador e os seus discípulos. Normalmente, as ditaduras existem por causa da distribuição interna do poder no país de origem. A população e a sociedade são demasiado fracas para causar à ditadura sérios problemas, pois a riqueza e o poder estão concentrados em muito poucas mãos. Embora a ditadura possa se beneficiar, ou ser um pouco debilitada por ações internacionais, a sua existência depende principalmente de factores internos. Pressões internacionais podem ser muito úteis, mas quando apoiam um poderoso movimento de resistência interna. Então, por exemplo, boicotes económicos internacionais, embargos, rompimento das relações diplomáticas, saída de organizações internacionais, condenação por organismos das Nações Unidas, e outros mecanismos semelhantes podem ajudar. Porém, na ausência de um movimento de resistência interna forte, tais acções por outros são improváveis que ocorram.

Democratas, encaremos a dura verdade

Com realismo e racionalidade, as forças democráticas percebem que a luta é dura. Pode custar vidas, mas devemos desafiar esta realidade horrorosa. Segundo Nelson Mandela, "[...] a coragem não é a ausência de medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas aquele que conquista por cima do medo."

A conclusão é dura. Quando se quer derrubar uma ditadura de forma eficaz e com o menor custo possível, deve observar-se quatro tarefas imediatas:

1. Devemos fortalecer a determinação, autoconfiança e habilidades de resistência da própria população oprimida;
2. É preciso fortalecer os grupos sociais e instituições independentes do povo oprimido;
3. É preciso criar uma poderosa força interna de resistência;
4. Devemos desenvolver um grande e sábio plano estratégico para a libertação e implementá-lo com habilidade.

Como parece evidente, é necessário que um grupo de cidadãos e organizações se juntem de forma ultrassecreta para criar um plano estratégico de luta a médio e longo prazo. É importante não existirem preocupações com número de pessoas ou organizações. Não havendo organizações, podem ser somente personalidades com criatividade e espírito pragmático. O velho Gandhi afirmou que "quem sabe concentrar-se numa coisa e insistir nela como único objectivo, obtém, ao fim e ao cabo, a capacidade de fazer qualquer coisa." Ele insiste dizendo: "A força não provém da capacidade física, mas da vontade férrea". A luta de libertação é um momento de autoconfiança e fortalecimento interno do grupo em luta. Conforme Charles Stewart Parnell gritou, durante a campanha irlandesa de greve contra os alugueres de 1879 e 1880:

Não adianta confiar no governo. [...] Você deve confiar somente na sua própria determinação. [...] Ajudar-se permanecendo unido. . . fortalecer aqueles entre vocês que são fracos [...], unirem-se, organizarem-se [...] e vocês devem vencer [...]. Quando você tiver tornado esta pergunta madura para o acerto, então e só assim ela vai ser acertada”.⁹

Contra uma força autossuficiente, dada a estratégia sensata, acção disciplinada e corajosa e força genuína, a ditadura acabará por ruir. Assim sendo, os quatro requisitos acima referidos precisam ser atendidos.

Como a discussão acima indica, a libertação em relação às ditaduras, em última análise, depende da capacidade das pessoas se libertarem a si mesmas. Os casos de desafio político bem-sucedido — ou luta não violenta para fins políticos — citados acima, indicam que os meios existem para que as populações se libertem, mas essa opção permanece subdesenvolvida. Examinaremos esta opção em detalhes nos capítulos seguintes. Para já, vamos olhar a problemática da negociação quando está em causa a necessidade de derrubar a ditadura.

⁹ Patrick Sarsfield O’Hegarty. *History of Ireland Under the Union, 1880-1922*. London: Methuen, 1952, pp.490-491.

CAPÍTULO 2

Nunca, Nunca, Jamais, Negociar Com O Ditador

Quando cercar o inimigo, deixe uma saída para ele, caso contrário, ele lutará até à morte.

— *Sun Tzu.*

Depois de longos e horrorosos anos de opressão, os poucos que percebem a necessidade de libertação, muitas vezes concluem que a massa geral atingiu a imbecilidade colectiva, ao ponto de amar a dor politicamente erguida. Não poucas vezes se afirma - ao estilo do filósofo francês, Étienne de La Boétie, na sua obra “Discurso da Servidão Voluntária” - que o povo sente prazer. Está satisfeito e é um tipo de espécie que nasceu para desfrutar com orgulho e louvores à escravidão colectiva. A propósito, isto lembra-me um poema que publiquei no *Club K* e no *Jornal Folha8*, intitulado “Amor à opressão”:

Amor à Opressão

Oh, opressão. Amo-te profundamente opressão!

Adoro-te...

*O teu escarro é o meu adicional para o pão, das
manhãs solarengas e calorosas.*

*Amo-te no interior da minha mais ínfima partícula
quântica.*

O meu amor pela opressão...

*Faz-me desejar que enfies o teu soldado em todos
orifícios do meu corpo.*

Ah, que prazer você produz opressão...

*Ah, ah, ah! Ó, ó, ó! Que gostoso. Enfia as tuas balas.
Cospe toda pólvora celestial do teu reino nos meus
nervos, mandíbulas...*

O meu corpo faminto deseja este ato redentor.

*Cuspídelas e enfiadelas que me levarão à
imortalidade social, política, económica e
transcendental.*

*Por isso desejo-te, desejo-te, desejo-te
incessantemente.*

O que seria de mim se não fosse a opressão...

*Se não fosse a opressão que faz do fluxo menstrual da
rainha o mais agradável que o vinho escocês de há
250 anos?*

E a menstruação das princesas?

*Que são a água para os nossos banhos, para
confecionar nossos alimentos, nossos sumos naturais,
... menstruações que são a nascente e afluyente dos
nossos rios, alfa e ómega da maior e melhor
civilização já vista na história humana.*

Que seria de mim sem a opressão...

*Como saberia que afinal o terreno baldio é
condomínio.*

Como saberia que a razão é loucura e a loucura e a idiotice afinal são a verdadeira racionalidade.

Ah, amo-te opressão!

Graças a opressão alcancei a conversão e a economia da salvação.

Graças a opressão ascenderei aos céus no décimo dia ao lado esquerdo, abaixo e acima da morada do pai.

Oh, Opressão.

Graças a ti percebi que o xixi é água benta que levar-me-á a purificação.

... deus bantu... obrigado pela opressão...

Esta fonte suprema da felicidade e fim último da civilização.

Maldito é o homem que não ama a opressão,

Em nome do pai, do filho, das filhas, dos sipaios...

morte a todos que não amam a opressão,

Ámen.

Morrerão porque são apóstatas, blasfemadores e infiéis...

Morte morrida absoluta aos que não amam a opressão.

Assim seja. [Luanda Sul, 20.12.2013].

Diante desta triste constatação, que se traduz em impotência, alguns democratas propõem a negociação como caminho para tornar, aos poucos, o regime aberto e suave. A negociação tem riscos graves, pois comporta armadilhas das quais pode ser impossível sair a médio e longo prazo, uma vez que a negociação se dá num contexto de desequilíbrio de poder

na correlação de forças, e o oponente é um “selvagem político” sedento de poder, com vontade universal de manter os interesses instalados há longos anos. Ideia similar é defendida por Gene Sharp, ao afirmar que:

quando confrontados com os graves problemas de enfrentar uma ditadura [como analisado sucintamente no capítulo I], algumas pessoas podem cair de volta na submissão passiva. Outros, não vendo qualquer perspectiva de alcançar a democracia, podem concluir que devem chegar a um acordo com a ditadura aparentemente permanente, esperando que através de "conciliação", de "compromisso" e "negociações" eles possam ser capazes de recuperar alguns elementos positivos e acabar com as brutalidades. Na superfície, na falta de opções realistas, há um apelo àquela linha de raciocínio.

Talvez os democratas não tenham compreendido os ditadores, que podem ter agido por motivos bons em circunstâncias difíceis? Não esqueçam que, na Líbia, o ditador chamou os manifestantes *ratos* que seriam mortos com facilidade. Poucos dias depois, solicitou a negociação com as ratazanas que se tinham agigantado.

Méritos e limitações das negociações

Negociações são uma ferramenta muito útil na resolução de certos tipos de problemas e conflitos, e não devem ser negligenciadas ou rejeitadas quando são adequadas. Contudo,

que fique claro: com o ditador e os seus sequazes, não se negocia. Uma greve por melhores salários é um bom exemplo do papel apropriado das negociações num conflito. Conflitos trabalhistas com os sindicatos legais são, no entanto, completamente diferentes dos conflitos nos quais a manutenção de uma ditadura cruel ou a instauração da liberdade política estão em jogo. Quando as questões em jogo são fundamentais, afectando princípios éticos nacionais ou universais, de liberdade humana, ou todo o desenvolvimento futuro da sociedade, as negociações não fornecem uma maneira de alcançar uma solução mutuamente satisfatória. Em algumas questões básicas não deve haver qualquer compromisso. Só uma mudança nas relações de poder, a favor dos democratas, pode proteger adequadamente as questões fundamentais em jogo. Tal mudança ocorrerá por meio da luta, não das negociações. *Isso não quer dizer que as negociações nunca devam ser usadas*, mas em questões extremas. O ponto aqui é que as negociações não são uma forma realista de remover uma ditadura forte na ausência de uma forte oposição democrática.

No contexto de Angola, marcado por uma crise moral e incoerência profunda dos actores que se dizem a favor da democracia, o mais provável que acontecerá é que, tão logo a negociação comece, os negociadores democráticos desapareçam e nunca mais se fale deles. Tal desaparecimento dar-se-á de três formas:

1. Receberão bens para benefício pessoal;
2. Serão mortos, ou acomodados no estrangeiro;

3. Poderão sair da negociação enquanto membros da ditadura. Como diria o filósofo camaronês Mongo Betty, para a ditadura, todos são seus membros. É só uma questão de tempo.

Um factor importante que ajudará os actores do desafio político a não negociarem é definir com clareza o alvo e o objectivo: destituir o ditador e construir uma sociedade aberta. Tudo o que não deitar abaixo o ditador e o seu regime deve ser evitado. É o caso da negociação. Não devemos esquecer que a negociação dá tempo ao regime que se encontra em pânico, para reorganizar as suas estruturas e recursos, no momento em que a revolução está em marcha. Porquê definir o alvo? Porque todos os problemas que serão levantados na negociação serão sintomas da ditadura e não a renúncia do ditador. Aliás, ele só negociará quando perceber que poderá perder o poder. Esta é a questão que queremos que ele não tenha mais, e seja novamente tomado pelas forças democráticas com vista a dar um fim benéfico ao mesmo poder que foi usado para fins maléficis.

A definição do alvo, leva-me a analisar o problema ético e metafísico da responsabilidade. Os males que a sociedade tem são a extensão do cancro a que se chama ditador. É assim que, sendo ele o chefe do executivo, a responsabilidade tem um carácter pessoal e não institucional. Tudo resto é perda de tempo. Uma sociedade civil, repousa na sala de hotel para discutir manipulação nos medias, má gestão dos resíduos hospitalares e urbanos, destruição do direito à memória e patrimónios arquitetónico antigo, pena de morte extrajudicial

executadas pelas forças do ditador... tudo isto é perda de tempo e falta de inteligência suficiente, pois legitima e ajuda o ditador a dizer que há democracia. Isto é fazer o jogo do poder.

Rendição negociada?

Quando a ditadura é forte, mas existe uma resistência irritante, os ditadores podem querer negociar a rendição da resistência, sob o pretexto de “fazer a paz”. O convite para negociar pode parecer atraente, mas existem graves perigos à espreita na sala de negociações.

Por outro lado, quando as forças democráticas são excepcionalmente fortes e a ditadura está verdadeiramente ameaçada, os ditadores podem procurar as negociações a fim de salvar o máximo do seu controlo ou o máximo de riqueza possíveis. Em nenhum caso os democratas devem ajudar ditadores a atingirem os seus objectivos. Quando Blaise Compaoré estava a ver o cerco apertar, decretou *estado de emergência nacional e suspensão da Constituição*. Uma via aberta para a repressão e negação dos direitos humanos, mas solicitou igualmente a negociação, anunciando que já não se candidataria. Não há dúvidas que só queria manter o poder e nada mais. Os democratas não deram ouvidos ao ditador e muitos conhecem o resultado. A negociação é um erro que mantém e viabiliza a continuidade da opressão ditatorial.

Nestes tipos de conflitos, a única função adequada das negociações pode ocorrer no final de uma batalha decisiva em que o poder dos ditadores tenha sido efectivamente destruído, e busquem passagem segura e familiar até um aeroporto

internacional. Nestes casos, por razões humanitárias, devemos permitir a saída em segurança.

Poder e justiça em negociações

Negociação não significa que os dois lados se sentam juntos em base de igualdade, discutem e resolvem as diferenças que produziram o conflito entre eles. Dois factos devem ser lembrados. Primeiro, nas negociações, não é a justiça relativa dos pontos de vista conflitantes e os objectivos que determinam o conteúdo de um acordo negociado. Em segundo lugar, o conteúdo de um acordo negociado é determinado pela capacidade de poder de cada lado. Embora esses pontos em negociação possam ser muito discutidos, os resultados reais nas negociações vêm de uma avaliação das situações de poder absoluto e relativo dos grupos em conflito. Uma vez que na balança de forças, o poder tem tudo: controlo económico-financeiro, igreja, artistas, militares, administração pública, etc., é mais uma razão para não negociar. Os detentores do direito à revolução só têm o poder simbólico, não menos forte, mas sem capacidade de influência numa mesa de negociação à porta fechada com um “ditador selvagem”. Normalmente, as forças democráticas têm a vantagem de serem a fonte originária do poder, têm a legitimidade democrática para solicitar de volta o poder que lhes pertence e a força moral dos propósitos da luta: criar uma sociedade aberta, onde se respeite a pessoa e haja justiça. Noutro tipo de conflito que não o de luta contra uma ditadura, a atenção deve ser prestada ao que cada um dos lados está disposto a ceder, a fim de chegar a um

acordo. Nas negociações bem-sucedidas há compromisso, uma divisão das diferenças. Cada lado recebe parte do que quer, e cede parte dos seus objectivos. Quando a questão é o desafio político isto não serve. O alvo é claro, o ditador e o seu regime deverão ser remetidos nos livros e museus de história.

Ditadores agradáveis/Ditadores benignos

Os ditadores podem ter muitos motivos e objectivos subjacentes à sua dominação: poder, posição, riqueza, remodelar a sociedade, e assim por diante. Devemos lembrar-nos de que nenhum destes será atingido se eles abandonarem as suas posições de controlo. No caso das negociações, os ditadores tentarão preservar os seus objectivos. Sejam quais forem as promessas oferecidas por ditadores, em qualquer solução negociada, não se deve esquecer que estes podem prometer qualquer coisa para garantir a submissão dos seus adversários democráticos e, em seguida, descaradamente violar esses mesmos acordos. Se os democratas concordam em suspender a resistência para obter uma suspensão da repressão, podem ficar muito decepcionados. Uma interrupção da resistência raramente leva à redução da repressão. Uma vez que a força de restrição da oposição, interna e internacional, tenha sido removida, os ditadores podem até retornar à sua opressão e violência de forma mais brutal do que antes. O colapso da resistência popular muitas vezes elimina a força de contrapeso, que limitava o controlo e brutalidade da ditadura. Os tiranos podem, então, avançar contra quem quer que seja, “[p]orque o tirano tem o poder de infligir apenas a quem falta

a força para resistir”, escreveu Krishnalal Shridharani.¹⁰ *A resistência, não as negociações, é essencial para a mudança nos conflitos em que questões fundamentais estão em jogo.* Em quase todos os casos, a resistência deve continuar a conduzir os ditadores para fora do poder. O sucesso é determinado, não pela negociação de um acordo, mas através da utilização racional dos meios mais apropriados e potentes de resistência disponíveis. O nosso argumento, a ser explorado mais tarde com mais detalhes, é que o desafio político, ou a luta não violenta, é o meio disponível mais poderoso para aqueles que lutam pela liberdade.

Negociar a paz? Que tipo de paz?

Nem todo mundo que utiliza a palavra “paz” quer a paz com liberdade e justiça. A submissão à opressão cruel e aquiescência passiva a ditadores cruéis, que cometeram atrocidades com centenas de milhares de pessoas, não é a verdadeira paz. Hitler muitas vezes pediu a paz, mas queria dizer submissão à sua vontade. A paz dos ditadores é muitas vezes nada mais que a paz da prisão ou do sepulcro. Há outros perigos. Os negociadores bem-intencionados, às vezes, confundem os objectivos das negociações e o processo de negociação em si. Além disso, negociadores democráticos ou especialistas em negociação estrangeiros, aceites para ajudar nas negociações, podem num único golpe fornecer aos

¹⁰ Krishnalal Shridharani, *War Without Violence: A Study of Gandhi's Method and Its Accomplishments* (New York: Harcourt, Brace, 1939, and reprint New York and London: Garland Publishing, 1972), p. 260.

ditadores a legitimidade interna e internacional que havia sido negado anteriormente devido à sua tomada do Estado, violações dos direitos humanos e brutalidades. Sem aquela legitimidade, desesperadamente necessária, os ditadores não podem continuar a governar indefinidamente. Exponentes da paz não lhes devem dar legitimidade. Não preciso argumentar muito porque os angolanos sabem o que significa a paz que mata mais do que o furacão. A paz em que os homens não têm vontade porque toda a vontade se dilui na vontade universal do ditador.

Manter a esperança real em alta? Sim, nós podemos!

É racional e humano esmorecer por causa da travessia no deserto para o qual a ditadura nos lançou há décadas, mas existem razões reais e fundamentadas para ter esperança no nascimento e construção de uma outra civilização, assente na dignidade de toda a mulher e de todo o homem. Ditaduras não são permanentes. As pessoas que vivem sob ditaduras não têm de permanecer fracas, e os ditadores não precisam ser autorizados a permanecer fortes por tempo indeterminado. Aristóteles observou há muito tempo que “[...] a oligarquia e a tirania têm vida mais curta do que qualquer outra Constituição. [...] Todas juntas, as tiranias não duraram muito tempo.”¹¹ As ditaduras modernas também são vulneráveis, os

¹¹ Aristóteles, *A Política*, tradução de Sinclair TA (Harmondsworth, Middlesex, England and Baltimore, Maryland: Penguin Books 1976 [1962]), Livro V, Capítulo 12, pp. 231 e 232.

seus pontos fracos podem ser agravados e o poder dos ditadores pode ser desintegrado. A história recente mostra a vulnerabilidade das ditaduras e revela que podem se desintegrar num curto espaço de tempo. Em dez anos – de 1980 a 1990 - derrubaram a ditadura comunista na Polónia; na Alemanha Oriental. Na Checoslováquia, em 1989, o desmantelamento da ditadura ocorreu em semanas. Em El Salvador e na Guatemala, em 1944, as lutas contra os brutais ditadores militares entrincheirados exigiram cerca de duas semanas cada. O poderoso regime militar do Xá do Irão foi solapado em alguns meses. A ditadura de Marcos, nas Filipinas, caiu diante do poder do povo no espaço de algumas semanas, em 1986. O governo dos Estados Unidos abandonou rapidamente o presidente Marcos quando a força da oposição se tornou operante. O golpe da linha dura, tentado na União Soviética, em agosto de 1991, foi bloqueado em dias pelo desafio político. Depois disso, muitas nações dominadas por longo tempo, recuperaram, em poucos dias, semanas, meses, as suas independências.

O antigo preconceito de que meios violentos funcionam rapidamente e os meios não violentos exigem mais tempo, claramente, não é válido. Embora possa ser necessário muito tempo para a situação evoluir, a luta efectiva contra uma ditadura, por vezes, ocorre de forma rápida através de luta não violenta.

O equívoco no pensamento angolano sobre negociação

Em Angola, existem basicamente três correntes que visam mudar o quadro atual, da ditadura para a democracia. Uma é defendida por Marcolino Moco, na sua obra, “Angola: a terceira alternativa”, em que propõe um método de negociação a todos os actores políticos e a toda a sociedade civil. Segundo Moco, para que Angola possa ultrapassar o quadro actual, é necessário que o Presidente do MPLA, José Eduardo, convoque todas as vontades nacionais com vista a discutirmos o futuro do país. Classifico a proposta de Moco como uma *negociação vertical*, uma vez que parte de cima para baixo. Mais recentemente, foi criada uma plataforma informal da sociedade civil que lançou o “manifesto pela concertação nacional”.

O manifesto pela concertação multisectorial de Angola, propõe que o Presidente desça do seu pedestal e dialogue com a sociedade, com vista a encontrarmos uma solução viável e favorável para todos, mas com garantias de que não serão responsabilizados por nenhuma barbaridade protagonizada no passado. Esta proposta pode ser denominada de *negociação horizontal*, porque parte de baixo para cima, convocando todos para que no momento da negociação, hipoteticamente, estejam nas mesmas condições e valerá somente a força do argumento e da racionalidade. Tal como foi afirmado acima, a negociação serve para outro tipo de conflitos, mas não para detonar as ditaduras. Pelo que, tanto a negociação horizontal quanto a negociação vertical são inviáveis para o propósito deste texto -

dinamitar e detonar a ditadura - reservando-a o lugar ideal: o escombros da história negativa. São ainda inviáveis porque têm um carácter *a-histórico*. Isto é, o grupo hegemónico e o seu chefe nunca dialogam, seja com quem for, quando estão em vantagem relativa. Hoje, tal vantagem fortaleceu-se e parece atingir um nível mais ou menos absoluto, pelo que não é neste contexto de “domínio total” que poderão negociar. Basta compulsar cuidadosamente a história de Angola para perceber em que circunstância José Eduardo parou para negociar com Jonas Savimbi e mediadores internacionais do nosso processo político-militar. Finalmente, existe a corrente partidária da oposição, que acredita na queda da tirania por meio de eleições.

Estas correntes são um alerta para as forças democráticas que aderiram ao desafio político e ao direito à revolução como solução pacífica. É um alerta porque nos permite saber que nem todos concordarão connosco. Nem todos deixarão de cooperar com o regime. Isto verificar-se-á nas mais variadas esferas. Por isso, há que contar com as forças daqueles que acreditam no direito à resistência, que dá voz e vida às ruas, ruelas e avenidas como veia segura para a queda. Para o fim do autoritarismo e evitar o nascimento de nova ditadura, que está sempre à espreita, basta analisar o comportamento daqueles que não detêm o poder governante hoje!

CAPÍTULO 3

Fontes De Onde Vem O Poder Para Detonar O Ditador

A vantagem estratégica desenvolvida por bons guerreiros é como o movimento de uma pedra redonda, rolando por uma montanha de 300 metros de altura. A força necessária é insignificante; o resultado, espectacular.

— *Sun Tzu.*

A lançar uma sociedade com liberdade e paz não é, obviamente, uma tarefa simples. Exigirá grande habilidade estratégica, organização e planeamento. Acima de tudo, exigirá poder. Os democratas não podem esperar derrubar uma ditadura e estabelecer a liberdade política sem a capacidade de aplicar o seu próprio poder de forma eficaz. Como isso é possível? Que tipo de poder pode a oposição democrática mobilizar, que será suficiente para destruir a ditadura militar e a sua vasta rede militar e de polícia? As respostas estão numa compreensão frequentemente ignorada do poder político. A aprendizagem dessa percepção não é

realmente uma tarefa tão difícil. Algumas verdades básicas são bastante simples.

"O Mestre dos Macacos"

Uma parábola chinesa do século XIV, de autoria de Liu Ji, por exemplo, descreve muito bem esse entendimento negligenciado do poder político:¹²

No estado feudal de Chu, um velho sobrevivia mantendo macacos ao seu serviço. O povo de Chu chamava-o de "ju gong" (mestre dos macacos). Todas as manhãs, o velho reunia os macacos no seu pátio, e dava ordem ao mais velho para liderar os outros até às montanhas para colher frutos de arbustos e árvores. A regra era que cada macaco tinha de dar um décimo de sua colheita ao velho. Aqueles que não conseguissem fazê-lo seriam chicoteados impiedosamente. Todos os macacos sofriam amargamente, mas não se atreviam a reclamar.

Um dia, um pequeno macaco perguntou aos outros macacos: "Foi o velho quem plantou todas as árvores de fruto e arbustos?". Os outros disseram: "Não, eles cresceram naturalmente". O pequeno macaco ainda perguntou: "Não podemos colher os frutos sem a permissão do velho?". Responderam: "Sim, todos nós podemos". O pequeno macaco continuou: "Então, por que devemos depender do velho; por que todos nós devemos servi-lo?". Antes que o pequeno

¹² Esta história, intitulada originalmente "Governo por truques" é de Yu-li-zi por Liu Ji (1311-1375) e foi traduzida por Sidney Tai. Yu-li-zi também é o pseudónimo de Liu Ji. A tradução foi publicada originalmente em *Nonviolent Sanctions: News from the Albert Einstein Institution* (Cambridge, Mass.), Vol. IV, n.º 3 (Inverno 1992-1993), p. 3.

macaco pudesse terminar a sua declaração, todos os macacos se tornaram, de repente, iluminados e despertos. Naquela mesma noite, vendo que o velho tinha adormecido, os macacos derrubaram todas as barricadas da paliçada em que estavam confinados e destruíram-na totalmente. Eles também levaram os frutos que o velho tinha acumulado, trouxeram todos eles consigo para a floresta, e nunca mais retornaram. O velho finalmente morreu de inanição.

Yu-li-zi afirmou, “alguns homens no mundo governam seus povos por meio de truques e não através de princípios justos. Eles não são exatamente como o mestre dos macacos? Eles não estão conscientes das suas confusões mentais. Assim que os seus povos se tornam iluminados, os seus truques não funcionam mais”.

Fontes necessárias de poder político

O princípio é simples. Os ditadores exigem o apoio do povo que governam, sem o qual não podem garantir e manter as fontes de poder político. Basta lembrar a *engenharia selvagem* do regime para coagir a massa a participar em comícios. Estas fontes de poder político incluem:

- *Autoridade* – a crença entre as pessoas de que o regime é legítimo e que têm o dever moral de obedecê-lo;
- *Recursos humanos* – o número e a importância das pessoas e grupos que estão a obedecer, cooperar ou prestar apoio aos governantes;

- *Habilidades e conhecimentos* – necessários para que o regime execute acções específicas, fornecidas pelas pessoas e grupos que colaboram;
- *Factores intangíveis* – factores psicológicos e ideológicos podem induzir as pessoas a obedecer e ajudar os governantes;
- *Recursos materiais* – o controlo dos governantes no acesso a bens, recursos naturais, recursos financeiros, o sistema económico e meios de comunicação e transporte;
- *Sanções e punições* – ameaçadas ou aplicadas contra o desobediente não-cooperativo para assegurar a submissão e cooperação que são necessárias para que o regime exista e realize as suas políticas.

No entanto, todas estas fontes dependem da aceitação do regime, da submissão e obediência da população e da colaboração de inúmeras pessoas e das diferentes instituições da sociedade. Estes não são garantidos. A total cooperação, obediência e apoio, aumentarão a disponibilidade das fontes de poder necessárias e, conseqüentemente, ampliarão a capacidade de poder de qualquer governo. Por outro lado, a retirada de colaboração popular e institucional com os agressores e os ditadores diminui, e pode até cortar, a disponibilidade das fontes de poder de que todos os governantes dependem. Sem disponibilidade dessas fontes, o poder dos governantes enfraquece e, finalmente, dissolve-se. Naturalmente, os ditadores são sensíveis a acções e ideias que ameaçam a sua capacidade de fazer o que gostam. Os ditadores

são, portanto, susceptíveis de ameaçar e punir aqueles que desobedecem, fazem greve, ou não cooperam. Mas, esse não é o fim da história. Repressão, até mesmo brutalidades, nem sempre produzem uma retomada do grau necessário de submissão e de cooperação para que o regime funcione. Se, apesar da repressão, as fontes de poder podem ser restringidas ou cortadas por tempo suficiente, os resultados iniciais podem ser a incerteza e confusão dentro da ditadura. É provável que isso seja seguido por um claro enfraquecimento do poder da ditadura. Com tempo, a retenção das fontes de poder pode produzir a paralisia e impotência do regime e, em casos graves, a sua desintegração. O poder dos ditadores morrerá, lenta ou rapidamente, de fraqueza política. O grau de liberdade ou a tirania, em qualquer governo, é, conseqüentemente, um reflexo da determinação relativa dos súbditos de serem livres e a sua disposição e capacidade de resistirem aos esforços para escravizá-los.

Contrariamente à opinião popular, até mesmo as ditaduras totalitárias dependem da população e das sociedades que governam. Como o cientista político Karl W. Deutsch observou em 1953:

O poder totalitário só é forte se ele não tem de ser usado com muita frequência. Se o poder totalitário precisa ser utilizado em todos os momentos, contra toda a população, é improvável que continue poderoso por muito tempo. Uma vez que os regimes totalitários exigem mais poder para lidar com seus súbditos do que outros tipos de governo, tais regimes

*exigem mais hábitos generalizados e confiáveis de cumprimento de normas entre seus povos, mais que isso, eles precisam ser capazes de contar com o apoio ativo de pelo menos partes significativas da população em caso de necessidade.*¹³

Neste caso, só a aplicação do desafio político permanente levará ao uso do poder totalitário, que por sua vez, se irá desgastando. Estará sob tensão e eclodirá em algum momento. O teórico inglês do século XIX, John Austin descreveu a situação de uma ditadura confrontando um povo descontente. Austin argumentava que, se a maioria da população está determinada a destruir o governo e está disposta a suportar a repressão para fazê-lo, então o poder do governo, incluindo aqueles que o apoiavam, não poderia preservar o governo odiado, mesmo que ele recebesse ajuda externa. O povo desafiador não poderia ser forçado a voltar à obediência e submissão permanente, concluía Austin.¹⁴ Nicolau Maquiavel, muito mais cedo, argumentou que o príncipe "[...] que tem o público, como um todo, como seu inimigo nunca poderá estar seguro, e quanto maior a sua crueldade, o mais fraco seu regime se torna".¹⁵ A aplicação prática e política dessas ideias foi demonstrada pelos heróicos resistentes

¹³ Karl W. Deutsch, "Cracks in the Monolith," in Carl J. Friedrich, ed., *Totalitarianism* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1954), pp. 313-314.

¹⁴ John Austin, *Lectures on Jurisprudence, or the Philosophy of Positive Law* (Fifth edition, revisada editada por Robert Campbell, 2 vol., London: John Murray, 1911 [1861]), vol. I, p. 296.

¹⁵ Niccolò Machiavelli, "Os Discursos sobre os dez primeiros livros de Tito Lívio," nos discursos de Nicolau Maquiavel Londres (Routledge e Kegan Paul, 1950), vol. I, p. 254.

noruegueses contra a ocupação nazista, pelos bravos poloneses, alemães, tchecos, eslovacos, e muitos outros que resistiram à agressão comunista e à ditadura e, finalmente, ajudaram a produzir o colapso do regime comunista na Europa. Este, naturalmente, não é fenómeno novo: casos de resistência não violenta, ocorriam já em 494 a.C., quando plebeus deixaram de cooperar com os seus senhores patrícios romanos.¹⁶ A luta não violenta tem sido empregada em vários momentos pelos povos de toda a Ásia, África, Américas, Australásia, ilhas do Pacífico, assim como da Europa.

Três dos factores mais importantes para determinar em que grau o poder de um governo será ou não controlado, são:

1. O desejo relativo da população de impor limites ao poder do governo;
2. A força relativa das organizações independentes e instituições dos súbditos de retirar colectivamente fontes de poder;
3. A capacidade relativa da população de reter o seu consentimento e apoio.

Centros de poder democrático

Uma das características de uma sociedade democrática é que existem, independentemente do Estado, um grande número de grupos e instituições não governamentais. Estas incluem, por exemplo, famílias, organizações religiosas, associações

¹⁶ Ver Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action* (Boston: Porter Sargent, 1970. 75 e frequentemente para outros exemplos históricos.

culturais, clubes desportivos, instituições económicas, sindicatos, associações estudantis, partidos políticos, vilas, associações de bairro, de jardinagem, clubes, organizações de direitos humanos, grupos musicais, sociedades literárias, entre outros. Esses órgãos são importantes para servir os seus próprios objectivos e, também, para ajudar a atender às necessidades sociais. Além disso, esses órgãos têm um grande significado político. Eles fornecem as bases institucionais através das quais as pessoas podem exercer influência sobre o rumo da sua sociedade e resistir a outros grupos ou ao governo, quando são vistos como interferindo injustamente nos seus interesses, actividades ou finalidades. Indivíduos isolados, não integrantes desses grupos, são geralmente incapazes de produzir um impacto significativo sobre o resto da sociedade, muito menos sobre um governo e, certamente, não sobre uma ditadura. Se a autonomia e a liberdade das instituições civis independentes - fora do controlo do governo - podem ser mantidas ou restabelecidas, são muito importantes para a aplicação do desafio político. A característica comum dos exemplos citados, em que as ditaduras foram desintegradas ou enfraquecidas, é a corajosa aplicação em massa do desafio político pela população e as suas instituições.

Conforme foi dito, estes centros de poder proporcionam as bases institucionais a partir das quais a população pode exercer pressão ou pode resistir aos controlos ditatoriais. No futuro, farão parte da base estrutural indispensável para uma sociedade livre. A sua independência e crescimento contínuo são, portanto, muitas vezes um pré-requisito para o sucesso da

luta de libertação. Se a ditadura foi amplamente bem-sucedida em destruir ou controlar organismos da sociedade, será importante para os resistentes criarem grupos sociais e instituições independentes, ou reafirmar o controlo democrático sobre os organismos sobreviventes ou parcialmente controlados. Naturalmente, nada disto significa que fragilizar e destruir as ditaduras é fácil, nem que toda tentativa será bem-sucedida. Certamente não significa que a luta estará livre de baixas, porque aqueles que ainda servem os ditadores reagirão de forma a forçar a população a retomar a cooperação e a obediência. Por isso, devemos lembrar sempre a recomendação encorajadora de Nelson Mandela: “por mais difícil que seja a batalha, não nos vamos render. Dure o tempo que durar, não nos vamos cansar”.

Por outro lado, é necessário ter bem clara a ideia de que a resistência ao autoritarismo é pacífica, mas não pacifista ao estilo da visão cristã. Dão-me uma bofetada à esquerda e disponibilizo a direita. Não! Quando for necessário dever-se-á atear fogo em instituições e partir lugares simbólicos com vista a bloquear o funcionamento daquilo que sustenta a ditadura, mas nunca atingir pessoas e bens privados eticamente adquiridos, sob pena de cometermos actos que contradizem a democracia que juramos querer instituir.

CAPÍTULO 4

Fraquezas Das Ditaduras

Se você descobrir o ponto fraco do oponente, você tem que afetá-lo com rapidez. Capture, inicialmente, aquilo que for muito valioso para o inimigo. Não deixe que seja revelado a hora do seu ataque.

— *Sun Tzu.*

As agências de inteligência, polícia, milícias *kaenches*, forças militares, prisões, campos de concentração e esquadrões da morte são controlados por um punhado de poderosos. As finanças de um país, os recursos naturais e as capacidades de produção são muitas vezes saqueadas pelos ditadores e utilizadas para apoiar as suas vontades. Em comparação, as forças da oposição democrática parecem, frequentemente, extremamente fracas, ineficazes e impotentes. Essa percepção de invulnerabilidade contra a impotência torna improvável a oposição eficiente. Na realidade, a ditadura tem um calcanhar de Aquiles. A expressão "calcanhar de Aquiles" refere-se à parte vulnerável de uma pessoa, de um plano, ou de uma instituição que, se for atacado, não oferece qualquer proteção. O mesmo princípio aplica-se a ditaduras cruéis. Elas também podem ser conquistadas, mas mais rapidamente e com

menor custo, se os seus pontos fracos forem identificados e o ataque concentrado neles.

Fraquezas das ditaduras

Entre os pontos fracos das ditaduras estão os seguintes:

- A cooperação entre uma multidão de pessoas, grupos e instituições, necessárias para operar o sistema, pode ser limitada ou revogada.
- Os requisitos e os efeitos das políticas do passado do regime, limitam, de alguma forma, a sua actual capacidade de adoptar e implementar políticas conflitantes.
- O sistema pode se tornar rotineiro na sua operação, menos capaz de se adaptar rapidamente às novas situações.
- O pessoal e os recursos já alocados para as tarefas existentes não estarão facilmente disponíveis para novas necessidades.
- Os subordinados, com medo de desagradar os seus superiores, podem não relatar informações precisas ou completas, necessárias pelos ditadores para tomar decisões.
- A ideologia pode corroer mitos e símbolos do sistema, tornando-se instáveis.
- Se uma forte ideologia, que influencie a visão da realidade das pessoas, estiver presente, uma firme

adesão pode causar desatenção às condições e necessidades reais.

- A deterioração da eficiência e competência da burocracia, ou controlos e regulamentos excessivo, podem tornar ineficazes as políticas e operações do sistema.
- Os conflitos institucionais e rivalidades pessoais internas e hostilidades podem prejudicar e até mesmo interromper o funcionamento da ditadura.
- Intelectuais e estudantes podem tornar-se inquietos, em resposta às condições, restrições, doutrinalismo e repressão.
- O público em geral pode, ao longo do tempo, tornar-se apático, céptico e até mesmo hostil ao regime.
- Diferenças regionais, de classe, culturais, ou nacionais podem tornar-se agudas.
- A hierarquia de poder da ditadura é sempre instável, até certo ponto. Os indivíduos não só se mantêm na mesma posição do *ranking*, mas podem subir ou descer até vários degraus, ou ser totalmente removido e substituído por novas pessoas.
- Secções da polícia ou das forças armadas podem agir para alcançar os seus próprios objectivos, mesmo contra a vontade estabelecida dos ditadores, inclusive através de golpe de Estado.
- Se a ditadura é nova, é necessário tempo para que ela se torne bem estabelecida.

- Com tantas decisões tomadas por tão poucas pessoas nas ditaduras, ocorrerão erros de julgamento, política e acção.
- Se o regime visa evitar estes perigos e descentraliza o controlo e a tomada de decisões, o seu controlo sobre as alavancas centrais do poder pode ser ainda mais corroído.
- Uma vez que os detentores de poder na ditadura são criminosos, corruptos, incompetentes crónicos, gatunos e todo antro de maledicência possível, não têm tempo para promover o bem-estar, traduzindo-se numa carência social insuportável. Esta atmosfera de carência, deve ser aproveitada e capitalizada pelas forças revolucionárias.

Para além dos calcanhares de Aquiles gerais acima identificados, pode-se sondar outros, de acordo com o contexto de actuação. Para isso, as forças democráticas devem reunir, estudar e debater com seriedade a existência ou não de outros pontos onde podem bater para levar abaixo a *montanha do mal*.

Males a evitar frente às fraquezas da selvajaria ditatorial

A identificação dos pontos fracos da ditadura, não pode ser motivo para descontrolo emocional. Deve-se manter clara a ideia de que a luta pressupõe muita racionalidade, estratégia, planeamento, ciência. O núcleo duro que lidera o movimento para democracia (não um chefe, mas uma liderança que pode

ser colegial ou individual, aberta, rotativa), deve, logo no princípio, estabelecer uma metodologia de trabalho onde se possa evitar debates infantis e infrutíferos. Deve haver concordância em relação ao método geral de luta. Não faz sentido ter no núcleo de decisão indivíduos que discordam do derrube do ditador, sob pena de perderem tempo e, em casos extremos, ser um factor que inviabilizaria e adiaria o nascimento e a instituição de uma nova sociedade. Em síntese, deve haver consenso na questão substancial: o método de luta – a desobediência civil – mas pode-se perfeitamente discordar e discutir sobre questões acessórias e transitórias. Por exemplo, podemos debater se vale a pena ter apoio externo para a luta, podemos discutir aspectos logísticos, cronograma das ações etc., mas não o método de luta. Quem põe em causa o método de luta deve ser convidado, com respeito e honra à sua dignidade, a criar um movimento com pessoas que partilhem o método no qual acredita.

Golpes fortes e incisivos contra as fraquezas da ditadura

Com o conhecimento de tais fraquezas inerentes à tirania, a revolução democrática pode procurar agravar deliberadamente estes "calcanhares de Aquiles", a fim de alterar drasticamente o sistema ou desintegrá-lo. A conclusão então é clara: apesar da aparência de força, todas as ditaduras têm fraquezas, ineficiências internas, rivalidades pessoais, deficiências institucionais, e conflitos entre organizações e departamentos. Essas fraquezas, ao longo do tempo, tendem a tornar o regime

menos eficaz e mais vulnerável às mudanças de condições e resistência deliberada. Nem tudo o que o regime se propõe a realizar será completado. Até mesmo as ordens directas de Hitler não foram aplicadas porque aqueles abaixo dele na hierarquia se recusaram a cumpri-las. O regime ditatorial pode, às vezes, até mesmo desmoronar rapidamente, como já observámos. Identificadas as fraquezas, deve seguir-se a orientação do filósofo chinês, Sun Tzu, quando afirmou, no seu livro *A Arte da Guerra*, que “diante de uma larga frente de batalha, procure o ponto mais fraco e, ali, ataque com a sua maior força”.

CAPÍTULO 5

A Aplicação Do Poder Da Resistência Democrática: Exercitando O Poder

Diante de uma larga frente de batalha, procure o ponto mais fraco e, ali, ataque com a sua maior força.

— *Sun Tzu.*

Quais são, então, os meios disponíveis que oferecerão à resistência democrática vantagens distintas e tenderão a agravar as deficiências identificadas das ditaduras? Que técnica de acção capitalizará sobre a teoria do poder político discutida no capítulo III? A alternativa de escolha é o desafio político. O desafio político, ou a desobediência civil, tem as seguintes características:

- Não aceita que o resultado seja decidido pelos meios de combates escolhidos pela ditadura.
- É difícil para o regime combatê-lo.
- Pode agravar a única fraqueza da ditadura e pode cortar as suas fontes de poder.
- Pode, ao actuar, ser amplamente disperso, mas podem concentrar-se em objectivos específicos.

- Leva a erros de julgamento e acção pelos ditadores.
- Pode utilizar eficazmente a população como um todo, grupos e instituições da sociedade, na luta pelo fim da brutal dominação de uns poucos.
- Ajuda a espalhar a distribuição de poder efectivo na sociedade, tornando possível o estabelecimento e a manutenção de uma sociedade mais democrática.

O funcionamento da luta não violenta

A luta não violenta é um meio muito mais complexo e variado que a violência. Em vez de confrontos físicos, a luta é travada por armas psicológicas, sociais, económicas e políticas aplicadas pela população e as instituições da sociedade. Estas têm sido conhecidas sob vários nomes: protestos, greves, não cooperação, boicotes, ruptura e o poder do povo. Conforme mencionado anteriormente, todos os governos só podem governar enquanto recebem reposição das fontes necessárias do seu poder, a partir da cooperação, submissão e obediência da população e instituições da sociedade. O desafio político, ao contrário da violência, é perfeitamente capaz de cortar aquelas fontes de poder.

Armas e disciplina não violenta

O erro comum que as campanhas de desafio político cometeram no passado, é dependerem de apenas um ou dois métodos, tais como greves e demonstrações em massa. De facto, existe uma multiplicidade de métodos que permitem aos estrategistas da resistência concentrarem e dispersarem a

resistência, conforme necessário. Cerca de duas centenas de métodos específicos de acção não violenta foram identificados, e há certamente dúzias de outros. Esses métodos são classificados em três grandes categorias: 1) protesto e persuasão; 2) não cooperação e 3) intervenção. Métodos de protesto não violento e persuasão são demonstrações largamente simbólicas, incluindo paradas, marchas e vigílias (54 métodos). A não cooperação é dividida em três subcategorias: (a) não cooperação social (16 métodos); (b) não cooperação económica, incluindo boicotes (26 métodos) e greves (23 métodos); e (c) não cooperação política (38 métodos). A intervenção não violenta, por meios psicológicos, físicos, sociais, económicos ou políticos, tais como jejum, ocupação não violenta, e governo paralelo (41 métodos), é o grupo final. Uma lista de 198 desses métodos está incluída nas páginas mais adiante e são as chaves operativas para a luta (Cap. XI).

Existem algumas técnicas que não dependem da resistência de forma directa, mas da nossa capacidade diplomática de convencer a comunidade global a estar do lado da razão. Por exemplo, o embargo económico e a não cooperação diplomática, como formas de enfraquecerem o regime, dependem da boa vontade de actores externos, mas a nossa capacidade de luta interna e de convencimento é fundamental. Em contraste com meios militares, os métodos de luta não violenta podem focar-se directamente sobre as questões em jogo. Por exemplo, uma vez que a questão da ditadura é essencialmente política, as formas políticas de luta

não violenta seriam cruciais. Estas incluiriam a negação de legitimidade dos ditadores e a não cooperação com os seus regimes. A não cooperação também seria aplicada contra políticas específicas. Às vezes, protelação e procrastinação podem ser praticadas tranquilamente e até mesmo secretamente, enquanto em outros momentos a desobediência aberta e desafiadora, em manifestações públicas e greves, podem ser visíveis para todos. Alguns métodos de luta não violenta exigem que as pessoas pratiquem actos não relacionados com as suas vidas normais, tais como a distribuição de folhetos, operação de imprensa clandestina, greves de fome, ou sentar-se nas ruas. Esses métodos podem ser difíceis de serem realizados por algumas pessoas, excepto em situações muito extremas. Outros métodos de luta não violenta, ao invés, exigem que as pessoas continuem a levar as suas vidas normalmente, embora de maneira um pouco diferente. Por exemplo, as pessoas podem comparecer ao trabalho, ao invés de fazer greve, mas, trabalhar deliberadamente mais devagar ou de forma menos eficiente que o habitual. “Erros” podem ser cometidos conscientemente com maior frequência. A pessoa pode ficar “doente” e “incapaz” para trabalhar em determinados momentos, ou simplesmente recusar-se a trabalhar. Pode-se ir a cultos religiosos em que o acto expressa, não só as convicções religiosas, mas também as convicções políticas. Pode-se agir para proteger as crianças contra a propaganda dos atacantes, através da educação em casa ou em aulas ilegais. Pode-se recusar a participar de certas organizações “recomendadas” às

quais não se teria aderido livremente em épocas anteriores. A semelhança de tais tipos de acção com as actividades habituais das pessoas e o grau limitado de afastamento das suas vidas normais pode tornar a participação na luta de libertação nacional muito mais fácil para muitas pessoas.

Uma vez que a luta não violenta e a violência funcionam de maneiras fundamentalmente diferentes, até a resistência violenta, limitada durante uma campanha de desafio político, será contraproducente, pois transformará a luta numa atmosfera em que os ditadores têm uma vantagem esmagadora. A disciplina não violenta é a chave para o sucesso e deve ser mantida, apesar de provocações e brutalidades dos ditadores e seus agentes. A manutenção da disciplina não violenta contra os adversários violentos facilita o funcionamento dos quatro mecanismos de mudança em luta não violenta, que iremos discutir abaixo. A disciplina não violenta é também extremamente importante no *processo de jiu-jitsu político*. Neste processo, a brutalidade crua do regime contra os activistas não violentos, reflecte-se politicamente contra a posição dos ditadores, causando discórdia nas suas próprias fileiras, bem como fomenta suporte aos resistentes entre a população em geral, os defensores habituais do regime e terceiros. Os registos históricos indicam que mortos e feridos devem ser esperados em desafios políticos, embora sejam muito menores que as baixas em guerra militar. Além disso, este tipo de luta não contribui para o ciclo interminável de matança e brutalidade. O abandono ou o controle do medo é

um elemento fundamental para destruir o poder dos ditadores sobre a população em geral.

Infiltração, abertura, sigilo e altos padrões

Sigilo, engano e conspiração subterrânea apresentam-se como problemas muito difíceis para um movimento que esteja a usar acção não violenta. Muitas vezes, é impossível impedir que a polícia política e agentes de inteligências sejam informados sobre as intenções e os planos em curso. Do ponto de vista do movimento, o segredo não está apenas enraizado no medo, mas contribui para o medo, o que amortece o espírito de resistência e reduz o número de pessoas que podem participar numa determinada acção. Ele também pode contribuir para suspeitas e acusações, muitas vezes injustificadas, dentro do movimento, a respeito de quem é um informante ou um agente dos adversários. O sigilo também pode afectar a capacidade de um movimento permanecer não violento. Em contraste, a abertura com relação a intenções e planos, não só terá efeito contrário, mas contribuirá para uma imagem de que o movimento de resistência é, de facto, extremamente poderoso. O problema é, naturalmente, mais complexo do que isso. Existem aspectos importantes das actividades de resistência que podem exigir sigilo. Uma avaliação bem informada será necessária por aqueles que têm conhecimento sobre as dinâmicas da luta não violenta, e também do significado de vigilância da ditadura na situação específica.

A edição, impressão e distribuição de publicações proibidas, o uso de transmissões ilegais de rádio do interior do

país, bem como a colecta de informações sobre as operações da ditadura estão entre os tipos limitados de actividades especiais, onde um alto grau de sigilo será necessário. A manutenção de elevados padrões de comportamento na acção não violenta é necessária em todas as fases do conflito. Factores, tais como o destemor e manutenção de disciplina não violenta, são sempre necessários. É importante lembrar que um grande número de pessoas pode, muitas vezes, ser necessário para efectuar mudanças específicas, mas esses números podem ser obtidos como participantes de confiança somente com a manutenção dos elevados padrões do movimento.

Mudando as relações de poder

O grupo não violento pode, em grande medida, exercer influências pelas suas acções, sobre o aumento ou diminuição do poder relativo do grupo adversário (na realidade é inimigo, na medida em que representa perigo à vida). Por exemplo, a resistência não violenta corajosa e disciplinada, diante da brutalidade dos ditadores, pode induzir inquietação, insatisfação, insegurança e, em casos extremos, até mesmo um motim entre os próprios soldados do ditador e a população. Essa resistência pode também resultar na crescente condenação internacional da ditadura. Além disso, o uso hábil, disciplinado e persistente de desafio político pode resultar numa maior ou menor participação na resistência por pessoas que, normalmente, dariam o seu apoio tácito ao ditador ou permaneceriam neutras no conflito.

Quatro mecanismos de mudança

A luta não violenta produz mudança de quatro maneiras. O primeiro mecanismo é o menos provável, embora tenha ocorrido no passado. Quando os membros do grupo adversário (inimigo) estão emocionados com o sofrimento da repressão imposta aos corajosos resistentes não violentos, ou estão racionalmente persuadidos de que a causa dos opositores é justa, podem vir a aceitar os objectivos dos resistentes. Esse mecanismo é chamado de conversão. Embora casos de conversão em acção não violenta ocorram algumas vezes, são raros e, na maioria dos conflitos, isso simplesmente não ocorre ou pelo menos não em escala significativa. Frequentemente, a luta não violenta opera mudando a situação de conflito e a sociedade, de modo que os adversários simplesmente não possam fazer o que eles querem. É essa mudança que produz os outros três mecanismos: acomodação, coerção não violenta, e desintegração. Qual destes ocorre, depende do grau em que as relações de poder absolutas e relativas são deslocadas em favor dos democratas.

Se os problemas não são os fundamentais, as demandas da resistência democrática numa campanha limitada não são consideradas ameaçadoras e o conflito de forças alterou as relações de poder em algum grau, o conflito imediato pode ser encerrado através de um acordo, uma divisão da diferença ou um compromisso. Este mecanismo é chamado de acomodação. Muitas greves são resolvidas dessa maneira, por exemplo, com ambos os lados alcançando alguns dos seus objectivos, mas não conseguindo tudo o que queriam. Um governo pode

perceber que este tipo de solução tem alguns benefícios positivos, tais como diminuir a tensão, criar uma sensação de “justiça”, ou polir a imagem internacional do regime. É importante, portanto, um grande cuidado na selecção das questões sobre as quais um acordo por acomodação seja aceitável. A luta para derrubar uma ditadura não é um deles. As forças militares do ditador podem tornar-se tão pouco confiáveis que elas simplesmente não obedecem mais às ordens de reprimir os resistentes. Embora os líderes, ou líder, dos oponentes permaneçam nos seus cargos, e se afeerem aos seus objectivos iniciais, a sua capacidade de agir eficientemente foi-lhes tirada. Isso é chamado de coerção não violenta.

Em algumas situações extremas, as condições de produção de coerção não violenta são levadas ainda mais longe. O chefe dos adversários, de facto, perde toda a capacidade de agir e a sua própria estrutura de poder desmorona. A auto-direcção dos resistentes, a não cooperação e o desafio tornam-se tão completas que agora falta aos adversários até mesmo um simulacro de controlo sobre eles. A burocracia do adversário recusa-se a obedecer à sua própria liderança. As tropas do adversário e polícia amotinam-se. Os habituais apoiantes do adversário ou a população repudiam a sua antiga liderança, negando que eles tenham qualquer direito de governar. Daí, o seu apoio e obediência antiga desaparecem. O quarto mecanismo de mudança, a desintegração do sistema dos oponentes, é tão completa que nem sequer têm energia suficiente para se render. O regime simplesmente se estilhaça.

Efeitos democratizantes da desobediência civil

Em contraste com os efeitos da centralização de sanções violenta, o uso de técnicas de luta não violenta contribui para a democratização da sociedade política de diversas maneiras. Uma parte do efeito democratizante é negativa. Ou seja, em contraste com os meios militares, esta técnica não fornece um meio de repressão sob o comando de uma elite dominante que pode se voltar contra a população para estabelecer ou manter uma ditadura. Líderes de um movimento de desafio político podem influenciar e aplicar pressão sobre os seus seguidores, mas eles não podem prendê-los ou executá-los quando discordarem ou escolherem outros líderes. Outra parte do efeito democratizante é positiva. Ou seja, a luta não violenta oferece à população os meios de resistência que podem ser utilizados para alcançar e defender a sua liberdade contra os ditadores, existentes ou futuros. Abaixo estão alguns dos efeitos positivos da democratização que a luta não violenta pode ter:

- A experiência na aplicação da luta não violenta pode resultar numa população mais autoconfiante para desafiar as ameaças do regime e a sua repressão violenta.
- A luta não violenta fornece os meios de desafio não cooperativos pelos quais a população pode resistir a controlos antidemocráticos sobre eles, por qualquer grupo ditatorial.

- A luta não violenta pode ser usada para afirmar a prática das liberdades democráticas, como a liberdade de expressão, liberdade de imprensa, organizações independentes, liberdade de reunião diante de controlos repressivos.
- A luta não violenta contribui fortemente para a sobrevivência, renascimento e fortalecimento dos grupos independentes e instituições da sociedade, conforme discutido anteriormente. Estes são importantes para a democracia devido à sua capacidade de mobilizar a capacidade de poder da população, e impor limites ao poder efectivo de qualquer aspirante a ditador.
- A luta não violenta fornece meios pelos quais a população pode ter poder contra a polícia repressiva e a acção militar por um governo ditatorial.
- A luta não violenta fornece métodos pelos quais a população e as instituições independentes podem, no interesse da democracia, restringir ou cortar as fontes de poder para a elite dominante, ameaçando assim a sua capacidade para continuar a sua dominação.

Complexidade da luta não violenta

Como vimos a partir desta discussão, a luta não violenta é uma técnica complexa de acção social, envolvendo uma multiplicidade de métodos, uma série de mecanismos de mudança, e requisitos específicos de comportamento. Para ser eficiente, especialmente contra uma ditadura, o desafio político

exige um planeamento e preparação cuidadosa. Os interessados em participar terão de entender o que lhes é exigido. *Recursos precisarão ter sido disponibilizados* e os estrategistas precisarão ter analisado de que forma a luta não violenta pode ser aplicada mais eficazmente. Agora, voltamos a nossa atenção para este último elemento crucial: a necessidade de planeamento estratégico.

CAPÍTULO 6

A Necessidade Inevitável De Planeamento Estratégico

Sem um planeamento estratégico competente, ninguém sobreviverá nestes tempos globalizados.

— **Michael Porter.**

Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem as nossas armas, jamais deveremos perder de vista os seguintes factores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando, a disciplina.

— **Sun Tzu.**

Chegamos a um ponto mais do que chave. Sem um plano estratégico de luta, não será possível a erosão da ditadura. Tal plano deverá ser um documento construído com todo cuidado, e nele deverá conter o objectivo central, as acções de curto, médio e longo prazo, a logística, as questões financeiras e possíveis fontes monetárias para suportar a luta. O plano deverá conter um eixo para a diplomacia e solicitação de fundos. No contexto de Angola, o caminho será olhar para fora, uma vez que toda a máquina financeira de grande vulto está sob tutela do ditador e a luta precisa de milhões de dólares para

lograr êxitos. Às vezes, um acto em particular da ditadura enraiveceu tanto o povo que se lançaram em acções sem ter a mínima ideia de como o levante poderia terminar. Em outros momentos, uma pessoa corajosa, ou um pequeno grupo, pode ter agido de modo a despertar apoio. A queixa específica pode ser reconhecida pelos outros como semelhante a injustiças que haviam experimentado e, eles também, podem assim juntar-se à luta. Às vezes, um apelo específico à resistência de um pequeno grupo ou indivíduo pode encontrar uma resposta inesperadamente grande. Embora a espontaneidade tenha algumas qualidades positivas, ela tem inconvenientes. Frequentemente, os resistentes democráticos não previram as brutalidades da ditadura, de modo que sofreram gravemente e a resistência desmoronou. Por vezes, a falta de planeamento dos democratas deixou decisões cruciais ao acaso, com resultados desastrosos. Até mesmo quando o sistema opressor é derrubado, a falta de planeamento sobre como lidar com a transição para um regime democrático contribui para o surgimento de uma nova ditadura.

Planeamento realista

Segundo Sun Tzu, “todos podem ver as tácticas das minhas conquistas, mas ninguém consegue discernir a estratégia que gerou as vitórias.” Nesta lógica, os resistentes têm a obrigação de construir um plano estratégico de luta, sob pena de acusarem ingenuidade e falta de racionalidade e nem o mínimo uso da inteligência. No futuro, a acção popular não planeada, sem dúvida, desempenhará um papel importante nos levantes

contra as ditaduras. Agora é, possível, necessário e urgente, calcular os meios mais eficazes para derrubar uma ditadura, avaliar quando a situação política e humor populares estão maduros, e escolher a forma de iniciar uma campanha. É necessário um pensamento muito cuidadoso com base numa avaliação realista da situação e das capacidades da população a fim de seleccionar os meios eficazes para conseguir a liberdade sob tais circunstâncias.

Se alguém deseja realizar alguma coisa, é sábio planear como fazê-lo. Quanto maior o objectivo, mais importante se torna o planeamento. *O planeamento estratégico aumenta a probabilidade de que todos os recursos disponíveis sejam mobilizados e empregados de forma eficaz.* Isto é especialmente verdadeiro para um movimento democrático — que tem recursos materiais limitados e cujos adeptos estarão em perigo — que procura derrubar uma ditadura poderosa. Em contraste, a ditadura em geral terá acesso a vastos recursos materiais, força de organização e capacidade de cometer atrocidades. “Planear uma estratégia” significa aqui calcular um curso de acção que tornará mais provável movermo-nos da presente situação até à situação futura desejada. No âmbito dessa discussão, significa planear como ir de uma ditadura para um sistema democrático. Um plano para atingir esse objectivo consiste numa série progressiva de campanhas e outras actividades organizadas, destinadas a fortalecer a população e a sociedade oprimida e enfraquecer a ditadura. Observe-se aqui, que o objectivo não é simplesmente destruir a actual ditadura, mas estabelecer um sistema democrático. Uma

excelente estratégia que limite o seu objectivo a destruir a ditadura actualmente no poder, corre grande risco de produzir outro tirano.

Obstáculos ao planeamento estratégico

Alguns expoentes da liberdade, em diferentes partes do mundo, não trazem a sua capacidade total para se aplicar ao problema de como conseguir a libertação. Raramente esses defensores reconhecem plenamente a extrema importância de um planeamento estratégico cuidadoso. Por conseguinte, isso quase nunca é feito. Porque é que as pessoas que têm a visão de trazer a liberdade política ao seu povo tão raramente preparam um plano estratégico global para alcançar este objectivo? Infelizmente, muitas vezes, a maioria das pessoas em grupos de oposição democrática não entende a necessidade do planeamento estratégico, ou não está acostumada ou treinada a pensar estrategicamente. Esta é uma tarefa difícil. Constantemente perseguidos pela ditadura e oprimidos por responsabilidades imediatas, os líderes da resistência muitas vezes não têm a segurança, ou o tempo, para desenvolver habilidades de pensamento estratégico. *Em vez disso, é um padrão comum simplesmente reagir às iniciativas da ditadura.* A resistência está, assim, sempre na defensiva, procurando manter as liberdades limitadas ou os bastiões da liberdade, na melhor das hipóteses, retardando o avanço dos controles ditatoriais ou causando certos problemas para as novas políticas do regime. Alguns indivíduos e grupos, é claro, podem não ver a necessidade de um amplo planeamento a

longo prazo para um movimento de libertação. Em vez disso, podem ingenuamente pensar que, se eles simplesmente expuserem o seu objectivo fortemente, firmemente, e por tempo suficiente, ele de alguma forma passará. Outros presumem que, se eles simplesmente viverem e testemunharem de acordo com os seus princípios e ideais diante das dificuldades, estarão a fazer o possível para implementá-los. O casamento de metas humanas e lealdade com os ideais é admirável, mas é manifestamente insuficiente para acabar com a ditadura e conseguir a liberdade. Outros opositores da ditadura podem ingenuamente pensar que, se usam violência suficiente, a liberdade virá. Porém, conforme observado anteriormente, a violência não é garantia de sucesso. Ao invés de libertação, ela pode levar à derrota, tragédia em massa, ou ambos. Na maioria das situações, a ditadura está mais bem equipada para a luta violenta, e as realidades militares raramente, se é que alguma vez acontece, favorecem os democratas.

Existem também os activistas que baseiam as suas acções sobre o que “sentem” que devem fazer. Essas abordagens são, no entanto, não só egocêntricas, como não oferecem orientação para o desenvolvimento de uma grande estratégia de libertação. Acções baseadas numa “brilhante ideia” que alguém teve também é limitada. O que é necessário, ao invés, é agir com base em cálculos cuidadosos dos “próximos passos” necessários para derrubar a ditadura. Sem análise estratégica, os líderes da resistência muitas vezes não sabem qual deve ser esse “próximo passo”, porque eles não pensaram bem sobre as

etapas sucessivas e específicas necessárias para alcançar a vitória. Criatividade e ideias brilhantes são muito importantes, mas elas precisam ser utilizadas para fazer avançar a situação estratégica das forças democráticas.

Absolutamente consciente da multiplicidade de acções que poderiam ser realizadas contra a ditadura e incapazes de determinar por onde começar, algumas pessoas aconselham “fazer tudo simultaneamente”. Isso poderia ser útil, mas, claro, é *impossível*, especialmente para os movimentos relativamente fracos. Além disso, essa abordagem não oferece qualquer orientação sobre como começar, onde concentrar esforços, e como usar recursos muitas vezes limitados. Outras pessoas e grupos podem ver a necessidade de um planeamento, mas só são capazes de pensar a curto prazo ou com bases tácticas. Eles não conseguem ver se o planeamento a longo prazo é necessário ou possível. Às vezes, podem ser incapazes de pensar e analisar em termos estratégicos, permitindo-se ser, repetidamente, distraídos por questões relativamente pequenas, muitas vezes respondendo às acções do adversário, ao invés de tomar a iniciativa para a resistência democrática. Dedicando tanta energia a actividades de curto prazo, esses líderes muitas vezes não conseguem explorar vários cursos de acção alternativos que poderiam orientar os esforços globais para que o objectivo seja constantemente abordado.

Também é possível que alguns movimentos democráticos não planeiem uma estratégia global para derrubar a ditadura, concentrando-se apenas em questões imediatas, por outros motivos. No fundo, não acreditam realmente que a ditadura

possa ser destruída pelos os seus próprios esforços. Portanto, planejar como fazê-lo é considerado um desperdício de tempo romântico ou um exercício de futilidade. Pessoas que lutam pela liberdade contra ditaduras brutais estabelecidas são frequentemente confrontadas por um poder militar e de polícia tão imenso, que parece que os ditadores podem conseguir tudo o que quiserem. No entanto, na falta de esperança real, essas pessoas desafiarão a ditadura por razões de integridade e talvez, história. Embora eles nunca admitirão, nem nunca conscientemente reconhecerão que as suas acções lhes parecem impossíveis. Assim, para eles, o planeamento estratégico abrangente de longo prazo não tem mérito. O resultado de tais falhas de planeamento estratégico é, muitas vezes drástico: a força é dissipada, as acções são ineficazes, a energia é desperdiçada em questões de menor importância, as vantagens não são utilizadas, e os sacrifícios são em vão. Se os democratas não planearem estrategicamente, é provável que não consigam atingir os seus objectivos. Uma mistura estranha de actividades mal planeadas não moverá para a frente uma resistência mais significativa. Em vez disso, é mais provável que permita à ditadura aumentar o seu controlo e poder.

Quatro termos importantes no planeamento estratégico

A fim de ajudar-nos a pensar estrategicamente, a clareza sobre os significados de quatro termos básicos é importante.

Grande estratégia é o conceito que serve para coordenar e dirigir o uso de todos os recursos adequados e disponíveis

(económicos, humanos, morais, políticos, organizacionais, etc.) de um grupo que busca atingir os seus objectivos num conflito. No planeamento de uma grande estratégia, os líderes da resistência devem avaliar e planear que pressões e influências devem ser exercidas sobre os adversários. Além disso, a grande estratégia incluirá decisões sobre as condições adequadas e o momento certo em que as campanhas de resistência inicial e subsequentes serão lançadas. A grande estratégia define a estrutura básica para a selecção de estratégias mais limitadas para travar a luta. A grande estratégia também determina a atribuição de tarefas gerais a determinados grupos e a distribuição dos recursos para usarem na luta. A estratégia está preocupada se, quando, e como lutar, bem como a forma de alcançar a máxima eficácia na luta para determinados fins. A estratégia tem sido comparada ao conceito do artista, enquanto um plano estratégico é a planta do arquitecto.¹⁷ A estratégia também pode incluir esforços para desenvolver uma situação estratégica que seja tão vantajosa, que os adversários serão capazes de prever que o conflito aberto é susceptível de levar à sua derrota certa e, portanto, capitular sem luta aberta. Se não, a situação estratégica melhorada tornará certo o sucesso dos adversários em luta. A estratégia envolve, também, como agir para fazer bom uso dos sucessos quando conseguidos. Envolve a implantação hábil de grupos particulares, de acção especial, nas operações menores. Planear para uma estratégia sensata deve ter em consideração os requisitos para o sucesso na

¹⁷ Robert Helvey, comunicação pessoal, 15 de agosto de 1993.

operação da técnica escolhida de luta. Diferentes técnicas terão exigências diferentes. Naturalmente, apenas cumprir "exigências" não é suficiente para garantir o sucesso. Outros factores também podem ser necessários. Ao elaborar estratégias, os democratas devem definir claramente os seus objectivos, e determinar como medir a eficácia dos esforços para alcançá-los. Esta definição e análise permitem ao estrategas identificarem os requisitos específicos para garantir cada objectivo seleccionado. Essa necessidade de clareza e definição aplica-se também ao planeamento tático.

Táticas e métodos de acção são utilizados para implementar a estratégia. As táticas estão relacionadas com o uso hábil das forças para o melhor proveito numa situação limitada. A tática é uma acção limitada, utilizada para atingir um objectivo restrito. A escolha das táticas é regida pela concepção, numa fase restrita de um conflito, da melhor forma de utilizar os meios de luta para implementar a estratégia. Para ser mais eficaz, as táticas e métodos devem ser escolhidos e aplicados com uma atenção constante à consecução dos objectivos estratégicos. Ganhos táticos que não reforçam a consecução dos objectivos estratégicos podem, no final, acabar por ser um desperdício de energia. Uma tática está, portanto, preocupada com um curso de acção limitado que se encaixa dentro da estratégia mais ampla, assim como uma estratégia se encaixa dentro da grande estratégia. As táticas estão sempre preocupadas com o combate, enquanto a estratégia inclui considerações mais amplas. Uma tática em particular só pode ser compreendida como parte da estratégia global de uma

batalha ou campanha. As táticas são aplicadas aos períodos mais curtos do que as estratégias, ou em áreas menores (geográfica, institucional, etc.), ou por um número mais limitado de pessoas, ou para objectivos mais limitados. Na acção não violenta, a distinção entre um objectivo tático e um objectivo estratégico pode ser parcialmente indicado pelo facto do objectivo escolhido da acção ser, mais ou menos, importante.

Engajamentos táticos ofensivos são seleccionados para apoiar a realização dos objectivos estratégicos. Engajamentos táticos são as ferramentas do estrategas na criação de condições favoráveis para o lançamento de ataques decisivos contra um oponente. É muito importante, portanto, que aqueles a quem são atribuídas as responsabilidades de planear e executar operações táticas, sejam hábeis na avaliação da situação e seleccionem os métodos mais apropriados para tal. Aqueles de quem se espera participar, devem ser treinados no uso da técnica escolhida e dos métodos específicos.

Método refere-se às armas específicas ou meios de acção. Dentro da técnica de luta não violenta, estes incluem dezenas de formas particulares de acção. O desenvolvimento de um plano estratégico eficaz e responsável para uma luta não violenta, depende da formulação e selecção cuidadosas da grande estratégia, das estratégias, das táticas e dos métodos. A principal lição desta discussão é que o uso calculado do intelecto é necessário no cuidadoso planeamento estratégico para a libertação em relação a ditadura. Uma falha em planear inteligentemente pode contribuir para desastres, enquanto o

uso eficaz da capacidade intelectual pode traçar uma rota estratégica que criteriosamente utilizará os recursos disponíveis para mover a sociedade em direção à meta da liberdade e da democracia.

CAPÍTULO 7

Estratégia De Planeamento

O planeamento não é uma tentativa de predizer o que vai acontecer. O planeamento é um instrumento para raciocinar, agora, sobre que trabalhos e acções serão necessários hoje, para merecermos um futuro. O produto final do planeamento não é a informação: é sempre o trabalho.

— **Peter Drucker.**

Não existe nenhum passeio fácil para a liberdade em lado nenhum, e muitos de nós teremos de atravessar o vale da sombra da morte vezes sem conta até que consigamos atingir o cume da montanha dos nossos desejos.

— **Nelson Mandela.**

Para aumentar as chances de sucesso, os líderes da resistência precisam formular um plano abrangente de acção, capaz de fortalecer as pessoas que sofrem, enfraquecendo e destruindo a ditadura e construindo uma democracia duradoura. Para realizar tal plano de acção, é necessária uma avaliação cuidadosa da situação e das opções

para uma acção efectiva. Para além de tal análise cuidadosa, tanto uma grande estratégia, quanto as estratégias específicas de campanha para conseguir a liberdade, podem ser desenvolvidas. Embora relacionados, o desenvolvimento da grande estratégia e das estratégias de campanha são dois processos separados. Somente após a grande estratégia ter sido desenvolvida, as estratégias específicas de campanha podem ser plenamente desenvolvidas. As estratégias de campanha precisam ser concebidas para atingir e reforçar os grandes objectivos estratégicos. Todo o planeamento estratégico, entretanto, exige que os ideólogos da resistência tenham uma compreensão profunda da situação de conflito, incluindo a atenção a factores físicos, históricos, governamentais, militares, culturais, sociais, políticos, psicológicos, económicos e internacionais. As estratégias só podem ser desenvolvidas no contexto da luta particular e os seus antecedentes.

Os objectivos valem uma grande luta, e porquê? É fundamental determinar o verdadeiro objectivo da luta, uma vez que o derrube da ditadura ou remoção dos ditadores actuais não é suficiente. O objectivo nesses conflitos deve ser o estabelecimento de uma sociedade livre, com um sistema democrático de governo. Clareza sobre este ponto influenciará o desenvolvimento de uma grande estratégia e das estratégias específicas que se seguem.

Particularmente, os estrategas terão de responder a muitas questões fundamentais, tais como:

- Quais são os principais obstáculos para se alcançar a liberdade?
- Quais os factores que facilitarão a obtenção da liberdade?
- Quais são os principais pontos fortes da ditadura?
- Quais são os vários pontos fracos da ditadura?
- Em que medida são vulneráveis as fontes de poder da ditadura?
- Quais são os pontos fortes das forças democráticas e da população em geral?
- Quais são os pontos fracos das forças democráticas e como podem ser corrigidos?
- Qual é o status de terceiros, não directamente envolvidos no conflito? Quem já ajuda ou pode ajudar, tanto a ditadura quanto o movimento democrático, e de que forma?

Escolha de meios

Ao nível da grande estratégia, os planeadores estrategas, precisam escolher os principais meios de luta a serem empregues no conflito iminente. Os méritos e limitações das diferentes técnicas alternativas de luta terão de ser avaliados, tais como guerra militar convencional, guerrilha, desafio político e outros. Ao fazer esta escolha, os estrategas precisarão considerar questões como as seguintes: a forma escolhida de luta está dentro das capacidades dos democratas? A técnica escolhida utiliza os pontos fortes da população dominada? Esta técnica visa os pontos fracos da ditadura, ou

ataca os seus pontos fortes? Os meios ajudam os democratas a tornarem-se mais autossuficientes, ou exigem dependência de terceiros ou fornecedores externos? Qual é o registo do uso dos meios escolhidos na derrubada de ditaduras? Eles aumentam ou limitam o número de vítimas e destruição que podem ocorrer no conflito iminente? Presumindo-se o sucesso em acabar com a ditadura, qual seria o efeito dos meios escolhidos sobre o tipo de governo que surgiria a partir da luta? Os tipos de acção definidos como contraproducentes terão de ser excluídos da grande estratégia desenvolvida.

Planeando a democracia

É preciso lembrar que contra uma ditadura, o objectivo da grande estratégia não é simplesmente derrubar ditadores, mas instalar um sistema democrático e tornar impossível a ascensão de uma nova ditadura. Para realizar este objectivo, os meios escolhidos de luta terão de contribuir para uma mudança na distribuição de poder efetivo na sociedade. Sob a ditadura, a população e as instituições da sociedade civil têm sido muito fracas, e o governo forte demais. Sem uma mudança nesse desequilíbrio, um novo conjunto de governantes podem, se assim o desejarem, ser tão ditatoriais quanto os antigos. A "revolução palaciana" ou um golpe de Estado, portanto, não é bem-vinda.

O desenvolvimento de uma capacidade de luta não violenta significa que a capacidade da ditadura para a repressão violenta já não produz tão facilmente a intimidação e submissão entre a população. A população terá à sua

disposição meios poderosos para contrariar e, até, bloquear o exercício do poder dos ditadores. Além disso, a mobilização do poder popular através do desafio político fortalecerá as instituições independentes da sociedade. A experiência de ter uma vez exercido efectivamente o poder não é rapidamente esquecida. O conhecimento e a habilidade adquiridos com a luta tornarão menos provável que a população seja facilmente dominada pelos aspirantes a ditadores. Esta mudança nas relações de poder, no limite, acabaria por tornar muito mais provável o estabelecimento de uma sociedade democrática durável.

Ajuda externa

Este ponto é essencial, mas controverso! Deverá ser profundamente discutido pelo movimento que pugna pelo direito à indignação e dissolução do regime. É preciso esclarecer que muitos, por falta de maturidade e romantismo irracional, afastarão a possibilidade de apoio externo para a luta. Se quer a liberdade para Angola, ou outra parte do mundo sob domínio de ditadura, seja homem! Use o cérebro! A ajuda externa é inevitável. Como podemos manter os manifestantes, durante dias ou semanas, na rua sem alimentos? De onde sairá a água? Com que dinheiro compraremos flores para manifestar o nosso amor e pacifismo a favor do qual lutamos, à humanidade? Como compraremos combustível, pneus, carros, etc. para mover todos os meios logísticos no momento que a nossa grande parceira – a rua – terá voz e vez? Precisaremos

de milhões e milhões em dinheiro para triunfar. Conseguiremos isto com inteligência e diplomacia.

Outra ajuda externa será sairmos e ouvirmos as experiências de revolucionários da Tunísia, da Servia, do Burkina Faso, etc. Não só para apreendermos como lutar, mas também para podermos evitar os erros que foram protagonizados pelas lutas anteriores contra as ditaduras. Acredita que o café, chá, alimentos, tendas e mantas nas ruas das revoluções como a de Singapura provinham do céu? A principal força da luta deve ser suportada a partir do interior do próprio país. Na medida em que a assistência internacional vem, ela será estimulada pela luta interna. Como um modesto suplemento, esforços podem ser feitos para mobilizar a opinião pública mundial contra a ditadura, por razões humanitárias, morais e religiosas. Esforços podem ser organizados para obter sanções diplomáticas, políticas e económicas por governos e organizações internacionais, contra a ditadura. Estes podem assumir a forma de embargos económicos e militares; redução nos níveis de reconhecimento diplomático ou o rompimento das relações diplomáticas; proibição de ajuda económica e a proibição de investimentos no país ditatorial; expulsão do governo ditatorial de várias organizações internacionais e dos órgãos das Nações Unidas. Além disso, assistência internacional, tal como a prestação de apoio financeiro e de comunicações, também pode ser fornecida directamente às forças democráticas. Tudo isto só virá por meio da nossa capacidade de mobilizar o mundo e dar sinais claros de que temos um Projecto Político Filosófico de Nação, projecto este

que deve ser dado a conhecer. Há uma diferença clara entre ajudar-nos com meios para a conquista da nossa liberdade e dar-nos a liberdade. Não confundamos. São completamente distintos. Se houvesse patriotas ricos e disponíveis para ajudarem as forças democráticas, eu preferiria o dinheiro proveniente de um angolano, mas sabemos que quem possui dinheiro, de onde proveio tal dinheiro e a que grupo pertence. Por isso, as fontes financeiras angolanas para a revolução estão fora de hipótese. Aliás, a forma como se apossaram do erário, é um dos motivos da luta. Fonte financeira angolana para revolução, só milagre!

Formulando uma grande estratégia

Após uma avaliação da situação, a escolha dos meios e a determinação do papel da ajuda externa, os projetistas da grande estratégia deverão esboçar, em grandes linhas, a forma como o conflito poderia ser bem conduzido. Este plano amplo abrangeria do presente até ao futuro da libertação e a instituição de um sistema democrático. Na formulação de uma grande estratégia, precisarão responder a uma série de perguntas: Como é que a luta de longo prazo deverá começar? Como pode a população oprimida reunir suficiente autoconfiança e força para agir e desafiar a ditadura, mesmo que, inicialmente, de forma limitada? Como poderia ser aumentada a capacidade da população de aplicar a não cooperação e desafio com o tempo e a experiência? Quais poderiam ser os objectivos de uma série de campanhas limitadas para recuperar o controlo democrático sobre a

sociedade e limitar a ditadura? Existem instituições independentes que sobreviveram à ditadura que poderiam ser usadas na luta para estabelecer a liberdade? Que instituições da sociedade podem ser recuperadas no controlo dos ditadores, ou que instituições precisam ser criadas pelos democratas para atender às suas necessidades e estabelecer as esferas da democracia, mesmo enquanto a ditadura continua?

Como pode ser desenvolvida a força organizacional na resistência? Como os participantes podem ser treinados? Que recursos (finanças, equipamentos, etc.) seriam necessários ao longo da luta? Que tipo de simbolismo pode ser mais eficaz na mobilização da população? Com que tipos de acção e em que estágios podem as fontes de poder dos ditadores ser progressivamente enfraquecidas e divididas? Como pode a população resistente persistir, simultaneamente, no seu desafio e também manter a necessária disciplina não violenta? Como pode a sociedade continuar a satisfazer as suas necessidades básicas durante o curso da luta? Como pode a ordem social ser mantida no meio do conflito? Conforme se aproxima a vitória, como pode a resistência democrática continuar a construir a base institucional da sociedade pós-ditadura para tornar a transição tão suave quanto possível? Deve ser lembrado que não existe, nem pode ser criada, uma fórmula única para planear uma estratégia para cada movimento de libertação contra as ditaduras. Cada luta para derrubar uma ditadura e

estabelecer um sistema democrático será um pouco diferente.¹⁸

Quando a grande estratégia de luta tiver sido cuidadosamente planeada, há razões sólidas para torná-la amplamente conhecida. O grande número de pessoas necessárias para participar podem estar mais dispostas e capazes de agir se elas compreenderem a concepção geral, bem como as instruções específicas. Este conhecimento pode potencialmente ter um efeito muito positivo sobre o seu moral, a sua vontade de participar e agir adequadamente. As linhas gerais da grande estratégia chegariam ao conhecimento dos ditadores, em qualquer caso, e o conhecimento das suas características poderia, potencialmente, levá-los a serem menos brutais na sua repressão, sabendo que isso poderia voltar-se politicamente contra eles próprios. A compreensão das características especiais da grande estratégia poderia, potencialmente, contribuir também para a dissensão e deserções no próprio campo dos ditadores.

Uma vez que um grande plano estratégico para derrubar a ditadura e estabelecer um sistema democrático tenha sido adotado, é importante que os grupos pró-democracia persistam na sua aplicação. Só em circunstâncias muito raras a luta deve afastar-se da grande estratégia inicial. Quando há provas abundantes de que a grande estratégia escolhida está errada, ou que as circunstâncias da luta mudaram, os projectistas devem

¹⁸ Os estudos completos recomendados por Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action of the Nonviolent Action* (Boston, Massachusetts: Porter Sargent, 1973) e Peter Ackerman e Christopher Kruegler, *Strategic Nonviolent Conflict*, (Westport, Connecticut: Praeger, 1994). Consulte também Gene Sharp, *Waging Nonviolent Struggle: Twentieth Century Practice and Twenty-First Century Potential*. Boston: Porter Sargent, 2005.

alterar a grande estratégia. Mesmo assim, isso deve ser feito somente após uma reavaliação básica e depois de um novo e mais adequado plano estratégico ter sido elaborado e aprovado.

Projectando a estratégia de campanha

Não importa quanto possa ser sábia e promissora a grande estratégia desenvolvida para acabar com a ditadura e instaurar a democracia, uma grande estratégia implementa-se a si própria. Estratégias particulares precisarão ser desenvolvidas para orientar as campanhas mais importantes destinadas a minar o poder dos ditadores. Estas estratégias, por sua vez, incorporarão e orientarão uma série de compromissos táticos que terão como objectivo aplicar golpes decisivos contra o regime do ditador. As táticas e os métodos específicos de acção devem ser escolhidos com cuidado, para que contribuam para atingir os objectivos de cada estratégia específica. A discussão centra-se exclusivamente no nível da estratégia. Aos estrategas, ao planearem as campanhas mais importantes, será exigido, como daqueles que planearam a grande estratégia, um conhecimento aprofundado da natureza e dos modos de operação da sua técnica de luta escolhida. Assim como os oficiais militares precisam entender as estruturas de força, táticas, logística, munições, os efeitos da geografia, e outros, a fim de traçar a estratégia militar, os estrategas e ideólogos do desafio político devem compreender a natureza e os princípios estratégicos de luta não violenta. Contudo, o conhecimento da luta não violenta, a atenção às recomendações neste ensaio e as respostas às questões aqui colocadas não produzirão, elas

mesmas, as estratégias. A formulação de estratégias para a luta ainda exige uma criatividade informada. No planeamento das estratégias para as campanhas específicas de resistência selectiva e para o desenvolvimento a longo prazo da luta de libertação, os estrategas do desafio político precisarão considerar várias questões e problemas:

- Determinação dos objectivos específicos da campanha e a sua contribuição para a execução da grande estratégia.
- Consideração dos métodos específicos, ou armas políticas que podem ser utilizadas para implementar as estratégias escolhidas. Dentro de cada plano geral, para uma campanha estratégica em particular, será necessário determinar que planos menores e táticos, e que métodos de acções específicas devem ser utilizados para impor restrições e pressões contra as fontes de poder da ditadura. Deve ser lembrado que a realização dos objectivos mais importantes, virá como resultado de medidas menores e específicas, cuidadosamente escolhidas e implementadas.
- Determinação se, ou como, as questões económicas devem estar relacionadas com a luta global, essencialmente política. Se as questões económicas devem ser proeminentes na luta, será preciso cuidado para que os problemas económicos possam ser sanados após o término da ditadura. Caso contrário, a desilusão e o descontentamento podem instalar-se se soluções rápidas não forem providenciadas durante o

período de transição para uma sociedade democrática. Essa desilusão poderia facilitar o surgimento de forças ditatoriais prometendo um fim aos problemas económicos.

- Determinação, antecipadamente, de que tipo de estrutura de liderança e sistema de comunicações funcionará melhor para iniciar a luta de resistência. Que meios de tomada de decisão e de comunicação serão possíveis durante o curso da luta para continuar a dar orientação aos resistentes e à população em geral?
- Comunicação de notícia da resistência à população em geral, às forças dos ditadores e à imprensa internacional. Alegações e relatórios devem sempre ser rigorosamente factuais. Exageros e alegações infundadas minarão a credibilidade da resistência.
- Planos para actividades sociais, educacionais, económicas e políticas autossuficientes e construtivas para atender às necessidades do povo durante o conflito iminente. Tais projectos podem ser conduzidos por pessoas não envolvidas directamente nas actividades da resistência.
- Determinação do tipo de ajuda externa desejável no apoio à campanha específica ou à luta geral de libertação. Como pode a ajuda externa ser mobilizada e utilizada sem tornar a luta interna dependente de factores externos incertos? Será necessário prestar atenção a que grupos externos mais provavelmente, e

mais adequadamente, ajudarão, tais como organizações não governamentais (movimentos sociais, grupos religiosos ou políticos, sindicatos, etc.), governos e/ou as Nações Unidas e os seus diferentes órgãos.

Além disso, os estrategas da resistência precisarão tomar medidas para preservar a ordem e atender às demandas sociais pelas suas próprias forças durante a resistência em massa contra os controlos ditatoriais. Isto não só criará estruturas democráticas alternativas e independentes, como atenderá às necessidades reais, mas também reduzirá a credibilidade de qualquer alegação de que repressão violenta seja necessária para deter a desordem e a anarquia.

Disseminando a ideia da não cooperação

Para o desafio político ser bem sucedido contra uma ditadura, é essencial que a população entenda a ideia da não cooperação, conforme ilustrado pela história “Mestre dos Macacos”, referida anteriormente. A ideia é simples: se um número suficiente de subordinados se recusa a continuar a sua cooperação, por tempo suficiente, apesar da repressão, o sistema opressivo será enfraquecido e, finalmente, entrará em colapso. As pessoas que vivem sob a ditadura, já podem estar familiarizadas com esse conceito a partir de diversas fontes. Mesmo assim, as forças democráticas deveriam deliberadamente difundir e popularizar a ideia da não cooperação. A história do “Mestre dos Macacos” ou outras fábulas semelhantes poderão ser difundidas. Tal história

poderia ser facilmente entendida. Uma vez que o conceito geral de não cooperação é apreendido, as pessoas serão capazes de entender a relevância de futuras chamadas à prática de não cooperação contra a ditadura. Eles também serão capazes, por si sós, de improvisar uma miríade de formas específicas de não cooperação em novas situações. Apesar das dificuldades e perigos na tentativa de comunicar ideias, notícias e instruções de resistência, enquanto vivem sob ditaduras, os democratas têm frequentemente de provar ser isso possível. Mesmo sob o regime nazista e comunista, foi possível para os resistentes comunicarem-se, não só com outros indivíduos, mas, mesmo com grandes audiências, através da produção de jornais clandestinos, folhetos, livros e, nos últimos anos, via cassetes de áudio e vídeo.

Com a vantagem de um planeamento estratégico prévio, orientações gerais para a resistência podem ser preparadas e divulgadas. Estas podem indicar as questões e circunstâncias em que a população deve protestar e recusar-se a cooperar, e como isso deve ser feito. Então, mesmo que a comunicação da liderança democrática seja cortada, e instruções específicas não tenham sido emitidas ou recebidas, a população saberá como agir em certas questões importantes. Essas orientações também forneceriam um teste para identificar falsas "instruções de resistência", emitidas pela polícia política destinadas a provocar ação de descrédito.

Repressão e contramedidas

Os projectistas estratégicos terão de avaliar as possíveis respostas e repressão, em especial o limite da violência da ditadura às acções da resistência democrática. Será necessário determinar a forma de resistir, contra-atacar ou evitar esse possível aumento da repressão, sem submissão. Tacticamente, para ocasiões específicas, as advertências adequadas à população e os resistentes sobre a repressão esperada seriam necessárias, de modo que eles conheçam os riscos de participação. Se a repressão pode ser grave, devem ser feitos preparativos de assistência médica aos resistentes feridos. Antecipando a repressão, os estrategas devem considerar antecipadamente a utilização de táticas e métodos que contribuam para alcançar o objectivo específico de uma campanha, ou a libertação, mas que tornem a repressão brutal menos provável ou menos possível. Por exemplo, manifestações de rua e desfiles contra as ditaduras extremas pode ser dramático, mas também apresentam o risco de milhares de manifestantes mortos. O alto custo para os manifestantes não pode, contudo, efectivamente aplicar mais pressão sobre a ditadura do que ocorreria se todo mundo ficasse em casa, uma greve ou actos em massa de não cooperação de funcionários públicos.

Se for proposto uma acção de resistência provocativa, arriscando muitas baixas, seria necessária para uma finalidade estratégica, então deve-se considerar com muito cuidado os custos da proposta e os possíveis ganhos. Será que a população e os resistentes provavelmente se comportarão de uma forma

disciplinada e não violenta durante o curso da luta? Eles podem resistir a provocações à violência? Os projectistas devem considerar que medidas podem ser tomadas para manter a disciplina não violenta, e manter a resistência apesar das brutalidades. Será que medidas, tais como promessas, declarações políticas, folhetos sobre disciplina, encarregados de manifestações e boicotes de pessoas e grupos pro-violência seriam possíveis e eficazes? Os líderes devem estar sempre alertas para a presença de agentes provocadores, cuja missão será a de incitar os manifestantes à violência.

Aderindo ao plano estratégico

Depois de um bom plano estratégico estar implantado, as forças democráticas não devem distrair-se com os pequenos movimentos dos ditadores que podem tentá-los a afastar-se da grande estratégia e das campanhas específicas, levando-os a concentrar as principais actividades sobre questões sem importância. Também as emoções do momento — talvez em resposta às novas brutalidades da ditadura — não devem desviar a resistência democrática da sua grande estratégia ou da estratégia de campanha. As brutalidades podem ter sido perpetradas, precisamente para provocar as forças democráticas a abandonar o seu plano bem definido e, até mesmo, a cometerem actos violentos, a fim de que os ditadores possam derrotá-las mais facilmente.

Enquanto a análise básica é considerada boa, a tarefa das forças pró-democracia é avançar etapa por etapa. Naturalmente, mudanças nas táticas e objectivos intermédios

ocorrerão e os bons líderes estarão sempre prontos para explorar novas oportunidades. Esses ajustes não devem ser confundidos com os objectivos da grande estratégia ou os objectivos da campanha específica. A cuidadosa implementação da grande estratégia escolhida e de estratégias para campanhas particulares contribuirá grandemente para o sucesso.

CAPÍTULO 8

Aplicando O Desafio Político Ou A Desobediência Civil

Eu aprendi que a coragem não é a ausência de medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas aquele que conquista por cima do medo.

— *Nelson Mandela.*

À medida que nos libertamos do nosso próprio medo a nossa presença liberta automaticamente outros.

— *Nelson Mandela.*

Em situações em que a população se sente impotente e assustada é importante que as tarefas iniciais para o público sejam de baixo risco, isto é, acções de fortalecimento da confiança. Estes tipos de acções — tais como o uso de uma roupa de forma incomum — pode registar publicamente uma opinião divergente e proporcionar uma oportunidade ao público de participar de forma significativa nos actos de dissidência. Noutros casos, uma questão relativamente menos importante (na superfície) e a política (por exemplo, garantir

um abastecimento de água potável) pode ser transformada no foco de acção do grupo. Os estrategas devem escolher um tema cujo mérito será amplamente reconhecido e difícil de rejeitar. O sucesso em tais campanhas limitadas não só poderia corrigir queixas específicas, mas também convencer a população de que ela realmente tem o potencial de poder. A maior parte das estratégias de campanhas na luta de longo prazo não deve visar a queda completa e imediata da ditadura, mas sim conquistar objectivos específicos. Nem todas as campanhas exigem a participação de todos os sectores da população. Ao contemplar uma série de campanhas específicas para implementar a grande estratégia, os estrategas do desafio devem considerar como as campanhas no início, meio e perto da conclusão da luta de longo prazo serão diferentes umas das outras.

Resistência selectiva

Nos estágios iniciais da luta, campanhas separadas, com diferentes objectivos específicos podem ser muito úteis. Tais campanhas selectivas podem seguir uma após a outra. Ocasionalmente, duas ou três podem se sobrepôr no tempo. Ao planear uma estratégia de “resistência selectiva” é necessário identificar as questões ou queixas limitadas que simbolizam a opressão geral da ditadura. Tais questões podem ser os alvos adequados para a realização de campanhas visando ganhar objectivos estratégicos intermediários, no âmbito da grande estratégia geral. Estes objectivos estratégicos intermédios precisam ser alcançáveis pela capacidade, actual ou projectada, de poder das forças democráticas. Isso ajuda a garantir uma

série de vitórias, que são boas para a moral, e também contribuem para mudanças incrementais vantajosas nas relações de poder para a luta de longo prazo.

Estratégias de resistência selectiva devem concentrar-se principalmente sobre questões sociais, económicas ou políticas específicas. Estas podem ser escolhidas de forma a manter alguma parte do sistema social e político fora do controlo dos ditadores; para recuperar o controlo de alguma parte actualmente controlada pelos ditadores; ou para negar aos ditadores um objectivo particular. Se possível, a campanha de resistência selectiva também deve atacar um ou mais pontos fracos da ditadura, conforme já foi discutido. Dessa forma, os democratas podem ter o maior impacto possível com a sua capacidade de poder disponível.

Muito cedo, os estrategas precisam planear, pelo menos, a estratégia para a primeira campanha. Quais são os seus objectivos limitados? Como ajudarão a realizar a grande estratégia escolhida? Se possível, é sensato formular, pelo menos, as linhas gerais das estratégias para uma segunda e possivelmente uma terceira campanha. Todas essas estratégias precisarão implementar a grande estratégia escolhida e operar dentro das suas diretrizes gerais.

Desafio simbólico

No início de uma nova campanha para enfraquecer a ditadura, as primeiras acções, mais políticas, podem ter escopo limitado. Devem ser projectadas, em parte para testar e influenciar o humor da população, e prepará-las para continuar a luta através

da não cooperação e desafio político. A acção inicial é susceptível de assumir a forma de protesto simbólico, ou pode ser um acto simbólico de não cooperação, limitada ou temporária. Se o número de pessoas dispostas a agir for pequeno, então o acto inicial pode, por exemplo, envolver a colocação de flores num local de importância simbólica. Por outro lado, se o número de pessoas dispostas a agir é muito grande, então, a suspensão de cinco minutos de todas as actividades ou alguns minutos de silêncio podem ser usados. Em outras situações, alguns indivíduos poderiam realizar uma greve de fome, uma vigília num local de importância simbólica, um boicote estudantil das aulas, ou um *sit-in* temporário num escritório importante. Sob uma ditadura, acções mais agressivas provavelmente enfrentariam uma dura repressão. Certos actos simbólicos, tais como a ocupação física em frente ao palácio do ditador ou da sede da polícia política pode envolver alto risco e, portanto, não são aconselháveis para o início de uma campanha. Acções iniciais de protesto simbólico, às vezes despertam a atenção nacional e internacional importante — como as manifestações de rua em massa na Birmânia, em 1988, ou a ocupação por estudantes e greve de fome na Praça Tiananmen, em Pequim, em 1989. O grande número de baixas entre os manifestantes, em ambos os casos, aponta para o grande cuidado que os estrategas devem ter no planeamento de campanhas. Apesar de terem um tremendo impacto moral e psicológico, tais acções, por si só, não são susceptíveis de derrubar uma ditadura, pois

permanecem em grande parte simbólicas e não afectam a posição de poder da ditadura.

Geralmente, não é possível cortar a disponibilidade das fontes de poder dos ditadores completa e rapidamente no início de uma luta. Isso exigiria que praticamente toda a população e quase todas as instituições da sociedade — que já haviam sido amplamente submissas — rejeitassem absolutamente o regime e, de repente, desafiá-lo através da não cooperação forte e em massa. Isso ainda não ocorreu, e seria muito difícil de alcançar. Na maior parte dos casos, portanto, uma rápida campanha de não cooperação plena e desafio é uma estratégia irreal para uma campanha precoce contra a ditadura.

Distribuindo a responsabilidade

Durante uma campanha de resistência selectiva, o peso da luta é, por algum tempo, suportado por um sector ou mais da população. Numa campanha posterior com um objectivo diferente, o ónus da luta seria transferido para outros grupos populacionais. Por exemplo, os estudantes podem realizar greves sobre uma questão educacional; líderes religiosos e fiéis podem se concentrar na questão da liberdade religiosa; trabalhadores ferroviários podem meticulosamente obedecer às normas de segurança, de modo a atrasar o sistema de transporte ferroviário; jornalistas podem desafiar a censura através da publicação de artigos com espaços em branco, onde artigos proibidos teriam aparecido, ou a polícia pode falhar repetidamente em localizar e prender integrantes da oposição democrática procurados. Dividir as campanhas de resistência

em fases, por assunto e grupo populacional, permitirá que determinados segmentos da população descansem enquanto a resistência continua.

A resistência selectiva é especialmente importante para defender a existência e a autonomia de grupos e instituições sociais, económicos e políticos independentes, fora do controlo da ditadura, conforme discutido anteriormente. Estes centros de poder proporcionam as bases institucionais a partir das quais a população pode exercer pressão ou pode resistir aos controlos ditatoriais. Na luta, eles são susceptíveis de estar entre os primeiros alvos da ditadura.

Desmantelando (visando) o poder do ditador

À medida que a luta de longo prazo se desenvolve para além das estratégias iniciais, em fases mais ambiciosas e avançadas, os estrategas precisarão calcular de que forma as fontes de poder dos ditadores podem ser ainda mais restringidas. O objectivo seria usar a não cooperação popular para criar uma situação estratégica mais vantajosa para as forças democráticas. À medida que as forças da resistência democrática ganham força, os estrategas criariam não cooperação e desafios mais ambiciosos para romper as fontes do poder da ditadura, com o objectivo de aumentar a paralisia política e, no final, a desintegração da própria ditadura. Será necessário planear cuidadosamente a forma como as forças democráticas podem enfraquecer o apoio que as pessoas e grupos ofereciam anteriormente à ditadura. Será que o seu apoio pode ser enfraquecido pelas revelações das brutalidades

cometidas pelo regime, pela exposição das consequências desastrosas das políticas económicas dos ditadores, ou por um novo entendimento de que a ditadura pode ser terminada? Os defensores do ditador deveriam, pelo menos, ser induzidos a tornarem-se “neutros” nas suas actividades ou, preferencialmente, tornarem-se apoiantes activos do movimento pela democracia.

Durante o planeamento e implementação do desafio político e não cooperação, é muito importante prestar atenção a todos os principais adeptos e auxiliares dos ditadores, incluindo a sua camarilha interna, partido político, polícia e burocratas, mas especialmente o seu exército. O grau de lealdade das forças militares, tanto soldados quanto oficiais, à ditadura precisa ser cuidadosamente avaliado, e uma decisão deve ser tomada quanto a se os militares estão abertos à influência das forças democráticas. Será que muitos dos soldados comuns são recrutas infelizes e assustados? Será que muitos dos soldados e oficiais são alienados do regime por motivos pessoais, familiares ou políticos? Quais são os outros factores que podem tornar soldados e oficiais vulneráveis à subversão democrática? Logo no início da luta de libertação, uma estratégia especial deve ser desenvolvida para se comunicar com as tropas e funcionários dos ditadores. Por meio de palavras, símbolos e acções, as forças democráticas podem informar as tropas que a luta de libertação será forte, determinada e persistente. As tropas devem aprender que a luta terá um carácter especial, que visa minar a ditadura, mas não para ameaçar as suas vidas. Tais esforços devem visar, em

última análise, minar o moral das tropas dos ditadores e, finalmente, subverter a sua lealdade e obediência em favor do movimento democrático. Estratégias semelhantes poderiam ser destinadas à polícia e funcionários públicos.

A tentativa de angariar simpatia e, eventualmente, provocar a desobediência entre as forças dos ditadores não deve ser interpretada, como um incentivo às forças militares para darem um final rápido à ditadura actual através da acção militar. Tal cenário provavelmente não instalará uma democracia funcional, porque, como já discutimos, um golpe de Estado faz pouco para reduzir o desequilíbrio das relações de poder entre a população e os governantes. Portanto, será necessário planear como oficiais militares simpáticos aos democratas podem ser levados a compreender que nem um golpe militar, nem uma guerra civil contra a ditadura é necessária ou desejável. Oficiais simpáticos aos democratas podem desempenhar um papel vital na luta democrática, por exemplo, através da propagação de descontentamento e não cooperação das forças militares, encorajando ineficiências deliberada e ignorando silenciosamente as ordens e apoiando a recusa de realizar a repressão. Os militares também podem oferecer várias modalidades de assistência não violenta positiva ao movimento pró-democracia, incluindo passagem segura, informações, alimentos, suprimentos médicos, e assim por diante. O exército é uma das mais importantes fontes de poder dos ditadores, porque ele pode usar as suas unidades militares disciplinadas e armas para atacar directamente e punir a população desobediente. Os estrategas do desafio

político, devem lembrar que será extremamente difícil, ou impossível, desintegrar a ditadura se a polícia, os burocratas e as forças militares continuarem a ser plenamente favoráveis à ditadura e obedientes na execução de seus comandos. Estratégias destinadas a subverter a lealdade das forças dos ditadores devem receber alta prioridade pelos estrategas democráticos.

As forças democráticas devem lembrar que a insatisfação e desobediência entre as forças militares e policiais podem ser altamente perigoso para os membros desses grupos. Soldados e polícias devem esperar duras penalidades para qualquer acto de desobediência e pela execução de actos de rebelião. As forças democráticas não devem pedir que os soldados e oficiais se amotinem imediatamente. Em vez disso, onde a comunicação é possível, deve ficar claro que há uma infinidade de formas, relativamente seguras, de “desobediência disfarçada” que podem adoptar inicialmente. Por exemplo, polícias e soldados podem realizar as instruções para a repressão de forma ineficiente, falhar em localizar pessoas procuradas, alertar os resistentes sobre repressão iminente, detenções ou deportações e falhar em comunicar informações importantes aos seus oficiais superiores. Oficiais descontentes, por sua vez, podem deixar de enviar ordens para a repressão abaixo na cadeia de comando. Os funcionários públicos podem perder arquivos e instruções, trabalhar ineficientemente, e ficar “doentes” para que precisem ficar em casa até “recuperarem”.

Mudanças na estratégia

Os estrategas do desafio político precisarão avaliar constantemente de que forma a grande estratégia e as estratégias de campanhas específicas estão a ser implementadas. É possível que a luta não possa ir tão bem como esperado. Nesse caso, será necessário calcular que mudanças na estratégia podem ser necessárias. O que pode ser feito para aumentar a força do movimento e recuperar a iniciativa? Em tal situação, será necessário identificar o problema, fazer uma reavaliação estratégica, possivelmente transferir responsabilidades da luta para um grupo da população diferente, mobilizar fontes adicionais de poder e desenvolver cursos de acção alternativos. Quando isso é feito, o novo plano deve ser implementado imediatamente.

Por outro lado, se a luta acontecer melhor do que o esperado e a ditadura está a entrar em colapso mais cedo do que o calculado anteriormente, como podem as forças democráticas capitalizar os ganhos inesperados e avançar em direção da paralisação da ditadura? Exploraremos esta questão no próximo capítulo.

CAPÍTULO 9

Desintegrando A Ditadura. Aleluia, Aleluia!

Explorador dos oprimidos, fora!/Dos corrompidos, fora!/O patife que desvia, fora!/(...)/A princesa que tem tudo, fora!

— **Paulo Flores.**

A derradeira medida de um homem não é onde ele se coloca em momentos de conforto e conveniência, mas onde ele se posiciona em momentos de desafio e controvérsia.

— **Martin Luther King.**

O efeito cumulativo de campanhas de desafio político bem conduzidas e bem sucedidas é de reforçar a resistência, estabelecer e expandir as áreas da sociedade onde a ditadura enfrenta limites ao seu controle efetivo. Essas campanhas também proporcionam uma experiência importante em como recusar a cooperação e como oferecer um desafio político. Essa experiência será de grande ajuda quando chegar a hora de não-cooperação e desafio em escala maciça.

Conforme foi discutido nas páginas anteriores, a cooperação, obediência e submissão são essenciais para que o

ditador seja poderoso. Sem acesso às fontes de poder político, o poder dos ditadores enfraquece e, finalmente, dissolve-se. A retirada de apoio é, portanto, a principal acção necessária para desintegrar uma ditadura. Ela pode ser útil para analisar como as fontes de poder podem ser afectadas pelo desafio político. Actos de repúdio simbólico e desafio estão entre os meios disponíveis para minar a autoridade moral e política do regime — a sua legitimidade. A maior autoridade do regime, maior e mais confiável, é a obediência e cooperação que ele recebe. A desaprovação moral precisa ser expressa em acção, a fim de ameaçar seriamente a existência da ditadura. A retirada da cooperação e a obediência são necessárias para romper a disponibilidade de outras fontes de poder do regime.

Uma segunda e importante fonte de poder são os recursos humanos, o número e a importância das pessoas e grupos que obedecem, cooperam ou ajudam os governantes. Se a não-cooperação é praticada por grandes porções da população, o regime estará em sérios apuros. Por exemplo, se os funcionários públicos não funcionam mais com a sua eficácia normal, ou até mesmo ficam em casa, o aparelho administrativo será gravemente afectado. Da mesma forma, se as pessoas e grupos não colaboradores incluírem aqueles que anteriormente forneciam habilidades e conhecimento especializado, então os ditadores verão a sua capacidade de implementar as suas vontades gravemente enfraquecidas. Até a sua capacidade de tomar decisões bem informadas e desenvolver políticas eficazes pode ser seriamente reduzida. Se as influências psicológicas e ideológicas — os chamados

factores intangíveis — que normalmente induzem as pessoas a obedecer e ajudar os governantes são enfraquecidas ou revertidas, a população estará mais inclinada a atacar e a não cooperar. O acesso do ditador aos recursos materiais também afecta directamente o seu poder. Com o controlo de recursos financeiros, o sistema económico, a propriedade, os recursos naturais, os transportes e os meios de comunicação nas mãos de adversários reais ou potenciais do regime, outra importante fonte de seu poder fica vulnerável ou removida. Greves, boicotes e a crescente autonomia da economia, comunicações e transportes enfraquecerão o regime.

Conforme discutido anteriormente, a capacidade dos ditadores de ameaçar ou aplicar sanções — punições contra secções desobedientes, rebeldes, e não-cooperativas da população — é uma fonte central de poder de ditadores. Esta fonte de poder pode ser enfraquecida de duas maneiras. Em primeiro lugar, se a população está disposta, como numa guerra, a arriscar sérias consequências como preço do desafio, a eficácia das sanções disponíveis será drasticamente reduzida, ou seja, a repressão dos ditadores não assegura a submissão desejada. Segundo, se a própria polícia e as forças militares se tornarem insatisfeitas, elas podem, individualmente ou em massa, fugir ou desafiar directamente as ordens para prender, bater ou disparar contra os resistentes. Se os ditadores já não podem confiar na polícia e nas forças militares para realizar a repressão, a ditadura está seriamente ameaçada. Em resumo, o sucesso contra uma ditadura entrincheirada exige que a não-cooperação e o desafio

reduzam e eliminem as fontes de poder do regime. Sem reposição constante das fontes de poder necessárias, a ditadura enfraquecerá e finalmente se desintegrará. Planeamento estratégico competente do desafio político contra as ditaduras, precisa visar as mais importantes fontes de poder dos ditadores.

Escalada para liberdade. Pisando sobre a boca do ditador

Combinado com o desafio político durante a fase de resistência selectiva, o crescimento das instituições sociais, económicas, culturais, políticas autónomas progressivamente alargam o “espaço democrático” da sociedade e reduzem o controlo da ditadura. À medida que as instituições da sociedade civil se tornam mais fortes em relação à ditadura, então, não importa o que os ditadores possam desejar, a população vai gradativamente construindo uma sociedade independente, fora do seu controlo. Se, e quando, a ditadura intervir para interromper essa “escalada de liberdade”, a luta não violenta pode ser aplicada em defesa deste espaço recém-conquistado e a ditadura será confrontada com mais uma “frente” na luta. Com o tempo, essa combinação de resistência e de criação de instituições pode conduzir à liberdade de facto, provocando o colapso da ditadura e a instalação formal de um sistema democrático inegável, pois as relações de poder dentro da sociedade terão sido alteradas.

A Polónia, nas décadas de 70 e 80, fornece um exemplo claro da progressiva recuperação das funções de uma

sociedade e instituições através da resistência. A Igreja Católica livre tinha sido perseguida, mas nunca ficou sob controlo completo dos comunistas. Em 1976, certos intelectuais e trabalhadores formaram pequenos grupos, tais como o KOR (Comitê de Defesa dos Trabalhadores) para promover as suas ideias políticas. A organização do sindicato Solidariedade, com o seu poder para comandar greves eficazes, forçou a sua própria legalização, em 1980. Camponeses, estudantes, e muitos outros grupos também formaram as suas próprias organizações independentes. Quando os comunistas perceberam que esses grupos tinham mudado as realidades de poder, o Solidariedade foi novamente banido e os comunistas recorreram ao regime militar. Mesmo sob a lei marcial, com muitas prisões e perseguições implacáveis, as novas instituições independentes da sociedade continuaram a funcionar. Por exemplo, dezenas de jornais e revistas ilegais continuaram a ser publicadas. As editoras ilegais publicaram anualmente centenas de livros, enquanto escritores conhecidos boicotavam publicações comunistas e editoras do governo. Actividades semelhantes continuaram noutras partes da sociedade. Sob o regime militar de Jaruselski, o governo militar-comunista estava num ponto descrito como se debatendo no topo da sociedade. Os funcionários ainda ocupavam escritórios e edifícios do governo. O regime ainda podia atacar a sociedade, com punições, prisões, detenções, apreensão de impressoras rotativas e similares. A ditadura, no entanto, não conseguia controlar a sociedade. A partir daí, foi

só uma questão de tempo até que a sociedade fosse capaz de derrubar completamente o regime.

Mesmo quando a ditadura controla todo governo, às vezes é possível organizar um “governo paralelo” e democrático. Isto cada vez mais funcionaria como um governo rival para o qual a lealdade, o respeito e a cooperação são dadas pela população e pelas instituições da sociedade. A ditadura, então, consequentemente, seria privada destas características de governo. Eventualmente, o governo democrático paralelo pode substituir completamente o regime ditatorial, como parte da transição para um regime democrático. No devido tempo, então, uma Constituição seria aprovada e as eleições realizadas como parte da transição.

Desintegrando a ditadura. Explodindo a selva de lugar nenhum

Embora a transformação institucional da sociedade esteja a ocorrer, o movimento de desobediência e não cooperação pode escalar. Os estrategas das forças democráticas devem contemplar, bem cedo, que chegará um momento em que as forças democráticas podem ir além da resistência selectiva e lançar desafios em massa. Na maioria dos casos, será necessário tempo para criar, construir ou expandir as capacidades de resistência, e o desenvolvimento de desafios em massa só podem ocorrer após vários anos. Durante este período de transição as campanhas de resistência selectiva devem ser lançadas com objectivos políticos cada vez mais importantes. Os sectores maiores da população, em todos os

níveis da sociedade, devem envolver-se. Com um desafio político determinado e disciplinado durante esta escalada de actividades, as fraquezas internas da ditadura tendem a tornar-se cada vez mais evidentes. A combinação de desafio político forte e criação de instituições independentes provavelmente produzirá, com o tempo, uma atenção da comunidade internacional favorável às forças democráticas. Ela também pode produzir condenações internacionais diplomáticas, boicotes e embargos em apoio às forças democráticas, como aconteceu no caso da Polónia.

Os estrategas devem estar cientes de que, em algumas situações, o colapso da ditadura pode ocorrer muito rapidamente, como aconteceu na Alemanha Oriental, em 1989. Isso pode acontecer quando as fontes de poder são maciçamente cortadas como resultado da repulsa de toda a população contra a ditadura. Esse padrão não é usual, entretanto, é melhor planear para uma luta de longo prazo, mas estar preparado para uma luta curta. Durante o curso da luta de libertação, as vitórias, mesmo em questões limitadas devem ser comemoradas. Aqueles que ganharam a vitória devem ser reconhecidos. Celebrações com vigilância devem, também, ajudar a manter elevado o moral necessário para as futuras fases da luta.

Lidando com o sucesso de maneira responsável

Artífices da grande estratégia devem calcular antecipadamente as maneiras possíveis e preferenciais em que uma luta bem-sucedida pode ser mais bem realizada, a fim de evitar o

surgimento de uma nova ditadura e garantir o estabelecimento progressivo de um sistema democrático durável. Os democratas devem calcular como a transição da ditadura para o governo interino será tratada no final da luta. É desejável, naquele momento, estabelecer rapidamente um novo governo funcional, mas não deve ser apenas o velho governo com novas pessoas. É necessário calcular que secções da antiga estrutura governamental – como a polícia política – devem ser completamente abolidas devido ao seu carácter inerentemente antidemocrático, e que secções manter para serem submetidas a esforços de democratização posteriores. Um completo vazio governamental poderia abrir caminho para o caos ou para uma nova ditadura.

Deve ser dedicado, com antecedência, tempo para reflexão, para determinar qual deve ser a política para altos funcionários da ditadura quando o seu poder se desintegrar. Por exemplo, devem os ditadores serem levados a julgamento em tribunal? Ser-lhes-á permitido deixar o país de forma permanente? Quais são as outras opções compatíveis com o desafio político, a necessidade de reconstruir o país, e a construção de uma democracia, após a vitória? Um banho de sangue deve ser evitado, pois poderia ter consequências drásticas sobre a possibilidade de um futuro sistema democrático.

Planos específicos para a transição à democracia devem estar prontos para aplicação quando a ditadura estiver enfraquecida ou desmoronando. Tais planos ajudarão a evitar que outro grupo tome o poder estatal, através de um golpe de

Estado. Planos para a instituição do governo democrático constitucional, com plena liberdade política e pessoal também serão necessários. As mudanças ganhas a um preço enorme não devem ser perdidas por falta de planeamento. Quando confrontado com uma população cada vez mais capacitada e o crescimento de grupos e instituições democráticas independentes — que a ditadura é incapaz de controlar — os ditadores descobrirão que a sua aventura inteira está a desfazer-se. Paradas maciças da sociedade, greves gerais, paralisações em massa, marchas desafiadoras, ou outras actividades minarão cada vez mais a organização dos próprios ditadores e instituições relacionadas. Como consequência de tal desafio e não cooperação, executada com sabedoria e com participação em massa ao longo do tempo, os ditadores tornar-se-iam impotentes e os defensores da democracia triunfariam sem violência. A ditadura desintegrar-se-ia diante da população desafiadora.

Nada desse esforço será bem-sucedido, não será fácil, e é raro. Deve ser lembrado que, como tantas guerras militares são perdidas quantas são vencidas. Contudo, o desafio político oferece uma possibilidade real de vitória. Conforme afirmado anteriormente, essa possibilidade cresce essencialmente através do desenvolvimento de uma grande estratégia sensata, planeamento estratégico cuidadoso, trabalho árduo, luta disciplinada e corajosa.

CAPÍTULO 10

Alicerces Para Uma Democracia Real E Durável

O que chamamos democracia começa a assemelhar-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver. Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde.

— *José Saramago*

A democracia aprende-se pelo exercício e constrói-se por meios democráticos. O exercício da democracia significa, aqui e agora: audiência ao povo, iniciativa popular, participação institucionalizada de todos na criação das condições estruturais da sua implantação.

— *F. Sá Carneiro.*

A desintegração da ditadura é, naturalmente, motivo de grande comemoração. As pessoas que sofreram por muito tempo e se esforçaram, por um preço enorme, merecem um tempo de alegria, relaxamento e reconhecimento. Devem sentir-se orgulhosos de si mesmos e de todos os que lutaram com eles para ganharem a liberdade política. Nem todos viverão para ver esse dia. Os vivos e os mortos serão lembrados

como heróis que ajudaram a moldar a história da liberdade no seu país. Infelizmente, este não é um momento para reduzir a vigilância. Mesmo no caso de uma desintegração bem-sucedida da ditadura através do desafio político, precauções cuidadosas devem ser tomadas para evitar o surgimento de um novo regime opressor a partir da confusão após o colapso do antigo regime. Os líderes das forças pró-democracia, devem preparar-se com antecedência para uma transição ordenada para a democracia. As estruturas ditatoriais precisarão ser desmontadas. As bases constitucionais e legais e os padrões de comportamento de uma democracia duradoura precisarão ser construídos.

Ninguém deve acreditar que, com a queda da ditadura, uma sociedade ideal aparecerá imediatamente. A desintegração da ditadura simplesmente fornece o ponto de partida, em condições de maior liberdade, para emergirem esforços a longo prazo para melhorar a sociedade e satisfazer as necessidades humanas de forma mais adequada. Graves problemas políticos, económicos e sociais continuarão durante anos, exigindo a cooperação de muitas pessoas e grupos na busca de soluções. O novo sistema político deve proporcionar oportunidades às pessoas com diferentes perspectivas e medidas favoráveis para continuar o trabalho construtivo e desenvolvimento de políticas para lidar com problemas no futuro.

Ameaças de uma nova ditadura

Aristóteles advertiu há muito tempo que “[...] a tirania pode também transformar-se em tirania [...]”.¹⁹ Há ampla evidência histórica, como os casos da França (os Jacobinos e Napoleão), da Rússia (os bolcheviques), do Irã (o aiatolá), da Birmânia (SLORC), e outros lugares onde o colapso de um regime opressivo foi visto por algumas pessoas e grupos como uma mera oportunidade para entrar em cena como novos senhores. Os seus motivos podem variar, mas os resultados são aproximadamente os mesmos. A nova ditadura pode ser até mais cruel e total no seu controlo do que a antiga. Mesmo antes do colapso da ditadura, os membros do antigo regime podem tentar abreviar a luta de desafio pela democracia, encenando um golpe de Estado destinado a antecipar a vitória da resistência popular. Podem alegar derrubar a ditadura, mas na verdade procuram apenas impor um novo modelo renovado do antigo regime.

Bloqueando golpes

Existem várias maneiras de derrotar golpes contra as sociedades recém-libertadas. O conhecimento antecipado daquela capacidade de defesa, às vezes pode ser suficiente para impedir a tentativa. A preparação pode servir de prevenção. Imediatamente após um golpe ter começado, os golpistas exigem legitimidade, ou seja, a aceitação do seu direito moral e político de governar. O primeiro princípio básico de defesa

¹⁹ Aristóteles, *A Política*, Livro V, Capítulo 12, p. 233.

anti golpe é, portanto, negar a legitimidade aos golpistas. Os golpistas também exigem que os líderes civis e a população sejam apoiantes, confusos, ou apenas passivos. Os golpistas exigem a colaboração de especialistas e assessores, burocratas e funcionários públicos, administradores e juízes, a fim de consolidar seu controle sobre a sociedade afectada. Os golpistas também exigem que a multidão de pessoas que operam o sistema político, as instituições da sociedade, a economia, a polícia e as forças militares passivamente se apresentem e executem as suas funções habituais, alteradas pelas ordens e políticas dos golpistas.

O segundo princípio básico de defesa anti golpe é resistir aos golpistas através da não cooperação e desafio. A cooperação e a assistência necessária devem ser negadas. Basicamente, os mesmos meios de luta que foram usados contra a ditadura podem ser usados contra a nova ameaça, mas aplicados imediatamente. Se, tanto a legitimidade quanto a cooperação, forem negadas, o golpe pode morrer de inanição política e a chance de construir uma sociedade democrática restaurada.

Elaboração da Constituição

O novo sistema democrático exigirá uma Constituição que estabeleça o quadro desejado para o governo democrático. A Constituição deve estabelecer os propósitos do governo, limites dos poderes governamentais, os meios e o calendário de eleições em que os funcionários governamentais e parlamentares serão escolhidos, os direitos inerentes ao povo,

e a relação do governo nacional com outros níveis inferiores de governo. Dentro do governo central, se é para continuar democrático, deve ser estabelecida uma divisão clara da autoridade entre os poderes legislativo, executivo e judiciário. Fortes restrições devem ser incluídas às actividades da polícia, serviços de inteligência e forças militares de forma a proibir qualquer tipo de interferência política legal. No interesse de preservar o sistema democrático e impedir tendências e medidas ditatoriais, a Constituição deve ser, preferencialmente, uma que estabeleça um sistema federal com significativas prerrogativas reservadas para os níveis estadual, regional e local de governo. Em algumas situações, o sistema suíço de cantões, em que áreas relativamente pequenas retêm prerrogativas mais importantes ao mesmo tempo que continua a fazer parte do país como um todo, pode ser considerado.

Se uma Constituição com muitas dessas características existia antes na história do país recém-libertado, pode ser sábio simplesmente restaurar a sua operação, alterando-a conforme necessário e desejável. Se uma Constituição adequada mais antiga não existir, pode ser necessário operar com uma Constituição provisória. Caso contrário, uma nova Constituição precisará ser preparada. Preparar uma nova Constituição exigirá tempo e reflexão consideráveis. A participação popular neste processo é desejável e necessária para a ratificação de um novo texto ou alterações. Deve-se ser muito cauteloso sobre a inclusão na Constituição de promessas que, mais tarde, podem se provar impossíveis de implementar

ou disposições que exigiriam um governo altamente centralizado, porque ambos podem facilitar uma nova ditadura.

No contexto angolano, efectivamente é necessária uma nova Constituição. Os democratas, em colaboração com os cidadãos, deverão introduzir o direito à resistência para garantir a continuidade e aprofundamento da democracia. Este direito é igualmente um instrumento preventivo contra a arbitrariedade e o autoritarismo que podem minar a democracia. Dever-se-á igualmente introduzir cláusulas irrevogáveis na Constituição. Por exemplo, eleições directas dos deputados e do presidente, tempo dos mandatos presidenciais, etc. Para a implantação de uma democracia durável, directa e cidadã, a Constituição deverá garantir o dever do Estado em incentivar e estimular o nascimento permanente e contínuo de novos movimentos e líderes individuais que exigem direitos e anseiam participação política na gestão da coisa pública. Esta é a única garantia que haverá de proteger o cidadão crítico e vigilante em relação aos detentores de cargos de responsabilidade públicas. O texto da Constituição deve ser facilmente entendido pela maior parte da população. Uma Constituição não pode ser tão complexa ou ambígua que apenas os advogados e a elite intelectual podem compreendê-la.

Uma política de defesa democrática

O país libertado também pode enfrentar ameaças externas para as quais será necessária uma capacidade de defesa. O país pode ser ameaçado por tentativas estrangeiras de estabelecer a

dominação económica, política ou militar. No interesse da manutenção da democracia interna, deve ter-se em consideração a aplicação dos princípios básicos de desafio político para as necessidades da defesa nacional.²⁰ Colocando a capacidade de resistência directamente nas mãos dos cidadãos, países recém-libertados puderam evitar a necessidade de estabelecer uma forte capacidade militar que pudesse ameaçar a própria democracia ou exigir vastos recursos económicos tão necessários para outros fins. Deve ser lembrado que alguns grupos ignorarão qualquer disposição constitucional no seu objectivo de se estabelecerem como novos ditadores. Portanto, um papel permanente existirá para a população: aplicar desafio político e não cooperação contra pretensos ditadores, para preservar as estruturas, direitos e procedimentos democráticos.

Uma responsabilidade meritória

O efeito da luta não violenta não é apenas enfraquecer e remover os ditadores, mas também, dar poder aos oprimidos. Esta técnica permite que as pessoas que antes se sentiam apenas peões ou vítimas, exerçam o poder directamente, a fim de obter pelos seus próprios esforços, maior liberdade e justiça. Esta experiência de luta tem importantes consequências psicológicas, contribuindo para o aumento da autoestima e autoconfiança entre aqueles anteriormente impotentes. Uma das consequências benéficas, a longo prazo, na utilização da

²⁰ Ver Gene Sharp, *Civilian-Based Defense: A Post-Military Weapons System* (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990).

luta não violenta para estabelecer um governo democrático, é que a sociedade será “mais capaz” de lidar com problemas contínuos e futuros. Estes podem incluir o futuro abuso governamental e corrupção, maus-tratos de qualquer grupo, injustiças económicas e limitações das qualidades democráticas do sistema político. A população com experiência na utilização de desafio político, será provavelmente menos vulnerável às futuras tentativas de ditaduras. Após a libertação, a familiaridade com a luta não violenta fornecerá os meios para defender a democracia, as liberdades civis, direitos das minorias, e as prerrogativas do Estado, regionais, governos locais e instituições não-governamentais. Tais meios também fornecem maneiras pelas quais as pessoas e grupos podem expressar discordância de forma pacífica em questões vistas como tão importante que grupos de oposição algumas vezes, recorreram ao terrorismo ou à guerra de guerrilha. Os pensamentos neste exame do desafio político ou da luta não violenta destinam-se a ser úteis a todas as pessoas e grupos que buscam livrar-se da opressão ditatorial do seu povo e estabelecer um sistema democrático durável, que respeite as liberdades humanas e a acção popular para melhorar a sociedade.

Existem três conclusões importantes às ideias esboçadas aqui:

1. A libertação em relação a ditaduras é possível.
2. Para alcançá-la, é preciso uma reflexão muito cuidadosa e planeamento estratégico.

3. Serão necessários vigilância, trabalho árduo e luta disciplinada.

A frase muito citada, “a liberdade não é livre”, é verdadeira. Nenhuma força externa virá para dar aos povos oprimidos a liberdade que eles tanto desejam. As pessoas terão de aprender a conquistar, elas mesmas, aquela liberdade. Fácil, não pode ser. Se as pessoas puderem entender o que é necessário para a sua própria libertação, elas podem traçar rotas de ação que, através de muitas dores, podem, com o tempo, trazer-lhes a sua liberdade. Então, com diligência podem construir uma nova ordem democrática e preparar a sua defesa. A liberdade conquistada pela luta deste tipo pode ser duradoura. Pode ser mantida por um povo tenaz, comprometido com a sua preservação e enriquecimento.

CAPÍTULO 11

Os Métodos E Técnicas De Ação Não Violenta: Raiva, Revolta E Revolução (Rrr) Na Prática

Las tiranías no caen de su pedestal con boletas electorales. La fuerza bruta las sostiene, y sólo la fuerza bruta las podrá derrocar.²¹

— **Librado Rivera.**

Cuando la tiranía se derrumba procuremos no darle tiempo para que se levante.²²

— **Maximilien Robespierre.**

Os métodos de protestos e persuasão não violentos²³

Declarações formais

1. Discursos públicos.
2. Cartas de oposição ou apoio.

²¹ “As tiranias não caem do seu pedestal com boletins de votos em eleições. A força brutal sustenta a tirania, por isso, só a força brutal as poderá destituir e derrubar” [tradução própria]

²² “Quando derrubarmos a tirania é preciso não lhe dar tempo para levantar-se” [tradução própria]

²³ Esta lista foi retirada de Gene Sharp, The Politics of Nonviolent Action, Part II, The Methods of Nonviolent Action

3. Declarações de organizações e instituições.
4. Declarações públicas assinadas.
5. Declarações de acusação e de intenção.
6. Comunicações de petições em grupo ou em massa.

Comunicação com uma audiência mais ampla

7. *Slogans*, caricaturas e símbolos.
8. *Banners*, cartazes e comunicações exibidas.
9. Folhetos, panfletos e livros.
10. Jornais e revistas.
11. Discos, rádio e televisão.
12. Escritas com fumaça no céu ou na terra.

Representações em grupo

13. Delegações.
14. Prémios satíricos.
15. Grupos de *lobby*.
16. Piquetes.
17. Simulacros de eleições.

Actos públicos simbólicos

18. Exibição de bandeiras e cores simbólicas.
19. Uso de símbolos.
20. Oração e culto.
21. Entrega de objectos simbólicos.
22. Nudez em protesto.
23. Destruição de propriedade própria.

24. Luzes simbólicas.
25. Mostra de retratos.
26. Pintura como forma de protesto.
27. Novos sinais e nomes.
28. Sons simbólicos.
29. Reclamações simbólicas.
30. Gestos rudes.

Pressões sobre os indivíduos

31. “Atormentar” funcionários.
32. “Insultar” funcionários.
33. Confraternização.
34. Vigílias.

Teatro e música

35. *Sketches* cómicos e brincadeiras.
36. Desempenho de jogos e música.
37. Canto.

Procissões

38. Marchas.
39. Desfiles.
40. Procissões religiosas.
41. Peregrinações.
42. Cortejos.

Homenagem aos mortos

43. Luto político.
44. Simulacros de funerais.
45. Funerais demonstrativos.
46. Peregrinação a locais de sepultamento.

Assembleias públicas

47. Assembleias de protesto ou de apoio.
48. Reuniões de protesto.
49. Reuniões camufladas de protesto.
50. Invasões de aulas.

Retirada e renúncia

51. Abandono de recinto.
52. Silêncio.
53. Renúncias a homenagens.
54. Virar as costas.

MÉTODOS DE NÃO COOPERAÇÃO SOCIAL

Ostracismo de pessoas

55. Boicote social.
56. Boicote social selectivo.
57. Greve de sexo.
58. Excomunhão.
59. Interdições.

Não cooperação com os eventos sociais, costumes e instituições

- 60. Suspensão de actividades sociais e desportivas.
- 61. Boicote a assuntos sociais.
- 62. Greve estudantil.
- 63. Desobediência social.
- 64. Retirada de instituições sociais.

Retirada do sistema social

- 65. Permanência em casa.
- 66. Não-cooperação pessoal total.
- 67. Fuga de trabalhadores.
- 68. Santuário.
- 69. Desaparecimento colectivo.
- 70. Emigração em protesto (hégira).

**MÉTODOS DE NÃO COOPERAÇÃO
ECONÓMICA:
BOICOTES ECONÓMICOS**

Ação por parte de consumidores

- 71. Boicote de consumidores.
- 72. Não-consumo de mercadorias boicotadas.
- 73. Política de austeridade.
- 74. Retenção de aluguel.
- 75. Recusa de alugar.

76. Boicote nacional de consumidores.

77. Boicote internacional de consumidores.

Acção por parte dos trabalhadores e produtores

78. Boicote de trabalhadores.

79. Boicote de produtores.

Acções por intermediários

80. Boicote de fornecedores e manipuladores.

Acção de proprietários e gerentes

81. Boicote de negociadores.

82. Recusa a alugar ou vender imóveis.

83. Locaute.

84. Recusa de assistência industrial.

85. “Greve geral” de comerciantes.

Acção por parte dos titulares de recursos financeiros

86. Retirada de depósitos bancários.

87. Recusa de pagamento de taxas, encargos e multas.

88. Recusa de pagamento de dívidas ou de juros.

89. Corte de fundos e de crédito.

90. Recusa da receita.

91. Recusa de dinheiro de um governo.

Acção de governos

92. Embargo doméstico.

93. "Lista negra" de comerciantes.
94. Embargo de vendedores internacionais.
95. Embargo de compradores internacionais.
96. Embargo de comércio internacional.

GREVE

Greves simbólicas

97. Greve de protesto.
98. Paralisação rápida (greve relâmpago).

Greves agrícolas

99. Greve de camponeses.
100. Greve de trabalhadores agrícolas.

Greves de grupos especiais

101. Recusa de trabalho impresso.
102. Greve de prisioneiros.
103. Greve de artesãos.
104. Greve profissional.

Greves industriais comuns

105. Greve de estabelecimento.
106. Greve de indústria.
107. Greve de simpatia.

Greves restritas

- 108. Greve detalhada.
- 109. Greve de recusa.
- 110. Operação tartaruga.
- 111. Operação padrão.
- 112. Informe de “doença”.
- 113. Greve por demissão.
- 114. Greve limitada.
- 115. Greve selectiva.

Greves multi-industriais

- 116. Greve generalizada.
- 117. Greve geral.

Combinações de greves e fechamentos económicos

- 118. Hartal (fechamento geral).
- 119. Desligamento económico.

MÉTODOS DE NÃO COOPERAÇÃO POLÍTICA

Rejeição da autoridade

- 120. Retirada ou contingenciamento de fidelidade.
- 121. Recusa de apoio público.
- 122. Literatura e discursos defendendo a resistência.

Não-cooperação dos cidadãos com o governo

- 123.Boicote de corpos legislativos.
- 124.Boicote às eleições.
- 125.Boicote de emprego e cargos no governo.
- 126.Boicote aos departamentos governamentais, agências e outros órgãos.
- 127.Retirada de instituições de ensino governamentais.
- 128.Boicote de organizações apoiadas pelo governo.
- 129.Recusa de assistência aos agentes da lei.
- 130.Remoção de sinais próprios e marcadores
- 131.Recusa em aceitar funcionários nomeados.
- 132.Recusa a dissolver as instituições existentes.

Alternativas dos cidadãos à obediência

- 133.Respeito relutante e lento.
- 134.Não-obediência na ausência de supervisão directa.
- 135.Não-obediência popular.
- 136.Desobediência disfarçada.
- 137.Recusa de uma assembleia ou reunião.
- 138.Ocupação sentada.
- 139.Não-cooperação com o serviço militar obrigatório e deportação.
- 140.Ocultação, fuga e identidades falsas.
- 141.Desobediência civil a leis “ilegítimas”.

Acção de funcionários do governo

- 142. Recusa selectiva de assistência por assessores do governo.
- 143. Bloqueio de linhas de comando e informações.
- 144. Retardamento e obstrução.
- 145. Não-cooperação administrativa geral.
- 146. Não-cooperação judiciária.
- 147. Ineficiência deliberada e não-cooperação seletiva de agentes da lei.
- 148. Motim.

Acção governamental doméstica

- 149. Evasões semilegais e atrasos
- 150. Não-cooperação por unidades governamentais.

Acção governamental internacional

- 151. Mudanças na representação diplomática e outras representações.
- 152. Atraso e cancelamento de eventos diplomáticos.
- 153. Retenção do reconhecimento diplomático.
- 154. Rompimento das relações diplomáticas.
- 155. Retirada de organizações internacionais.
- 156. Recusa de participação em organismos internacionais.
- 157. Saída de organizações internacionais.

MÉTODOS DE INTERVENÇÃO NÃO VIOLENTA

Intervenção psicológica

- 158. Autoexposição aos elementos.
- 159. Jejum: a) Jejum de pressão moral; (b) Greve de fome
(c) Jejum Satyagrahica.
- 160. Julgamento reverso.
- 161. Assédio não violento.

Intervenção física

- 162. Ocupação sentada.
- 163. Ocupação de pé.
- 164. Ocupação de meios de transporte.
- 165. Ocupação de rios.
- 166. Ocupação de usinas.
- 167. Ocupação rezando.
- 168. Ataques não violentos.
- 169. Bombardeamentos aéreos não violentos.
- 170. Invasão não violenta.
- 171. Interjeição não violenta.
- 172. Obstrução não violenta.
- 173. Ocupação não violenta.

Intervenção social

- 174. Estabelecimento de novos padrões sociais.
- 175. Sobrecarga de instalações.
- 176. Interferência retardatória.

- 177. Intervenção com discursos.
- 178. Teatro de guerrilha.
- 179. Instituições sociais alternativas.
- 180. Sistema alternativo de comunicação.

Intervenção económica

- 181. Greve reversa.
- 182. Greve com permanência.
- 183. Ocupação de terra não violenta.
- 184. Desafio a bloqueios.
- 185. Falsificação politicamente motivada.
- 186. Compra preventiva.
- 187. Apreensão de bens.
- 188. *Dumping*.
- 189. Patrocínio selectivo.
- 190. Mercados alternativos.
- 191. Sistemas de transporte alternativo.
- 192. Instituições económicas alternativas.

Intervenção política

- 193. Sobrecarga dos sistemas administrativos.
- 194. Revelação da identidade de agentes secretos.
- 195. Busca de prisão.
- 196. Desobediência civil a leis.
- 197. Trabalho sem colaboração.
- 198. Dupla soberania e governo paralelo.

A aplicação eficaz e de sucesso, destas técnicas e táticas, pressupõe ter uma clara consciência crítica e domínio da teoria

crítica do direito. O direito, enquanto engenharia social e política, é essencialmente um instrumento dos mais fortes contra os mais fracos. Embora as instituições de ensino passem uma ideia contrária, esta é a realidade. Bastaria olhar para história do Direito para perceber factos e normas que confirmam a norma como instrumento de opressão. Leis defendiam que só o homem poderia solicitar divórcio; estabeleciam que o negro era inferior e, por isso, podia ser propriedade e transacionado no mercado.

Os democratas não podem perder de vista isto. Devem usar para a luta somente as leis que os favorecem. Ou seja, que contribuem para o derrube do ditador. As outras devem ser ignoradas e pisadas, porque são injustas e estão ao serviço da opressão. A lei só é lei quando é justa. Toda lei injusta não é lei, por isso deve ser negada a sua prática porque serve interesses instalados com vista a beneficiar uma facção de delinquentes, que usam a capa do Estado para justificar os seus fins. A lei das manifestações que recomenda aviso prévio, prova de maneira eloquente, a proposição que venho sustentando. O aviso visa dar tempo às forças do ditador para marcar território e reprimir a tempo e hora. O que foi dito em relação à lei, também se aplica às eleições. Numa ditadura não se deve participar de forma directa nem indirecta nas eleições, sob pena de contribuir para a continuidade da legitimidade do opressor e continuidade da selvajaria política apocalíptica.

Economia de resistência à tirania

Os democratas não podem perder de vista que, tal como o Direito faz parte da engenharia da opressão, o sistema económico e financeiro oficial é igualmente uma ferramenta para manter o poder em contextos de ditadura. À partida, todo o militante pró-democracia é posto deliberadamente fora da estrutura de oportunidade proporcionada pela economia e finanças oficial e formal sob tutela do tirano. Diante deste quadro, os militantes pela democracia, deverão criar uma economia de resistências que passe em primeiro plano pelo sector informal, produção independente e nalgumas circunstâncias na esfera formal fora do controlo da tirania.

A economia de resistência é tão importante quanto o plano estratégico ou o conjunto das 198 técnicas e princípios para a luta pacífica, com vista a detonar o ditador e o seu grupo, assim como a cultura instalada. A economia de resistência visa, basicamente, manter uma vida com o mínimo de satisfação material, para evitar que os resistentes se rendam por fome, falta de tratamento médico ou de outro direito básico como uma residência. Os que partilham os ideais de liberdade, têm o dever moral de partilhar estratégias e práticas exitosas de captar ou multiplicar recursos, como sejam negócios, consultoria independente, ensino em instituições fora do controlo tirano, pesquisa independente, bolsas de estudos, acessoria independente, transações subterrâneas, sem esquecer fontes externas de financiamento aos activistas, uma vez que existem, mas nem todos têm acesso ou sabem como acessar.

A economia de resistência funda-se na causa última: o interesse nacional com liberdade. O dever moral de partilha entre os guerreiros pela democracia, decorre de uma visão utilitarista e do *ubuntu*, que consiste na promoção da “felicidade do maior número” de companheiros de luta. Não há felicidade individual quando o outro não atingiu tal felicidade. A felicidade individual funda-se na felicidade colectiva e vice-versa. Uma vez que os democratas dizem lutar pela felicidade do maior número, pela felicidade nacional, só terão força e autoridade moral para infundir esta suposta verdade, caso entre eles sejam capazes de demonstrar tal actitude de afectividade para com o outro. A prática é o critério da verdade. No plano ético só ela, a prática, garante a coerência, por isso, Paulo Freire afirmava que é necessário proximidade entre o que se diz e o que se faz.

A economia de resistência à tirania, passa também pelo terreno da afectividade, no fortalecimento público de uma imagem positiva dos militantes pró-democracia. A gestão das emoções dos militantes pela liberdade, pressupõe solidariedade expressa com vigor nas redes sociais, em cartazes, actos públicos ou cerimónias culturais ou outras. Quando um democrata está detido, doente, vai a julgamento, etc., é necessária a presença física dos companheiros. Tal presença mantém os ânimos fortes para a luta e derrota do inimigo. Se, por algum motivo, não for possível estar presente fisicamente, deve-se usar todos os meios de comunicação possíveis para expressar com clareza a ligação amorosa à vítima da tirania.

A economia de resistência pressupõe que os consumidores dos produtos dos resistentes sejam em primeira instância os membros da resistência democrática. Por isso, uma obra de arte, feita por um dos nossos, deve ser adquirida. Não havendo dinheiro para aquisição, deve-se estar presente no local da cerimônia para a derrota psicológica do inimigo e dar sinais de que protegemos os nossos companheiros. Temos estima por ele. Por outro lado, fortalece a nossa autoridade moral para governar no futuro. Uma vez que valorizamos a capacidade criativa das pessoas hoje, é sinal de que, ao assumirmos o poder (em tese), incentivaremos que mais criações e talentos nasçam em todas áreas, desde a ciência, arte, moda, desporto aos negócios.

CAPÍTULO 12

A Urgência E Necessidade De Um “Projecto Político Filosófico De Nação”

Si los pueblos no se ilustran, si no se divulgan sus derechos, si cada hombre no conoce lo que puede, vale, debe, nuevas ilusiones sucederán a las antiguas y será tal vez nuestra suerte cambiar de tiranos sin destruir la tiranía.²⁴

— *Mariano Moreno*

A honradez e a honestidade, obriga a minha consciência moral a admitir um erro da primavera árabe: os militantes pela democracia sabiam o que não queriam — os ditadores —, mas não sabiam o que queriam do ponto de vista do que é o projecto de nação. Não tinham um projecto político filosófico de nação, por meio do qual se candidatariam para assumir o poder e construir a sociedade com base naquele possível projecto de sociedade. A prova de que não tinham um projecto de nação, é que deixaram que a velha guarda, que

²⁴ Se os povos não se mostram, se não divulgam seus direitos, se cada homem não conhece o que pode, vale e deve, novas utopias sucederão e a sorte será trocar de tiranos sem destruir a tirania [tradução própria].

conviveu com os ditadores, se candidatasse, tornando-se, mais uma vez, assistentes na nova sociedade nascente.

Depois da elaboração do plano estratégico de luta contra o ditador e toda a sua máquina, os militantes pela democracia devem obrigatoriamente elaborar um projecto político filosófico de nação, para que durante o processo de luta não haja os seguintes riscos inevitáveis, caso não tenham tal plano:

1. Serem acusados de aventureiros que não sabem o que fazem;
2. Não têm uma visão ideológica e de futuro para o país pós-ditadura que pretendem derrubar;
3. Irresponsáveis que não têm um plano de transição e governação de curto, médio (plano de transição) e longo prazo (plano de governação) após a queda da cultura do mal.

O projecto político filosófico é um documento detalhado e de grande alcance sobre o que se pretende fazer para a reconstrução institucional, espiritual, ética e material do país pós-ditadura. Este documento deve ser visto como um *draft*, permanentemente aberto à revisão e propostas da sociedade, uma vez que só numa ditadura é que os governantes decidem sem a intervenção cidadã. No projecto político filosófico de nação democrática, os militantes por uma sociedade aberta e livre, deverão dizer aos cidadãos o que pretendem fazer em relação aos seguintes eixos:

Educação. Que tipo de educação? Que tipo de homem esta educação visará construir? Esta educação visará que interesses? Para a concretização da educação definida, como a escola estará estruturalmente? Que papel a sociedade e o Estado desempenharão nesta educação? No plano estrutural e

modelo de escola, é conveniente identificar um modelo e adaptá-lo à cultura e nova sociedade nascente. Por exemplo, dizer aos cidadãos que pelo sucesso e boa prática do modelo de Singapura, Dinamarca, Taiwan, Canada, Finlândia, Austrália, Costa Rica, Norte-americano ou alemão, optamos por este.

Saúde. Será gratuita? Esta pergunta será igualmente respondida em relação à educação. Será o modelo no qual precisaremos seguros de saúde para beneficiar o capitalismo ou dará prioridade à saúde do modelo de Estados de bem-estar como na Inglaterra, Portugal, Canada, Cuba, etc.

Assistência Social. Os revolucionários deverão responder igualmente no seu projecto de nação, que respostas darão aos mais vulneráveis como minorias étnicas (koisans e bosquimanes), albinos, imigrantes, rastafaris, doentes crónicos, mulheres, crianças, crianças de rua e na rua, ex-militares, viúvas de guerra e órfão, idosos e jovens.

Modelo Económico. Deverão dizer aos cidadãos se pretendem implementar um Estado ultraliberal proposto por Adam Smith e defendido pelos republicanos, criará uma democracia com pendor social, mas aberta ao mercado onde a pessoa é o fim último ou um socialismo ao estilo de Cuba ou da URSS antiga. No plano político deverão ainda responder como será a relação entre o cidadão e os detentores de cargos de responsabilidade pública. De subordinado ou de colaboradores?

Política Prisional. Na nova sociedade que os revolucionários pretendem, deverão espelhar como será a

relação entre a cidadania e os sectores de defesa e segurança. As perguntas centrais são: optar-se-á pela repressão ou pela lógica preventiva? Optar-se-á pelo sistema selvático brasileiro, onde o delinquente sai pior ou pelo sistema norueguês, marcado pela ultra-prevenção do crime com políticas sociais, e no caso de alguém cometer um crime, a preocupação maior é a reintegração das pessoas e não o matar no cárcere. Os serviços secretos perseguirão cidadãos pelas suas opiniões ou terão como missão única proteger os cidadãos, os interesses nacionais e cuidar o país de ameaça externa?

Exército. Terá a missão reservada pela Constituição e aquilo que os Estados republicanos modernos consagram ou estará ao serviço do Presidente e do partido? Os revolucionários deverão deixar isto claro no plano de nação, porque é um aspecto chave para a verdadeira democracia.

Política Externa e Diplomacia. A Suíça é tradicionalmente um país pacífico. A sua visão filosófica de política externa é de não tomar partido em todas as pelejas na comunidade internacional. Para o Brasil, todos os conflitos devem ser resolvidos pela via pacífica. Para os norte americanos, diálogo sim, mas quando o oponente lhes complica a vida, a solução é esmagar militarmente. Os militantes pela democracia devem definir uma filosofia e política externa da sociedade que pretendem construir, sem perder de vista acordos justos que o regime anterior celebrou com outros países e empresas multinacionais. No meu entender, deve-se responder aos cidadãos qual será a nossa posição na SADC e em toda África. Como nos posicionaremos no mundo, frente às grandes

pelejas? Os nossos acordos de cooperação para avanço científico e tecnológico focar-se-ão para onde: sul ou norte? Dar-se-á prioridade à diplomacia económica ou política?

Para além das questões acima referidas, os militantes pela democracia, no projecto de nação, deverão introduzir também os seguintes assuntos, caros e chaves para um país:

- Meio ambiente.
- Agricultura.
- Energia.
- Investigação científica.
- População e estatística.
- Habitação.
- Desporto.
- Água.
- Gestão do património biogenético e florestal.
- Turismo.
- Artes, património material e imaterial.
- Política sobre o livro.
- Tecnologias de informação e comunicação.
- Transportes.
- Produção e gestão de medicamentos.
- Família.
- Modelo constitucional.
- Património epistemológico ancestral
- Grupo LGBT.

- Política linguística.
- Multiculturalismo e combate ao racismo.
- Comunicação social tradicional.
- Infra-estrutura social e económica.
- Igreja.
- Memória e história.
- Movimentos sociais e populares.
- Empreendedorismo lato senso.
- Movimento sindical.
- Tecnologia jurídica.
- Justiça transicional.
- Administração pública.
- Os pobres e a pobreza.
- Luta contra corrupção.
- Justiça.
- Segurança pública.
- Direitos Humanos.
- Diáspora angolana.
- A questão Cabinda.
- A questão das Lundas.
- Sistema eleitoral.
- Pescas.
- Pecuária.
- Economia solidária.
- Dívida pública.

- Relação com as instituições financeiras internacionais.
- Indústria.
- Portos.
- Bio-Direitos.
- Moda e economia.
- Prostituição, ética e economia.
- Emprego.
- Lazer.
- Agricultura familiar.
- Micro finanças.
- Economia informal como valor.
- Pessoas com deficiências e acção afirmativa.
- Previdência social.
- Drogas.
- Comércio exterior.
- Salário mínimo.
- Reforma urbana/Direito à cidade.
- Ética na política e da política.
- Segurança nutricional e alimentar.
- Reforma fiscal e tributária.
- Saneamento e gestão de resíduos.
- Arborização.
- Mobilidade urbana.
- Sistema financeiro.

- Acesso e gestão da terra.
- Política migratória.

As propostas dos militantes pela democracia devem distinguir-se claramente de todos grupos tradicionais existentes. Não se pode assemelhar nem à oposição falsária, menos ainda ao projecto do ditador. A originalidade do projecto filosófico de nação é uma condição fundamental para o sucesso e credibilidade. O grupo pró-democracia deverá deixar claro no projecto de nação que gostaria de chegar ao poder para implementá-lo, mas de forma democrática, depois de ultrapassado o período de transição conduzido pelos revolucionários com envolvimento da sociedade.

CAPÍTULO 13

Estudos E Fontes Adicionais Sobre E Como Realizar A Erosão Da Tirania

BOÉTIE, ÉTIENNE DE LA. **Discurso sobre a servidão voluntária.** Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/boetie.pdf>. Acesso em: 07/04/2015.

Neste opúsculo breve, o autor faz uma crítica indirecta ao povo. Para ele, o povo só é submetido à tirania quando ama a tirania voluntariamente, por isso afirma: “O que o ditador tem a mais, é que vocês são os meios que vocês lhe fornecem para se destruírem [...]”.

BLEIKER, ROLAND. Luta não-violenta e a revolução na Alemanha Oriental. (Vol VI/SM). Massachusetts: AEI, 2000.

Roland Bleiker analisa o papel que a "saída" e formas de "voz" de protesto tiveram no colapso do regime comunista na Alemanha Oriental. Inclui uma cronologia da revolução da Alemanha Oriental de 1989-1990 e extensas notas.

CRUZ, DOMINGOS DA. **Ética e existência: Quando a guerra é necessária e urgente.** João Pessoa: Icone, 2010.

Neste livro, apresento vários problemas, mas no capítulo reservado à questão política, defendo, com base na teoria da guerra justa, que quando um governo humilha e nega direitos aos cidadãos, em defesa da dignidade humana e em virtude de o povo ser a fonte e dono do poder delegado, deve usar-se o direito à manifestação para derrubar o tirano e o seu grupo.

EGLITIS, OLGERTS. **Ação não violenta na Libertação da Letónia.** (Vol V/SM). Massachusetts: AEI, 1997.

Esta monografia relata como o povo da Letónia usou a acção não-violenta, de 1987 a 1991 para acabar com o domínio soviético e recuperar a independência. O autor inclui 24 páginas de documentos oficiais delineando planos da Letónia para a resistência popular contra-ataques soviéticos, em 1991.

HOLST, JOHAN. **Defesa civil baseada numa nova era.** (Vol II/SM). Massachusetts: AEI, 2009.

Na esteira das revoluções pacíficas da Europa Oriental, em 1989, Johan Holst esboça os principais critérios e parâmetros de uma futura ordem de segurança na Europa e explora o potencial de defesa não-violenta de base civil, como um complemento para as formas militares tradicionais de defesa. Holst,

que morreu em 1994, foi Ministro das Relações Exteriores da Noruega, e ex-diretor do Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais, em Oslo.

MININLAIK, GRARINA. Resistência não-violenta na Lituânia: Uma história de libertação pacífica. (Vol. VIII/SM). Massachusetts: Albert Einstein Institution, 2014.

Resistência não-violenta na Lituânia, detalha o uso da acção não-violenta na Lituânia contra o controlo soviético, de 1940 até à sua independência em 1991. O autor também detalha a adopção potencial de um componente de defesa civil com base na política de defesa nacional da Lituânia.

McCARTHY, RONALD & KRUEGLER, C. Toward research and theory building in the study of nonviolent action. (Vol VII/SM). Massachusetts: AEI, 2000.

Ronald M. McCarthy e Christopher Kruegler oferecem as suas ideias sobre o desenvolvimento da teoria e realização de pesquisas no campo emergente da acção não-violenta.

MARIGHELLA, CARLOS. Manual do guerrilheiro urbano. S.l: Sabotagem, 2003.

Apresenta técnicas e princípios para guerrilha armada no espaço urbano, mas muitos princípios e técnicas podem ser adaptadas na luta não violenta.

MULLER, JEAN-MARIE. O princípio da não-violência: uma trajetória filosófica. São Paulo: Palas Athenas, 2007.

Muller, é uma da maioríssima autoridade mundial quando o tópico de discussão é a não-violência numa perspectiva filosófica. Neste livro, radiografa o princípio da não-violência desde a antiguidade até à pós-modernidade, tendo como foco a filosofia, com *mix* de história da filosofia da não-violência.

PARKMAN, PATRICIA. Greves cívicas e insurreições na América Latina: 1931-1961. (Vol I/ SM). Massachusetts: AEI, 2002.

“De 1931 a 1961, onze presidentes latino-americanos deixou o cargo na sequência de greves cívicas”, escreve Parkman. “Além disso, pelo menos quatro (...) enfrentaram tentativas frustradas de forçá-los para fora, pelos mesmos meios.”

ROBERTS, ADAM. Resistência civil na Europa do Leste e a revolução soviética. (Vol IV/SM). Massachusetts: AEI, 1997.

Adam Roberts analisa o papel desempenhado pelo "poder do povo" no enfraquecimento dos regimes comunistas na Europa Central, a conquista da independência pelos Estados bálticos e do Leste, e da derrota da tentativa de golpe de agosto de 1991, na União Soviética.

SHARP, GENE. **Como funciona a luta não-violenta**. Boston: AEI, 2000.

“Como funciona a luta não-violenta” é uma introdução séria à luta não-violenta, o seu funcionamento, e como pode ser usada contra adversários organizados, com a capacidade de impor uma dura repressão. Este livro oferece os principais conteúdos de Sharp. A política da acção não violenta em formato conciso, acessível e traduzível. Serve para estudantes, activistas e qualquer pessoa que queira aprender sobre a técnica.

SHARP, GENE. **Da ditadura para a democracia**. São Paulo: AEI, 2010.

“Da ditadura para a democracia”, é uma introdução fenomenal para o uso da acção não-violenta para derrubar ditaduras. Originalmente publicado em 1993, na Tailândia, para distribuição entre os dissidentes birmaneses, este folheto já foi traduzido em mais de trinta línguas e espalhou-se pelo mundo. Ajudou os revolucionários na primavera árabe, na Sérvia, na Ucrânia, Irão, etc.

SHARPE, GENE. **Enfrentado a luta não-violenta**. Boston: AEI, 2013.

Este novo trabalho inovador baseia-se em 50 anos de pesquisa e experiência prática e académica de Gene Sharp, auxiliando lutas não-violentas em todo o

mundo. Recentemente, os activistas aplicaram esses métodos e estratégias com grande sucesso na Sérvia e Ucrânia. No seu trabalho mais recente e aperfeiçoado, mostra como planear estrategicamente a luta não-violenta e torná-la mais eficaz. Aqui apresenta 23 lutas não-violentas significativas e muitas vezes bem-sucedidas no século XX, numa variedade de contextos culturais e políticos, e reafirma a acção não-violência como uma alternativa realista e poderosa. Ela é alternativa à passividade e à violência.

SHARP, GENE. **A política da ação não violenta** (Parte 1). Boston: AEI, 2014.

Gene Sharp, em “A Política da ação não violenta”, representa um marco no estudo da não-violência em três volumes: Poder e luta, os métodos de acção não violenta, e a dinâmica da acção não-violenta. “Poder e Luta” começa com uma análise da natureza do poder político. Todas as três partes devem ser lidas para melhor sistematizar as ideias e estratégias de derrube da ditadura.

_____ **A Política da ação não violenta** (Parte 2). Boston: AEI, 2014.

Um exame detalhado dos 198 métodos e técnicas — ilustrado com casos reais — dentro das grandes classes de protesto não-violento e persuasão, não-cooperação

intervenção (social, económica e política) e não-violenta.

_____ **A política da ação não violenta** (Parte 3).
Boston: AEI, 2014.

A dinâmica da acção não-violenta examina a complexa operação desta técnica contra um adversário repressivo violento. Trabalho de base que pode preceder a luta é explorado, bem como requisitos básicos para uma luta efectiva e de sucesso.

_____ **On strategic nonviolent conflict: Thinking about the fundamentals.** Boston: AEI, 2011.

Esta obra, centra-se em como construir uma estratégia para a luta não-violenta. Cobre uma variedade de tópicos — como formas de identificar os objectivos de um movimento, preparando uma estimativa estratégica para uma luta não-violenta, e considerações de planeamento operacional. Esta publicação contém *insights* sobre as semelhanças entre a estratégia não-violenta e militar. Representa uma nova e importante contribuição para esse campo de estudo. Tópicos adicionais, abordados no livro, incluem operações psicológicas e propaganda, contaminantes que podem afectar a eficiência de um movimento não-violento, e que prestam consultas e

treinamento para membros de movimentos e organizações.

_____ **Dicionário de Sharp sobre poder e luta.** Boston: AEI, 2009.

Desde a Roma Antiga às lutas não violentas de Gandhi na Índia; da Polónia e dos países bálticos, assim como as revoluções no Norte de África, as lutas não violentas têm desempenhado um papel central nos eventos mundiais ao longo dos séculos. “Dicionário de Sharp sobre Poder e de Luta” é uma obra de referência inovadora sobre este tema pelo "padrinho da resistência não violenta."

O dicionário define essas ideologias, sistemas políticos, estratégias, métodos e conceitos que formam o núcleo de acção não-violenta como tem ocorrido ao longo da história e em todo o mundo, proporcionando esclarecimento necessário de linguagem, que é muitas vezes atolado em confusão.

_____ **Gandhi como um estrategista político.** Boston: AEI, 1979.

“Gandhi como um estrategista político” é um livro sobre as estratégias políticas usadas por Mahatma Gandhi, e as suas implicações em curso e aplicabilidade fora do seu contexto indiano original. A

obra contém 13 capítulos separados em duas partes principais.

Contém uma introdução de Coretta Scott King, viúva de Martin Luther King, no qual afirma que Gandhi e King cada um "descobriu uma ideia cujo tempo já há muito vêm", mas que só com Gandhi como um estrategista político que temos um único volume proporcionando "uma análise da estratégia política de Gandhi e sua relevância para a luta social hoje.... Um caso lúcido, atraente para a ação direta não violenta como o meio mais eficaz para fazer avançar a mudança social que a humanidade já conheceu. "

Poder social e liberdade política. Boston: AEI, 1999.

Estes penetrantes capítulos exortam-nos a pensar sobre os problemas mais graves da sociedade — e buscar novas soluções para a ditadura, genocídio, guerra e opressão.

SHARP, GENE & JENKINS, BRUCE. **O anti golpe.** Boston: AEI, 2000.

O golpe é uma das principais formas através da qual as ditaduras estão instaladas. Este livro detalha medidas que a sociedade civil e os governos podem tomar para prevenir golpes de Estados ou usurpações de poder durante a revolução. Contém também

medidas legislativas específicas e outras medidas que os governos e instituições não-governamentais podem seguir para se preparar para a resistência anti golpe.

SHARP, GENE & RAGIB, JAMILA. **Auto-libertação: Um guia para planeamento estratégico para acabar com a ditadura ou outra opressão.** Massachusetts: AEI, 2005.

Este guia de planeamento estratégico tem como objectivo ajudar as pessoas que desejam planear uma grande estratégia, ou super-plano, para conseguir a sua libertação da opressão e construir um sistema livre e democrático. Este documento não é relevante apenas para as pessoas que enfrentam ditaduras internas. Ele também pretende ser útil para pessoas que enfrentam qualquer tipo de opressão. Este documento é curto e não pode incluir adequadas apresentações em profundidade de todo o conhecimento e as ideias necessárias para o planeamento estratégico de uma luta não-violenta para a libertação. Foram intercaladas neste texto referências para leituras publicadas, seleccionadas, e que cobrem esses tópicos importantes. O estudo cuidadoso dessas leituras seleccionadas.

SHARP, GENE. **Há alternativas realistas.** Massachusetts: AEI, 2007.

Uma séria introdução à luta não-violenta, com base em argumentos pragmáticos, esta obra apresenta luta não-

violenta como uma alternativa realista para a guerra e outros tipos de violência em conflitos agudos. Ela também contém um glossário de termos e recomendações importantes para leitura.

SHARPE, GENE. O papel do poder na luta não-violenta. (Vol III/SM). Massachusetts: AEI, 2009.

"... Acção não-violenta é capaz de empunhar um grande poder, mesmo contra governantes cruéis e regimes militares", escreve Sharp, "porque ataca a característica mais vulnerável de todas as instituições hierárquicas e governos: a dependência do governado." Captada a partir da clássica obra em três volumes, de Sharp, a política de acção não violenta. Esta monografia resume os principais conceitos por trás da técnica de luta não-violenta.

SHARP, GENE. Poder, luta e defesa: teoria e prática da acção não violenta. São Paulo: Paulinas, 1983.

Uma síntese magistral do pensamento de Gene Sharp, feita por ele mesmo.

SHARP, GENE. Fazendo a abolição da guerra uma meta realista. Massachusetts: Albert Einstein Institution, 2014.

Este ensaio popular apresenta uma breve introdução sobre a base civil de defesa. Uma política em que os

civis estão preparados para usar a resistência não violenta como um meio de defesa nacional.

_____ **Civilian based defense.** Massachusetts: Albert Einstein Institution, 2014.

Neste livro aplica-se os resultados das suas pesquisas sobre a luta não-violenta, no âmbito da dissuasão e defesa nacional. Para o público em geral, e os formuladores de políticas, ele explica como a não-cooperação selectiva e desafio pela população e instituições de um país pode negar aos agressores os seus objectivos, sem os riscos de uma guerra moderna.

S.A. **Como iniciar uma revolução** (Filme). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IfNCVo_Fi9A. Acesso em: 07/04/2015.

"As ondas de espírito revolucionário varrem o mundo, as ideias de um homem continuam a inspirar, mobilizar e unir os manifestantes, dando-lhes as ferramentas para derrubar regimes autoritários. Calmo, despretenso, e fala mansa. Aos 84 anos, Professor Gene Sharp é comemorado pelos revolucionários e temido pelos ditadores. Então, quais são as suas ideias, como se têm espalhado a partir do seu escritório minúsculo em Boston, e como elas são realmente utilizadas na realidade prática? Pela primeira vez, este filme mostra como o livro polémico,

"Da ditadura para a Democracia" foi usado contra as ditaduras da Sérvia, Ucrânia, Irão, culminando na revolução egípcia e da revolta Síria em curso. Vemos como no livro 198 estratégias "armas" de acção direta não violenta trouxeram resultados, e tornou-se o manual padrão para quem deseja começar uma revolução. Através de entrevistas exclusivas com Gene, seus associados e os líderes revolucionários que ele inspirou, este filme vai nos bastidores de revoluções, mostrando a força do poder popular não violento. Revelando imagens filmadas secretamente no Egito e na Síria, explora como a media social pode agora ser usada para ameaçar os ditadores. Esta é a história inspiradora do poder das pessoas para mudar o mundo. Melhor Documentário no Raindance Film Festival. Melhor Documentário no Festival de Cinema de Boston. Impact Award missa no Boston Film Festival. Prémio do Júri Especial em Ottawa One World Film Festival. Melhor Documentário em Fort Lauderdale Film Festival.

THOREAU, HENRY DAVID. **A desobediência civil**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

No âmbito da filosofia política, "A desobediência civil", é um dos clássicos obrigatório, tanto para académicos quanto para activistas engajados na luta pela liberdade. Thoreau defende que os cidadãos devem resistir a lei e toda decisão injusta dos governos

que se intrometem com frequência na vida dos cidadãos. Ele foi tão coerente que se recusou a pagar impostos e foi preso. Foi na prisão onde redigiu parte desta obra breve, mas chave para a luta não violenta.

FICHA TÉCNICA

Título

Ferramentas para Destruir o Ditador e Evitar Nova Ditadura –
Filosofia Política da Libertação para Angola [Edição Crítica e
Comentada].

Autor

Cruz, Domingos da
mbombamudiatela@gmail.com

Paginação e Capa

Fiverr

2ª edição

Tiragem

2.000 exemplares

Editora

Mundo Bantu
Observatório da Imprensa

Luanda - Angola/2024.